



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

Jonas Pereira Lima

**A TEORIA GLOSSEMÁTICA DE LOUIS HJELMSLEV NUMA
PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICO-LINGUÍSTICA**

Goiânia - GO
Fevereiro/2010



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

Jonas Pereira Lima

**A TEORIA GLOSSEMÁTICA DE LOUIS HJELMSLEV NUMA PERSPECTIVA
HISTORIOGRÁFICO-LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal (UFG) de Goiás como requisito à obtenção do grau de Mestre em linguística, sob orientação do **Prof. Dr. Sebastião Elias Milani**.

Área de Concentração: Linguística

Linha de Pesquisa - LP 07: Linguagem, sociedade e cultura.

Goiânia - GO
fevereiro/2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**GPT/BC/UFG**

Lima, Jonas Pereira.

S 585 A teoria glossemática de Louis Hjelmslev numa perspectiva historiográfico-linguística [manuscrito]/Jonas Pereira Lima. – 2010.
119 f.: il; enc.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Elias Milani

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, 2010.

Bibliografia: f.115–119

1. 2. 3. 4. Historiografia linguística I. Milani, Sebastião Elias II. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Letras III. Título

CDU: 81'27

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Sebastião Elias Milani
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras - UFG

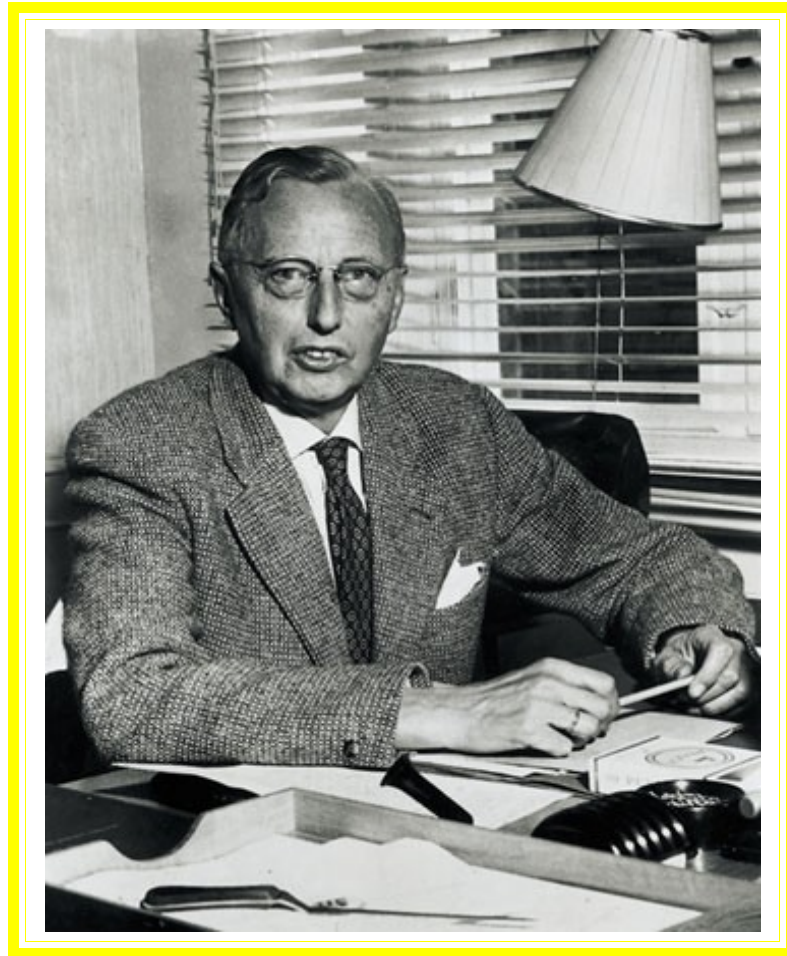
Primeiro Arguidor: Profa. Dra. Maria Valéria A. de Mello
Departamento de Linguística
FFLCH - USP

Segundo Arguidor: Profa. Dra. Elza Kioko Nakayama Nenoki Murata
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras - UFG

AGRADECIMENTOS

- A meu orientador Professor Dr. Sebastião Elias Milani, meus sinceros agradecimentos, pela paciência com que me instruiu, pela dedicação que deu à minha causa, pelas sugestões úteis, pela orientação segura e por despertar-me o espírito de pesquisador profissional.
- À família Minha esposa Eridam Paulo, por tolerar minha ausência, colaborar, motivar e me fazer feliz. Meus filhos, Carol, Júnior e Nicolas, por compreenderem minha rotina de pesquisa.
- À minha mãe Neusa Alves, pelos sentimentos de bondade, compaixão, amor e aspiração às coisas sublimes que estão gravadas na minha mente.
- À minha irmã Janete Alves, pelo incentivo, companheirismo e contribuição financeira para realização desse curso.
- À pós-graduação Em nome, especialmente, da professora Dra. Kátia Menezes de Sousa e seus assistentes Consuelo Costa e Bruno Calassa pelo apoio constante.
- Aos mestres Dra. Elza Kioko Nakayama Nenoki Murata e Dra. Tânia Ferreira Rezende Santos, por me acrescentarem conhecimentos valiosos e inestimáveis, pela precisão de suas intervenções durante o processo de qualificação.
- Aos colegas de mestrado Daniel Marra, Lennie Aryete, Raimunda Delfino, Isaac Teixeira, Jussara Regina, Gisélia Brito e Maria Célia pela boa interlocução.
- Aos amigos Wesley Adrian, Prof. Dr. Alexandre Costa, Camila Borges e Ermes Pinheiro pelo incentivo, pela colaboração e por me estimularem a pensar, sonhar e acreditar mais.

A meu pai, João Pereira Lima, *in memoriam*, que tanto se orgulhava de meus estudos, mas nos deixou antes da conclusão desse trabalho.



Louis Trølle Hjemslev (1899 - 1965)
Autor da teoria Glossemática

RESUMO

Este estudo apresenta uma análise historiográfico-linguística dos conceitos, procedimentos metodológicos e objeto da teoria Glossemática do dinamarquês Louis Trölle Hjelmslev. A Glossemática consiste num dispositivo teórico-metodológico desenvolvido com objetivo de descrever as relações entre os signos ou entre os elementos dos signos. Com essa denominação, o dinamarquês tomou como objeto de sua teoria a língua (sistema) e o texto (processo) e como unidade de análise a forma linguística. As relações entre os signos ou entre os elementos que estão relacionados entre si na cadeia, Hjelmslev denominou de funções, que se dividem em três tipos: *interdependência*, *determinação* e *constelação*. Uma interdependência é uma função entre duas constantes em que os termos se pressupõem mutuamente. Uma determinação é uma função entre uma constante e uma variável em que um termo pressupõe outro. Uma constelação é uma função entre duas variáveis em que os termos não se pressupõem mutuamente. O signo, como grandeza portadora de significação, tem como unidade menor o plerema e o morfema e a maior o texto. Para estabelecer um modelo sincrônico de análise linguística das funções semióticas, tanto da figura quanto do signo, Hjelmslev introduz as expressões: *plano do conteúdo*, que é constituído pela forma de conteúdo e substância do conteúdo, e o *plano da expressão*, que é formado pela substância da expressão e forma da expressão, para chegar à invariante da língua. Por meio dos processos de comutação (no paradigma) e permutação (no sintagma), a análise Glossemática permite identificar a relação entre invariantes e variantes do sistema no plano de conteúdo e no plano de expressão do signo. Ainda como análise sígnica, a Glossemática desenvolve os conceitos sincretismo e a catálise. Por sincretismo compreende-se, sincronicamente, como a identidade entre duas formas do mesmo lexema, como na forma verbal “*partiram*”, que se flexiona tanto na 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito quanto do mais-que-perfeito em português. E como catálise, o registro de coesões através da troca de uma grandeza por outra com a qual ela contrai uma substituição. Pode-se catalisar *pueri ludunt* “*os meninos brincam*” por *liberi mei ludunt* “*meus filhos brincam*”. Além da análise das relações sígnicas, a Glossemática desenvolve os conceitos de linguagem e não-linguagem e os conceitos de semiótica conotativa e metasemiótica. Assim, destaca-se como objeto da Glossemática não é somente a língua natural, mas toda e qualquer semiótica. O primeiro tema trata das estruturas bilaterais constituídas pelos sistemas simbólicos a operar com os dois planos da língua como estruturas interpretáveis, mas monopolares, porque não é possível atribuir a elas uma forma de conteúdo, já que expressão e conteúdo são reduzidos a uma só classe. O segundo tema define a Glossemática como uma teoria da semiótica e não como uma teoria das línguas naturais. Como semiótica conotativa compreende-se a semiótica da expressão e a metasemiótica como a semiótica do conteúdo. A Glossemática não alcançou, na sua totalidade, o esplendor de assimilação pela comunidade linguística moderna e pós-moderna, mas, desde que se tornou acessiva, tem se tornado objeto de intensas leituras em todas as partes do mundo. Os conceitos glossemáticos de estruturalismo, método dedutivo, empirismo, imanência, signo, norma e sentido foram gradativamente aproveitados pelos estudos linguísticos mais recentes.

Palavras-chave: Glossemática: conceitos, fontes, contribuições, atualidades.

ABSTRACT

This study presents a linguistic historiographical analysis of the concepts, methodological approaches and object of the Danish Louis Trolle Hjelmslev Glossematics theory. Glossematics is a theoretical and methodological device which aims at describing the relations between signs or between the elements that are related to each other in the sign under the principles of structuralism, empiricism, and the immanence of the deductive method. With this designation, the Danish linguist took as the object of his theory the language (system) and the text (process) and as the unit of analysis the linguistic form. The relationship between signs or between the elements that are related to each other in the chain were called functions by Hjelmslev. These functions are divided into three types: interdependence, determination and constellation. Interdependence is a function of two constants in which the terms presuppose one another. A determination is a function between a constant and a variable in which a term implies the other. A constellation is a function between two variables in which the terms do not imply one another. The sign, as the great place of meaning, has as the smallest unit, the plereme and the morpheme, and as the biggest unit, the text. To establish a synchronic model of linguistic analysis of semiotic functions, as of the figure as well of the sign, Hjelmslev introduces the terms: the level of content, which is constituted by the shape of content and substance of the content, and the level of expression, which is formed by the substance of expression and form of expression, to reach the invariant of language. Through the process of switching (in the paradigm) and permutation (in the phrase), the Glossematics analysis allows the identification of the relationship between invariants and variants of the system in levels of content and levels of expression of the sign. Even as signical analysis, the Glossematics develops the concepts of syncretism and catalysis. As syncretism is understandable, synchronously, the identity between two forms of the same lexeme. And as catalysis, the record of cohesions through the exchange of an amount by another with which it contracts a replacement. We can catalyze *ludunt* by *pueri* "boys" or *liberi mei*, "my children". Besides the analysis of sign relations, the Glossematics develops the concepts of language and non-language and the concepts of semiotics and connotative metassemiotics. Thus, the object of Glossematics is not only natural language, but any semiotics. The first theme deals with bilateral structures formed by symbolic systems which operate with the two plans of language structures such as scripts, but monopolar, because they can not be assigned a form of content, since content and expression are reduced to a single class. The second theme defines the Glossematics as a theory of semiotics and not as a theory of natural languages. The connotative semiotics can be understood as the semiotics of expression, and the metassemiotics as the semiotics of content. The Glossematics did not achieve the full splendor of assimilation by the modern and postmodern linguistic community, but since it became accessible, it has become the subject of extensive readings all over the world. The Glossematics concepts of structuralism, deductive method, empiricism, immanence, sign, standard and meaning are largely recovered nowadays.

Keywords: Glossematics: concepts, sources, contributions, presents.

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo I.....	24
1. Glossemática: contexto histórico de surgimento, conceitos e métodos.....	24
1.1 De Rask a Hjelmslev: um recorte da linguística dinamarquesa.....	24
1.2 Estruturalismo linguístico.....	28
1.3 Noção de texto na Glossemática.....	37
1.3.1 Noção epistemológica de texto.....	37
1.3.2 Conceito linguístico de texto.....	38
1.4 O empirismo: da gramática comparada a Glossemática.....	40
1.5 O método dedutivo da teoria Glossemática.....	46
1.6 A imanência da linguagem na Glossemática.....	48
1.7 Linguagem.....	51
1.8 Língua.....	53
1.9 Fala.....	54
Capítulo II.....	56
2. O modelo sógnico de Hjelmslev.....	56
2.1 Função: relação entre os signos e entre os elementos do signo.....	56
2.1.1 Hierarquias das funções: processo e sistema.....	59
2.1.2 A noção de álgebra na constituição da teoria glossemática.....	61
2.2 O signo linguístico e o homem.....	64
2.3 O signo em Saussure: uma comparação.....	65
2.4 O signo em Hjelmslev.....	67
2.5 Figuras sógnicas em Hjelmslev.....	68
2.6 Plano de conteúdo e Plano de expressão: a dicotomia do signo.....	70
2.7 Esquema, norma e uso.....	72
Capítulo III.....	82
3. Modelo de análise glossemático do signo.....	82
3.1 Cenemática: análise da expressão.....	82
3.2 Pleremática: análise do conteúdo.....	83
3.3 Invariantes e variantes.....	85
3.3.1 Comutação, permutação e mutação.....	88
3.3.2 Isomorfismo.....	90
3.4 Sincretismo.....	91
3.5 Catálise.....	95
Capítulo IV.....	98
4. Incorporação de outras linguagens a teoria Glossemática.....	98
4.1 Linguagens e não linguagens.....	98
4.2 Semióticas conotativas e metasemióticas.....	101
Capítulo V.....	106
5. Continuação e atualidade de Hjelmslev.....	106
5.1 Greimas como continuador de Hjelmslev.....	106
5.2 Atualidade da Glossemática.....	109
6. Conclusão.....	113
7. Referências.....	117

Introdução

Este estudo se constitui numa retomada dos conceitos da teoria Glossemática do dinamarquês Louis Trølle Hjelmslev (1989-1965). Para investigar esse objeto foram estabelecidos os seguintes objetivos a serem alcançados: 1) revisar os princípios epistemológicos e conceituais que constituem a teoria Glossemática, 2) restaurar as fontes históricas que inspiraram a criação da teoria Glossemática, e 3) verificar a contribuição da teoria Glossemática para os estudos linguísticos modernos e contemporâneos. Na perspectiva de chegar a esses objetivos, a análise das obras foi desenvolvida sob parâmetros metodológicos da Historiografia Linguística.

O aparato teórico-metodológico da Historiografia Linguística nasceu da confluência dialógica entre a Linguística e a História. Porém não há uma delimitação precisa de seu nascimento, mas sua ascendência, como subárea da Linguística, ocorreu a partir da década de 70 do século XX. A Historiografia linguística lida com questões de periodização, de contextualização e com temas relacionados à prática linguística efetiva, com o intuito de identificar diferentes fases de desenvolvimento da língua, sintetizar conceitos e de restaurar as fontes construtoras de uma obra ou teoria em questão.

Além disso, Milani (2008b, p.2) acrescenta também:

Pode-se verificar a incidência da formação do autor, enquanto nascido e formado em uma determinada região, pode-se verificar suas ideologias e traços psicológicos e sociológicos, mas o mais importante para qualquer obra científica, ressaltando-se que a Historiografia Linguística estuda monumentos da ciência da língua e da linguagem, são fontes diretas e indiretas da obra em questão. Verificar quais seriam então as gerações anteriores ou a geração científica anterior àquela em estudo que teria gerado dentro daquele contexto os conceitos e o estilo daquela obra.

A Historiografia linguística “permite-nos sistematizar linguisticamente os dados do passado, tornando-os memória, ao mesmo tempo em que se abrem ao homem para reconstituir no/pelo documento os fatos passados, impossíveis de reconstituição pelo processo de memorização” (NASCIMENTO, 2005b, p.3). Quando se parte dessa perspectiva, “não há fonte velha ou nova (...) para os estudos da linguagem (...), o aprendizado é sempre novo, porque toda vez que se recupera uma obra antiga é pelo prisma de uma revisão datada de outras revisões anteriores, então sempre nova e sempre renovadora” (MILANI (2008b, p.4).

Segundo destaca Silva (2009, pp.12-13),

a Historiografia linguística, quando faz uso da Historiografia, busca compreender os fatores que exercem influência no pensamento linguístico que exerceram influências no pensamento linguístico que possibilitou o surgimento de uma teoria e/ou a incorporação dessa teoria a determinadas práticas investigativas.

Para Cristina Altman (1998, p.25), a Historiografia linguística “dever ser entendida como uma disciplina que tem como principais objetivos descrever e explicar como se produziu e se desenvolveu o conhecimento linguístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo”. Além disso, para a autora o exercício historiográfico “que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência, presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (...) para o quadro que reconstrói o fazer historiográfico” (*op. cit.*, p.24).

Quanto ao objeto, Konrad Koerner (1996, p. 49) afirma que “o objeto estudo da Historiografia linguística são ideias sobre a linguagem e proposições para sua descrição e explicação”. Dando sequência a esse mesmo pensamento, o autor diz que “as teorias linguísticas não se desenvolvem em total isolamento do clima intelectual geral do período ou das atitudes particulares mantidas pela sociedade que promoveu a atividade científica” (*op. cit.*, p.57). “Nenhum cientista nasce sem ter sido orientado por outro cientista, ou instituição científica. Tais instituições se fundem numa rede de pensadores que organizam uma corrente lógica e estruturada da qual nenhum pensamento científico escapa” (MILANI, 2008b, p.4).

O procedimento analítico da Historiografia linguística se constitui pela metalinguagem que se caracteriza como um recurso indispensável ao tratamento da língua, que identifica e descreve em documentos do passado, o passado da língua e do homem, sem se esquecer que ele, o pesquisador, é um homem da modernidade. De acordo com Koerner (1996), seria a maneira pela qual o historiógrafo da linguagem empreende a descrição e apresentação de teorias da linguagem do passando aos pesquisadores do campo presente. Para isso, a Historiografia Linguística adota três princípios estabelecidos por Koerner (1996): contextualização, imanência e adequação.

O *princípio da contextualização* norteia sobre o clima intelectual da época e o contexto de produção dos documentos, já que as ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período. “Isso significa que o documento a ser analisado não pode ser destituído de seu contexto histórico cultural, das concepções linguísticas, sócio-econômicas e políticas em circulação à época de sua produção” (NASCIMENTO, 2005a, p.8).

O *princípio da imanência* consiste na tarefa de estabelecer um entendimento completo do documento, tanto da abordagem histórica quanto crítica, talvez até filológica do contexto linguística em discussão. “O princípio de imanência produz um efeito restaurador do passado

e possibilita a compreensão do documento e, somado ao princípio da contextualização, constitui-se como uma diretriz segura para a operacionalização do processo de interpretação (...)” (NASCIMENTO, 2005a, p.8). Assim, esse princípio estabelece um quadro geral da teoria e da terminologia usada no texto que devem ser definidos internamente, e não em referência à doutrina linguística atual.

O *princípio da adequação* trata da possibilidade de o historiógrafo da língua reatualizar o documento como se fosse uma voz gravada e fixada no papel pela escrita, aproximando-se, no processo de interpretação, das teorias e terminologias atuais, a fim de que o homem moderno possa compreendê-la com mais facilidade. Somente depois que os princípios de contextualização e imanência foram concisamente seguidos é que o historiógrafo pode aventurar-se a introduzir aproximações entre o vocabulário técnico e o quadro de pesquisa apresentado no trabalho em questão.

Ainda a respeito desses princípios, Bastos (2004, p.80) faz a seguinte postulação:

Considerando esses princípios arrolados como fios condutores do trabalho historiográfico, resta-nos afirmar que o historiógrafo deve detectar, analisar e explicar as mudanças que houve, durante o percurso a ser investigado, sem que se deixe envolver pela novidade, pela originalidade e pela criatividade, usualmente feitas pelas gerações posteriores que lhe são imediatamente subsequentes.

O relato de uma análise, “é sempre uma estória plena de narratividade, permeada por inúmeras narrativas, que explicam o conjunto inteiro da obra” (MILANI, 2008b, p. 5). Sob esse delineamento metodológico, empreende-se análise historiográfica da teoria Glossemática. A Glossemática, desde seu nascimento, em meados da década de 30 do século XX, tem sido objeto de muita leitura, de muita discussão polêmica, de muitos estudos que se transformaram em ideias aproveitadas por diversos linguistas modernos que têm se configurado como verdadeiros continuadores ou críticos de Hjelmslev. A Glossemática se constitui no conjunto de obra produzido por Hjelmslev, mas nem todas as obras apresentam a mesma relevância para a teoria, ainda que todas contribuam para a sua fundamentação.

A ideia germinal de fundação da teoria Glossemática surgiu entre 1934 e 1936 num comitê de estudos linguísticos comandado pelos dinamarqueses Hans Jorge Uldall (1907-1957) e Louis Hjelmslev. Antes disso, em 1931, dois comitês de trabalhos foram estabelecidos dentro do grupo de estudos linguísticos de Copenhague: um para estudos fonológicos e o outro para estudos gramaticais. Nas discussões iniciais, “Hjelmslev, Paul Lier e Uldall foram induzidos a construir uma nova teoria de expressão linguística, a qual chamaram de Fonemática” (SIERTSEMA, 1965, p.13). Essa teoria foi apresentada, em 1935,

ao Congresso Internacional de Ciências Fonéticas sediado em Londres, numa comunicação feita por Hjelmslev sobre *Os princípios da fonemática* e outra por Uldal sobre *A fonemática dinamarquesa*.

Na mesma época os membros do comitê para estudos gramaticais desistiram da tarefa, mas em seguida as atividades foram retomadas por Hjelmslev e Uldall quando eles tomaram como estudo especial o problema das relações mútuas entre a fonemática e os sistemas gramaticais, o que resultaria no desenvolvimento de uma nova teoria. “Eles uniram as teorias dos fonemas com a gramatical e com a da semântica” (SIERTSEMA, 1965, p.14). Para enfatizar sua originalidade e sua completa independência de todo procedimento de teoria linguística, deram um novo nome de “Glossemática” (do grego glossa = língua) e os elementos linguísticos foram chamados glossemas. Em 18 de dezembro de 1935, a nova teoria foi apresentada por Hjelmslev e Uldall ao *Humanistisk Samfund* [Sociedade Humanista] de Aarhus e num curso na Universidade Aarhus.

A teoria Glossemática consiste num aparato teórico-metodológico desenvolvido, propositalmente, a partir dos princípios estruturalistas, para descrever as relações entre os signos ou entre os elementos que estão relacionados entre si na cadeia linguística. Sob essa concepção conceitual, Hjelmslev propõe alcançar um método puramente linguístico e com validade universal a estabelecer uma álgebra da linguagem como uma rede de definições que possa servir de modelo para descrever a língua em particular. Mediante essa perspectiva, a Glossemática define o princípio da estrutura das línguas e estabelece o que é comum a todas as línguas naturais.

Com pouco mais de meio século de fundação, a Glossemática já dispõe de um considerável número de leituras desenvolvidas por linguistas de todas as partes do mundo, porém não suficiente para garantir que ela é uma teoria bem conhecida. O imenso acervo de livros, ensaios e artigos, bem como a diversidade de temas estudados por Hjelmslev, tem refletido como uns dos principais fatores a interferir na plena compreensão dessa teoria. Há ainda muitos enigmas a serem decifrados pelos linguistas contemporâneos. A complexidade da Glossemática não reside somente nos conceitos estabelecidos nas obras que descrevem o dispositivo teórico-metodológico da teoria, mas no contexto em que compreende como referencial global da teoria.

Hjelmslev trata na maior parte de seus trabalhos de problemas gramaticais numa perspectiva estruturalista. Naquele momento da história dos estudos linguísticos, Hjelmslev se revelava, propositalmente, como o inaugurador de uma proposta de instauração de uma gramática estrutural para todas as línguas. Atualmente para se chegar a essa compreensão sem

ter que desenvolver um amplo repertório explicativo seria necessário estabelecer, pelo menos, três fases que compreendessem o começo, o desenvolvimento e a continuação do que Hjelmslev denominou Glossemática. Apesar de não ser possível estabelecer uma sequência cronológica bem definida, seria válido apresentar as seguintes categorias: a pré-glossemática, a glossemática e a pós-glossemática¹.

A primeira fase, pré-glossemática, se inicia em 1928 com a produção de *Princípios de gramática geral* e se estende até as últimas produções do dinamarquês. As obras *La catégorie des cas: étude de grammaire générale I* (1935), *La catégorie des cas: étude de grammaire générale II* (1937) e *Le langage* (1963) fazem também parte dessa fase inicial, constituindo como base central da teoria de gramática geral desenvolvida por Hjelmslev. Além dessas obras, vários outros estudos relacionados à fonética, à fonemática, aos morfemas, às sílabas, à entonação, à acentuação, aos pronomes, aos verbos etc. foram desenvolvidos com o propósito de complementar os princípios gerais de sua teoria gramatical.

Na segunda fase, a Glossemática, o dinamarquês se preocupa mais em estabelecer os princípios teóricos e metodológicos que constituem o referencial da teoria Glossemática. Essa fase se inicia, em 1936, com a apresentação de *Sinopse de um princípio de glossemática*. Em seguida, Hjelmslev produz mais quatro obras imprescindíveis para a fundação de sua teoria: em 1938, *Um princípio de glossemática*, em 1943, *Résumé of a theory of language*, em 1953, *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, doravante *Prolegômenos*, e, em 1959, *Ensaio linguísticos*. O principal objetivo de Hjelmslev, nessa fase, foi apresentar conceitos e metodologia estabelecida pela Glossemática na perspectiva de colocar em funcionalidade, através de análise linguística, uma gramática geral das línguas.

A terceira fase, a pós-glossemática, começou antes de Hjelmslev encerrar sua carreira de pesquisador. Um dos primeiros trabalhos pós-glossemáticos foi desenvolvido por Jens Holt: *Rationel Semantik (Pleremik)* [Semântica racional] [Plerêmica] (1946). Nesse trabalho, Holt desenvolveu a análise glossemática do conteúdo a partir das distinções hjelmslevianas morfemas e pleremas². Em 1951, o espanhol Emilio Alarcos-Llorach desenvolveu uma gramática do sistema linguístico do espanhol baseada nos princípios glossemáticos, denominada *Gramática estructural, según la escuela de Copenhague y con especial atención a la lengua española*. Em 1952, Eugenio Coseriu publicou *Sistema, norma, y habla* e, em 1954, *Forma y substância en los sonidos del lenguaje*. Nesses trabalhos Coseriu faz uma releitura dos conceitos de forma, substância, sistema e norma desenvolvido por Hjelmslev.

¹Essa categorização é de nossa autoria.

² Os conceitos de morfemas e pleremas estão expressos na unidade 3.2.

Em 1955, a holandesa Bertha Siertsema escreveu uma tese denominada: *A study of Glossematics: critical survey of its fundamental concepts*. Nesse trabalho, ela duvida da legitimidade da interpretação que Hjelmslev propõe para as teses saussurianas, destacando que a Glossemática põs nas palavras de Saussure mais do que elas expressam. Em 1957, o dinamarquês Paul Diderichsen escreveu *Elementer dansk Gramatik* [Gramática elementar dinamarquesa], aplicando os princípios estruturais da Glossemática à descrição da frase nas antigas Leis de Escânia, sem romper completamente com a tradição greco-latina.

De 1965 à atualidade, uma infinidade de trabalhos foram desenvolvidos sem a presença de Hjelmslev. Um trabalho que repercutiu mundialmente foi a *Semântica Estrutural* de Algirdas J. Greimas publicado em 1966. Na constituição dessa obra, Greimas aproveitou dois postulados básicos de Hjelmslev desenvolvidos em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*: o primeiro trata da distinção entre processo e sistema³. O processo como hierarquia relacional (sintagmática) denominada texto e o sistema como hierarquia correlacional (paradigmática) denominada língua. É a partir da base de análise processual da língua que Hjelmslev chega às figuras constituintes dos signos, tanto no plano do conteúdo quanto no plano da expressão. O segundo refere ao conceito de sentido. Por exemplo,

todos os homens são atingidos pelas mesmas sensações, pelas mesmas percepções e pelas mesmas impressões, que constituem uma massa amorfa. A ela Hjelmslev vai chamar sentido, que é uma grandeza não analisável, passível, no entanto, de análise do ponto de vista lógico, psicológico, etc. Essa grandeza é um fator comum a todas as línguas, o que quer dizer que todos os homens, por exemplo, percebem o mesmo espectro de cores. Esse sentido vai ser ordenado, articulado, formado de maneira diferente nas diversas línguas (FIORIN, 2003, p.35).

Ao empregar esses conceitos, Greimas se tornou o principal responsável pelo lançamento e popularização da teoria Glossemática no mundo através de sua *Semântica estrutural*. Nas décadas de 80 e 90, o italiano Cosimo Caputo apresentou uma sequência de estudos de cunho crítico sobre a obra de Hjelmslev e, particularmente, sobre a Glossemática. Mais recentemente, o francês Sémir Badir desenvolveu uma série de análises que trata também da obra de Hjelmslev em geral. Os trabalhos mais relevantes são: *Hjelmslev* (2000), *La théorie d'après Hjelmslev* (2001), *Le metalangage d'après Hjelmslev* (2002) e *La connotation chez Hjelmslev* (2003). No Brasil, atualmente, o professor José Roberto do Carmo Jr., da Universidade Federal Fluminense (UFF), estuda atualidades em Hjelmslev.

As primeiras ideias que marcam o nascimento da Glossemática apareceram, em 1936, na obra *Sinopse de um princípio de Glossemática* produzida por Hjelmslev em parceria com seu amigo e discípulo Jorge H. Uldall. Hjelmslev teve vários colaboradores de pesquisa,

³ Os conceitos de processo e sistema estão desenvolvidos na unidade 2.1.1.

porém, Uldall foi o parceiro que mais contribuiu para a constituição da base epistemológica, teórica e metodológica da teoria Glossemática. Com o propósito de colaborar com Hjelmslev, desenvolveu, independentemente, uma obra intitulada: *Outlines of Glossematics. A study in the methodology of the humanities I: general theory* (1959). Nessa obra, apresentou uma discussão da metodologia das humanidades em comparação com a metodologia das ciências naturais. Após perder prematuramente a parceria de Uldall, vítima de uma fatalidade não bem conhecida, Hjelmslev seguiu sozinho seu percurso acadêmico concentrado na finalização de sua teoria.

O referencial teórico-metodológico da Glossemática se constitui basicamente de três trabalhos redigidos na mesma época, mas publicados com um intervalo de mais de quinze anos: os *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, publicado em 1943, *Ensaio Linguístico*, publicados em 1959, e o *Résumé of a theory of language*, publicado em 1975. Atualmente, os *Prolegômenos* é a obra de Hjelmslev mais popularizada no mundo, seu autor levou dez anos para finalizá-la. Nela estão presentes todos os conceitos que fundamentam a teoria Glossemática. É uma obra eminentemente constituída de conceitos, muitos deles, criados pelo próprio autor.

Além dos novos conceitos glossemáticos, Hjelmslev propôs novas perspectivas para análise da estrutura de funcionamento da língua e linguagem. Com isso tornou-se internacionalmente conhecido e influenciou uma geração linguistas de dinamarqueses de seu tempo, não só pela sua arte de ensinar, mas pelo espírito de liderança com que dirigia os estudos, pela organização com que ministrava as discussões, pelo rigor metodológico com que desenvolvia as investigações e pela persistência com que executava tudo aquilo que desejava. Foi um polemista brilhante e dono de uma personalidade forte e distintiva.

Louis Trølle Hjelmslev⁴ nasceu em 3 de outubro de 1899, em Copenhague, na Dinamarca, filho de Jonhannes Hjelmslev (1873-1950) e da senhora Agnes Hjelmslev. Seu pai foi professor acadêmico de matemática na Universidade Técnica de Copenhague entre 1905 a 1917 e na Universidade de Copenhague entre 1917 a 1942 com especial interesse em geometria, um campo que se tornou, na época, bastante conhecido em Copenhague, principalmente, após escrever *La geometria naturale*. Jonhannes foi um homem totalmente fascinado pela sua vida profissional, enquanto a senhora Agnes sempre teve saúde frágil.

⁴ Boa parte do conteúdo que constitui a biografia de Hjelmslev é proveniente de resumo parafraseado do texto “Louis Hjelmslev” de Francis J. Whitfield, disponível em: <http://www.jstor.org/stable/411413>, do site: www.wikipedia.org/wiki/hjelmslev e do *Circolo Glossematico*, disponível em: <http://circologlossematico.org/hjelmslev/autobiog.html>.

O interesse de Hjelmslev pelos estudos da linguagem se tornou uma questão séria quando ele ainda era estudante do curso secundário, especialmente, no ano de 1913, quando leu *Sprogets logic* [Lógica da Linguagem] de Otto Jespersen⁵ e, em seguida, traduziu em diversas línguas contos de fadas da obra *The story of a Mother* [A estória de uma mãe], de Hans Christian Andersen⁶. Em 1916 recebeu um prêmio do Liceu Gl. Hellerup pela apresentação de um breve ensaio denominado *Sammansatte ord i dansk* [As palavras compostas em dinamarquês].

A decisão de estudar linguística, segundo ele próprio, ocorreu com naturalidade. Em 1917, ingressou na Universidade para estudar linguística comparada. “Em 1919, recebeu da universidade uma medalha de ouro pela apresentação de um ensaio sobre as inscrições de Oscan” (WHITFIELD, 1966, p.615). Durante o curso de graduação seguiu, com rigor, as lições dos professores Holger Pedersen⁷, Kristian Sandfeld⁸, Dines Andersen⁹, Andersen Bjørn Drachmann¹⁰ e Johan Ludvig Heiberg¹¹, estudando principalmente línguas indoeuropeias e ugro-fínico, mas foi a fonética lituana que pesquisou para a monografia de conclusão do curso de graduação em 1921. Nesse mesmo ano, fez uma viagem de estudo à Lituânia onde conheceu o estudioso de linguística Kazimieras Būga¹².

Em 1923, Hjelmslev obteve o grau de mestre ao apresentar um estudo sobre a fonologia lituana. Nesse período de 1923 e 1924, Hjelmslev residiu em Praga, sob amparo de uma bolsa de estudo concedida pelo governo checo, para realizar estudos referentes à sintaxe do indoeuropeu e do sul persiano. Em 1925 casou-se com Vibeke Mackeprang, filha do diretor de museu, o Dr. M. Mackeprang, e da senhora Ingeborg Mackeprand. No biênio de 1926 a 1927, o dinamarquês passou estudando, em Paris, linguística geral e filologia eslava,

⁵Jespersen (1860-1943), linguista, professor e gramático da língua inglesa. Foi professor de Língua Inglesa em Copenhague (1893-1925). Escreveu *How to Teach a Foreign Language* (1901) e *Growth and Structure of the English Language* (1905).

⁶Andersen (1805-1875), poeta e escritor dinamarquês de histórias infantis. Destacou-se com várias obras: *O patinho feio*, *Os sapatinhos vermelhos*, *O soldadinho de chumbo* e *A pequena sereia* etc.

⁷Pedersen (1867-1953), linguista dinamarquês e professor de linguística comparada. Estudou a fundo muitas línguas indo-europeias. Escreveu diversos trabalhos. O mais conhecido é a *Gramática comparada das línguas celtas*.

⁸Sandfeld (1873-1942), linguista dinamarquês e professor de Filologia Românica na Universidade de Copenhague. Escreveu dois trabalhos de grande relevância para os estudos linguísticos: *Linguistique balkanique* (1930) e os três vols. *Syntaxe du français contemporain* (1928).

⁹Andersen (1861-1940), dinamarquês de descendência oriental. Foi professor na Universidade de Copenhague e escreveu dois trabalhos importantes: *A pali reader with notes and Glossary* e *A critical pali dictionary*.

¹⁰Drachmann (1860-1935) foi professor de Filologia Clássica na Universidade de Copenhague. Desenvolveu vários estudos no ramo da Filologia.

¹¹Heiberg (1854-1928), filólogo e historiador dinamarquês. Foi professor de Filologia Clássica na Universidade (1896-1924). Publicou mais de 200 trabalhos. Seu trabalho mais conhecido foi a descoberta de textos previamente desconhecido no Palimpsesto de Arquimedes.

¹²Būga (1879-1924), linguista e filólogo lituano. Foi professor de lituano e estudou o indoeuropeu.

em particular, sob orientação dos franceses Antoine Meillet¹³ e Joseph Vendryes¹⁴. Esse contato promoveu influência decisiva na formação linguista de Hjelmslev¹⁵.

Além dos trabalhos científicos, Hjelmslev prestou serviço nas organizações para a cooperação internacional, uma tarefa que, para ele, era natural e óbvia para um estudante de linguística. Assim, tanto em Paris quanto em Copenhague e Praga fazia parte de uma série de diferentes associações todas voltadas para a cooperação estudantil. Em 1926 trabalhou no Instituto da Federação Internacional dos Povos para a Cooperação Intelectual (Paris), sob a Seção de Relações Científicas, onde cooperou, em especial, com as publicações do "Boletim de Relações Científicas", a revista de colaboração científica internacional.

De 1927 em diante, os interesses de Hjelmslev se voltaram integralmente para a universidade onde começou a estudar a sintaxe indoeuropeia. Segundo ele, um frutífero desenvolvimento dessa disciplina só ocorreu mediante a fundação racional da gramática geral. Esse pensamento só se frutificou em 1928 quando Hjelmslev desenvolveu, em Paris, seu primeiro trabalho em linguística: *Princípios de gramática geral*. Esse foi encaminhado a uma banca examinadora, na tentativa de requerer o título de doutor em linguística comparativa, mas, sem atender aos critérios de originalidade, o trabalho não foi aceito como tese.

Em 1931, por iniciativa de Hjelmslev juntamente com Uldall e outros estudiosos, fundaram o Círculo Linguístico de Copenhague. O objetivo do Círculo era criar um fórum de estudo para desenvolver um novo tipo de investigação linguística. Inicialmente, os trabalhos incidiram sobre a fonologia, porém, mais tarde para a linguística geral. O número de membros do grupo cresceu rapidamente, dando origem a inúmeras publicações. Para tornar público essas produções foi criado o "Boletim do Círculo Linguístico de Copenhague" e, em seguida, criaram-se a revista internacional de investigação estrutural, *Acta Linguística*, que mais tarde recebeu a denominação *Acta Linguística Hafniensia*. Hjelmslev foi presidente do Círculo até pouco tempo antes de sua morte.

Nesse período de instauração do Círculo, Hjelmslev desenvolveu dois ensaios históricos, no campo da fonologia báltica, sob o título de "Estudos bálticos", que deu a ele o título de doutorado em 1932. No mesmo ano, foi comemorado o centenário da morte de Ramus Rask, e, oportunamente, Hjelmslev publicou o primeiro volume de textos selecionados escritos por Rask. Em 1941, foram publicados os outros dois volumes contendo

¹³Meillet (1866-1936), linguista francês, atuou como professor no *Collège de France* e na *École des Langues Orientales*. Entre os diversos trabalhos que escreveu, destacou-se com *Linguistique historique et linguistique générale* (1921) e com o tema denominado "Linguística social" desenvolvida em várias obras.

¹⁴Vendryes (1875-1960), linguista francês, atuou como professor de línguas célticas na *École Pratique des Hautes Études* em Paris e fundou o jornal *Études Celtiques*.

¹⁵Essas informações foram expressas, em 1995, pelo *Circolo Glossematico* instalado na Itália.

correspondências de Rask. Esse trabalho elevou mais ainda o nome de Rask a uma posição de maior expoente da história da linguística dinamarquesa. Em 1934, Hjelmslev aceitou a indicação para assumir a cadeira de professor de linguística comparativa na Universidade de Aarhus. Nesse mesmo ano, publicou a primeira parte de *La catégorie des cas: etude de grammaire générale* e dois anos mais tarde publicou a segunda parte.

Em 1935, Hjelmslev e Uldall apresentaram, no Congresso de Ciências Fonéticas, em Londres, a teoria de análise de expressão. Nesse mesmo ano, escreveram as primeiras ideias que mais tarde deram origem a Glossemática. Por razões não reveladas, “deixaram de apresentar a teoria na forma finalizada, no Congresso de linguística realizado em Copenhague, em 1936, sob a denominação de *Synopsis of an outline of Glossematics*” (WHITFIELD, 1966, p.617). Apesar da parceria deles continuarem somente até a irrupção da II Guerra mundial e a conseqüente saída de Uldall da Dinamarca, só a primeira parte de *Synopsis of an outline of Glossematics*, que pertencia a Uldall, foi publicada. A parte de Hjelmslev que incluía 187 páginas, intitulada de *Sproteori: Résumé* [Teoria da linguagem: resumo], foi preparado para publicação em 1943. Essa parte foi compreendida, preliminarmente, como uma apresentação resumida do método formal glossemático a ser reformulado e ampliado em colaboração com Uldall. Seria aparentemente a esperança de um retorno que juntaria a parte de Hjelmslev com a de Uldall numa única publicação, mas Hjelmslev se decidiu contra a ideia e publicou sozinho, em 1943, *Omkring sprogteoriens grundlaeggelse* (OSG) como introdução geral de sua teoria.

Na ausência do prometido *Outline*, houve uma forte tentação para utilizar o que Hjelmslev tinha chamado *Prolegômenos* como uma substituição da própria teoria. E, inevitavelmente, depois do volume de *Recherches structurales* (1949) [Pesquisas estruturais] apresentado a Hjelmslev pelo Círculo Linguístico de Copenhague, no seu quinquagésimo aniversário, onde referências aos OSG ocorrem em todas as páginas, houve um aumento de exigência para que a tradução tornasse o trabalho mais acessível á comunidade linguística em geral. Com isso, o trabalho de supervisão foi feito por Hjelmslev por desconfiar que o objetivo do livro não fosse adequadamente compreendido pelos leitores.

O trabalho de tradução para língua inglesa, a qual Hjelmslev desenvolveu de preferência ao título *Prolegômenos to a theory of language* (1953) foi uma atitude típica de sua generosidade e cortesia para com seus leitores. Antes disso, em 1952, quando entregou o texto traduzido, ele cuidadosamente autorizou somente uma edição limitada e multigrafada, exclusivamente, para o uso numa aula no Instituto de linguística. Após aula no Instituto, ele decidiu que poderia colaborar com o tradutor, produzindo uma versão final. Entretanto,

considerou grosseira a atitude do tradutor ao propor mudanças no texto original. Ele nunca revelou qualquer reação sobre isso, “mas se sabe que ele fez sérias considerações a cada sugestão, muitas vezes, adiava decisão até o próximo encontro para dar a ele tempo para pensar mais. Mas não era o interesse de Hjelmslev parar com o trabalho de publicação” (WHITFIELD, 1966, p.18).

No fim de 1960, já numa visível falta de saúde, Hjelmslev participou do Congresso Internacional de Lógica, Metodologia e Filosofia de Ciência realizado na Stanford University. Lá ele contribuiu, satisfatoriamente, para o evento com um novo material e, ao mesmo tempo, conferiu com o tradutor sobre algumas mudanças para a edição revisada que apareceu no ano seguinte (1961). Nessa última combinação, ele ainda sentiu que tinha tomado uma decisão confusa ao concordar com algumas sugestões do tradutor. Uma vez tudo combinado, uma série obrigações acarretou-lhe inquietações mentais, mas ele nunca se esquivou de cumpri-las. Ao mesmo tempo, sua mistura de lealdade, franqueza e humor contribuíram bastante para a edição do trabalho.

Dois anos antes da composição de OSG, “Hjelmslev havia escrito uma introdução geral para linguagem e ciência linguística que seria mais perto de um trabalho de real popularização, mas não popularização da glossemática, exceto no sentido em que a discussão inteira exhibe marca clara da teoria” (*op. cit.; loc. cit.*). Foi considerado um livro extraordinariamente pequeno para tanto conteúdo incluído, mas foi o primeiro considerado longo para a série a qual ele tinha contribuído. Por alguma consequência, ele não apareceu até 1963, como última publicação de Hjelmslev: *Sproget: en introduktion* [Linguagem: uma introdução]. Uma versão francesa do trabalho apareceu somente em 1966 e uma em inglês em 1968.

Para Hjelmslev, a linguística estrutural sempre permaneceu como um programa de pesquisa, que, constantemente, coloca em julgamento a hipótese do trabalho, quando é cientificamente legítimo descrever a língua como uma estrutura. Ninguém foi mais interessado do que ele, uma vez que tinha estabelecido a base de sua teoria para prosseguir e testar a solidez dela em sua aplicação. O trabalho dele depois de 1943 foi particularmente direto para exploração do plano de conteúdo da língua, e nove das quinze partes que ele escolheu para inclusão em *Essais linguistiques* foram fies a tais estudos.

Em *La stratification du langage* (1954), ele retornou mais uma vez a teoria com um todo, desenvolvendo algumas de sua mais longas implicações num estudo que faz relação com os *Principes de grammaire générale* (1928) e o OSG. Teoria e prática estavam necessariamente de acordo com seus princípios, inseparável do estudo das coisas mais

interesse do mundo, a linguagem. *A língua é a forma pela qual concebemos o mundo. Não há teoria do conhecimento, objetivo e definitivo sem recorrer a feitos da língua. Não há filosofia sem linguística*¹⁶. Estas palavras, que ele escreveu em 1938, talvez seja a melhor revelação de sua última inspiração e a fonte daquele trecho extraordinário a qual todos nós devemos a Louis Hjelmslev.

Com vista nessas definições introdutórias, esse trabalho, em sua integridade, se estrutura em cinco capítulos, visivelmente, semelhantes no que refere aos conteúdos desenvolvidos. Entre a unidade discursiva de cada capítulo não há nitidamente uma demarcação que estabeleça até aonde um conceito possa obter o seu ideal de discussão. Por tratar de um estudo em que se visa a rever conceitos formulados num contexto passado, uma explicação de um conceito em dimensão reduzida seria obviamente uma tentativa de distorcer os princípios que regem o modo de pensar os fenômenos da linguagem. Com vista nisso, a divisão em capítulos atende muito mais ao aspecto estrutural do trabalho do que aos limites discursivos dos conceitos.

O primeiro capítulo apresenta três categorias introdutórias da teoria Glossemática: contexto histórico de surgimento, conceitos linguísticos e métodos científicos. A primeira faz um recorte historiográfico-linguístico dos estudos de Ramus Rask a Hjelmslev e descreve o contexto histórico em que nasceu a Glossemática. A segunda analisa os conceitos de estruturalismo linguístico, de texto nas dimensões glossemática, epistemológica e linguística, de linguagem, de língua e de fala. A terceira analisa o percurso e o papel do princípio do empirismo, do princípio da imanência e do método dedutivo e seus procedimentos metódicos para análise dos fenômenos da linguagem no contexto estruturalista.

O segundo capítulo explica o conceito de signo linguístico desenvolvido em quatro dimensões: a primeira analisa o conceito de signo em si, em que entram os conceitos signo linguístico, o signo linguístico e o homem, o signo definido por Hjelmslev, figuras, plano de conteúdo e de expressão, esquema, norma e uso. A segunda desenvolve o conceito de signo na perspectiva das relações entre os signos e entre os elementos que formam o signo. Essa parte se constitui pela função, processo e sistema, bem como pela noção de na constituição da Glossemática. A terceira faz uma comparação entre a concepção de signo de Hjelmslev e de Saussure. A quarta, correspondendo ao terceiro capítulo, descreve a cenemática em busca de explicar o sentido da expressão e a pleremática no propósito apresentar o conceito de sentido do conteúdo.

¹⁶ Tradução nossa, do francês para o português. Essa citação foi transcrita do texto “Trabalhos do Circulo Linguístico de Copenhague”, publicado em 1959, p.164.

O terceiro capítulo desenvolve análise do signo nas dimensões do processo (texto) e do sistema (língua), bem como explica o procedimento de análise em que visa a demonstrar as invariantes e as variantes do sistema através do processo. Esse procedimento de análise é infalivelmente demonstrado pelos processos de comutação, permutação e mutação. Os dois últimos temas dessa unidade apresentam explicação da fusão ou neutralização e ausência de formas linguísticas ocorridas no sistema e apresentadas pelo texto. A esses dois fenômenos linguísticos Hjelmslev denominou de sincretismo e catálise.

O quarto capítulo reúne duas discussões consideradas comungáveis dentro do contexto glossemático. A primeira analisa os conceitos de linguagem e não é linguagem e a incorporação da não linguagem como objeto de análise da Glossemática estabelecido pelo ponto de vista semiótico. A segunda define semiótica e metassemiótica e, ao mesmo tempo, descreve o papel desses dois conceitos na análise do que é linguagem e o que não linguagem.

O quinto capítulo se constitui de dois assuntos com características comuns. O primeiro faz uma breve exposição da influência de Algirdas Julien Greimas obtida através do conceito de sentido desenvolvido por Hjelmslev na Glossemática. Nessa unidade, a figura de Greimas é apresentada como a principal continuadora de Hjelmslev através da obra *Semântica Estrutural* publicada em 1961. A última parte descreve o procedimento de continuação da Glossemática na atualidade. Nessa exposição destaca a figura de Sémir Badir como o principal leitor de Hjelmslev no momento atual.

Capítulo I

1 Glossemática: contexto histórico de surgimento, conceitos e métodos

1.1 De Rask a Hjelmslev: um recorte da linguística dinamarquesa¹⁷

Rasmus Christian Rask (1787-1832) nasceu em *Brædekilde* na ilha dinamarquesa de *Funen*. Rask estudou na Universidade de Copenhague e imediatamente apresentou extraordinário talento para aquisição de línguas. Em 1808, foi indicado para auxiliar da biblioteca da Universidade, e alguns anos depois ele se tornou professor de história literária na universidade. Em 1811 publicou, em dinamarquês, *Introduction to the grammar of the icelandic and other ancient northern languages* a partir de materiais impresso e manuscritos acumulados por seus predecessores no mesmo campo de pesquisa.

Em outubro de 1816, Rask deixou a Dinamarca numa expedição literária financiada pelo rei para investigar as línguas do leste e coletar manuscritos para a biblioteca universitária de Copenhague. Ele seguiu primeiro para Suécia onde permaneceu por dois anos. Em seguida, ele foi para a Finlândia para estudar a língua. Lá ele publicou em sueco, *Anglo-saxon grammar* em 1817. Em 1818, publicou, em dinamarquês, “Essay on the origin of the ancient scandinavian or icelandic tongue”, em que ele identificou parentesco daquela língua com as outras línguas europeias, particularmente, o latim e o grego.

Em 1819, Rask foi para São Petersburgo, onde escreveu, em alemão, um *paper* denominado “The languages and literature of norway, iceland, sweden and finland” para o sexto número da *Vienna Jahrbucher*. Depois foi a Rússia, prosseguiu para *Tartary* na *Persia* e residiu por alguns tempos em *Tabriz*, *Teheram*, *Persepolis* e *Shiraz*. Em aproximadamente seis semanas, ele se fez suficiente mestre do persa para poder conversar livremente.

Em 1820, embarcou em *Bushire*, na Pérsia, para *Bombay*, na China. Durante sua residência lá escreveu, em inglês, “Uma dissertação sobre a autenticidade da língua *Zend* (antiga língua iraniana). De *Bombay* prosseguiu para *Ceylon* (atualmente Sri Lanka), onde chegou em 1822, e logo depois escreveu, em inglês, uma dissertação a respeito do melhor método de expressão dos sons da língua indiana em caracteres europeus. Rask retornou para Copenhague em maio de 1823, levando um considerável número de manuscritos oriental, persa, *zand* (língua falada nos países baixos), *pali* (língua descente do sânscrito), *sinhalese* (língua falada no Sri Lanka) e outros, com os quais ele enriqueceu as coleções da capital dinamarquesa.

¹⁷Boa parte das informações que se referem a Rasmus C. Rask foram retirada da Wikipedia, disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Rasmus_Christian_Rask

No período entre seu retorno a Copenhague e sua morte, Rask publicou em sua língua nativa uma *Spanish grammar* (1824), uma *Frisian grammar* (1825), um *Essay on danish orthography* (1826), uma *Treatise respecting the ancient egyptian chronology* e uma *Italian grammar* (1827), e o *Ancient Jewish Chronology previous to Moses* (1828). Ele também editou uma edição da *Danish grammar for the use of englishmen* (1830) de Schneider e supervisionou a tradução inglesa de sua *Anglo-saxon grammar* feita por Jeremy Thorpe (1830).

Sob *status* de todo esse currículo acadêmico, pode-se qualificar Rask como um dos maiores expoentes dos estudos linguísticos do século XVIII. Não só por ele ter estudado uma ampla variedade de línguas, mas por ter produzido um vasto número trabalhos e denominado o racionalismo empirista marcado pela descrição e pela classificação dos dados linguísticos. Além disso, não pode deixar de considerar nessa qualificação, segundo Paveau (2006, p.14), a influência dele ao naturalismo de Carl Von Linné¹⁸ que, tendo sido precursor em botânica e em zoologia, propôs uma nomenclatura binária, levando à classificação dos seres vivos em gênero e em espécie, assim como a influência do evolucionismo de Jean B. Lamarck¹⁹. A transposição desse cenário científico, no quadro da gramática comparada em formação, permite a Rask ultrapassar os limites do comparativismo linguístico.

Depois de um primeiro estudo consagrado à *Grammaire de l'islandais* (1811), ele buscou estabelecer, nas *Recherches sur l'origine de l'ancienne langue nordique ou islandaise* (1818), o parentesco do islandês com as línguas eslava, báltica, grega e latina. Essa pesquisa magistral apoiou-se nas reflexões conduzidas por Jacques Turgot²⁰, em 1754, sobre a evolução das línguas e das relações etimológicas. Numa comparação a forma de numerosas palavras pertencentes aos vocabulários de línguas diferentes, Rask demonstrou o parentesco que o som de uma língua estabelece com o “som” de uma outra língua, a partir do postulado naturalista da estabilidade relativa das espécies (no caso, aplicada às relações etimológicas). O método então empregado foi aquele da filologia helenista, Friedrich A. Wolf, no fim do século XVIII. Essa demonstração conduz Rask a deduzir que:

Se descobrirmos que em duas línguas as formas de palavras indispensáveis concordam a um tal ponto que se pode descobrir as regras das mudanças de letras que permitem passar de uma a outra, então existe um parentesco fundamental entre essas línguas (PAVEAU, 2006, p.14).

¹⁸Linné (1707-1778), médico e naturalista sueco. Fico conhecido internacionalmente por seu sistema de classificação de plantas, animais e minerais.

¹⁹Lamarck (1744-1829), naturalista francês, desenvolveu estudos sobre classificações dos invertebrados e fez algumas postulações sobre a evolução das espécies. Foi uns dos primeiros a dizer que os organismos de hoje são descendentes dos primeiros períodos geológicos, que se evoluíram por causas naturais.

²⁰Turgot (1727-1781), filósofo social, economista e funcionário público francês.

Para Paveau (2006, p.15), Rask “recusa, todavia, a acreditar na hipótese de uma ‘língua mãe’, tendo como objetivo manifesto da pesquisa aproximar-se do tronco mais provável do qual procede – no quadro de sua investigação – a antiga língua escandinava”. Para Hjelmslev *apud* Paveau (*op. cit.; loc. cit.*), “Rask está entre os precursores da linguística estrutural. Ele é, absolutamente, ao mesmo tempo, um dos que reconheceram e estabeleceram nas suas grandes linhas a família (linguística) indoeuropeia e o fundador da filologia nórdica”.

No ensaio “Introdução à linguística estrutural” (1937) em que Hjelmslev apresentou a aula inaugural de sua nomeação para a cadeira de linguística da Universidade de Copenhague, proferiu o seguinte depoimento:

Um linguista dinamarquês não poderia deixar de notar que essa cadeira foi fundada no centenário do primeiro linguista dinamarquês de reputação internacional, Rasmus Rask (...). Pura coincidência, mas é natural e perdoável admiti-la como simbólica. O elo que une Rasmus Rask a Vilhelm Thomsen²¹, e este de Holder Petersen e ao dia de hoje, não é produto de mera coincidência, mas de determinação, esforço, trabalho árduo e empenho intelectual. Nem é por coincidência que Ludvig Wimmer²² e Vilhelm Thomsen se incluíam entre os linguistas dinamarqueses que em 1887 renderam tributo às realizações de Rasmus Rask no campo dos estudos biográficos, e que Holder Pedersen era quem em 1932 apresentava uma avaliação da obra de Rask na edição de seus escritos selecionados, publicados para comemorar o centenário de sua morte (HJELMSLEV, 1991, p.16).

O interesse de Rask pela histórica se tornou, desde sua juventude, a principal motivação para seus estudos linguísticos. A busca pela antiguidade perdida dos povos do norte levou-o a procurar, na esfera linguística, a fonte a partir da qual o mundo setentrional se tornou alvo fascinante para suas pesquisas. A partir dessa percepção, ele compreendeu que tais estudos poderiam desenrolar os fios que formavam o sistema das línguas daqueles povos. A partir de então, além da filologia escandinava, que jamais abandonou, seu interesse se tornou puramente linguístico. Desse marco em diante, Rask escreveu seu trabalho sobre a origem do velho nórdico (1818), mostrando os pontos de contato entre as principais línguas indoeuropeias e as línguas nórdicas.

Num tempo em que a inspiração romântica de Rask se tornou remota, Vilhelm Thomsen deu continuidade ao assunto preferido da época. Thomsen próprio declarou, um tanto paradoxal, que seu principal interesse residia onde termina a linguística e começa a história. Foi o seu interesse pela história e civilização das nações do norte que o conduziu às magistrais e insuperáveis investigações acerca das conexões entre as palavras dos povos do

²¹Thomsen (1842-1927), filólogo dinamarquês. Tornou-se conhecido mundialmente por decifrar as inscrições turcas de Orkhon.

²²Wimmer (1839-1920) foi professor de línguas escandinavas e reitor da Universidade de Copenhague (1894-1895). Sua grande obra foi *Os monumentos dinamarquês rúnico*.

báltico, à brilhante decifração das inscrições de Orklon²³, que forneceram a verdadeira base para o estudo das línguas turcas, e a outras descobertas igualmente notáveis.

Semelhante percurso fez o dinamarquês Holder Pedersen, cuja principal realização foi a exploração puramente linguística das línguas indoeuropeias e das línguas da Ásia Menor. Nos estudos das línguas da Ásia Menor, a princípio, ele concentrou seus estudos numa época bem remota da história, a qual se dedicou com admirável perseverança. Numa outra ocasião, ele prosseguiu suas investigações sobre a etnologia original dos países do Mediterrâneo, das quais também Vilhelm Thomsem participou com a habitual competência.

Da época de Rask a Hjelmslev, a instituição filológica, “que quase sempre enfatiza os aspectos históricos e literários, em detrimento do formal e do linguístico, tem levado os especialistas dinamarqueses a desenvolver estudos puramente linguísticos, nos quais a linguagem se constituiu numa instituição imanente” (Hjelmslev, 1991, p.18). A maioria desses especialistas foram obrigados a permanecer filólogos até resolver dedicar-se ao ensino, combinando nessa atividade a linguística com os estudos literários regionais. O dinamarquês Johan Nicolai Madvig²⁴, cujo principal trabalho consistiu na crítica textual e na interpretação de grande número de tratados profundos a propósito de previsão antecipou os resultados que somente mais tarde através de outros meios deveriam tornar-se patrimônio comum da linguística geral.

Rasmus Rask “sobressaiu-se como um realista e racionalista sob plena influência do Romantismo. Em sua época, todos os linguistas dinamarqueses que lhe seguia eram do tipo realista e racionalista” (HJELMSLEV (1991, p.18). Ele não permite classificação nem pertence apenas a um determinado período. Qualquer tentativa de enquadrá-lo numa corrente de desenvolvimento estaria causalmente se comprometendo a romper com tal corrente. Sem predecessores ou guias, ele criou seus próprios métodos e realizações graças à riqueza de sua personalidade de estudioso. Assim, ele se tornou precursor e pioneiro, com consequências futuras praticamente incalculáveis, não apenas da pesquisa acerca das relações entre as línguas indoeuropeias, campo em que chegou a ser considerado fundador, mas também da teoria da linguística geral.

²³ O *corpus* da inscrição consiste em dois monumentos que foram construídos no Vale Orkhon entre 732 e 735, em honra do príncipe dois Kokturk Kul Tigin e seu irmão, o imperador Bilge Kagan. Foram descobertas em 1889 por uma expedição de Nikolay Yadrintsev e decifradas pelo filólogo dinamarquês Wilhelm Thomsen. Estas inscrições são os primeiros textos conhecidos em qualquer idioma altaico.

²⁴ Madvig (1804-1886) nasceu na Ilha de Bornholm na Dinamarca. Foi filólogo e professor de Língua latina e Literatura na Universidade de Copenhague. Seu trabalho mais conhecido trata-se da sintaxe do latim. Foi reeditado em 2001.

Nessa perspectiva, originalidade e versatilidade podem revelar-se características invalidadas se não estiverem subordinados a uma exigência do realismo e do racionalismo, como acontece na obra de Rask. Todos os linguistas dinamarqueses modernos e contemporâneos foram, por necessidade, influenciados por Rask em virtude da riqueza e abrangência de sua obra. Toda essa influência se deu numa feliz fusão de independência, realismo e racionalismo. De tal modo que essas três últimas palavras identificam, plenamente, a tradição linguística dinamarquesa dos séculos XVIII e XIX.

Como extraordinário leitor e continuador da obra de Rask, Hjelmslev não nega tal influência. Para Hjelmslev, Rask não só fez grandes estudos linguísticos, mas foi um linguista cosmopolita que trouxe de quase todas as partes do mundo conhecimentos linguísticos para a Dinamarca. Com esse pioneirismo, ele exerceu uma espécie de arqueólogo da linguagem. De modo que, na época de Rask, a Dinamarca se tornou um dos principais laboratórios do mundo em atividade de pesquisa da linguagem. Só não alcançou maior esplendor em decorrência dos limites do mundo em relação ao conhecimento da língua dinamarquesa.

1.2 Estruturalismo linguístico

O estruturalismo foi, soberanamente, um movimento instaurado no início do século XX e trouxe grandes descobertas e novas perspectivas para o campo da Linguística. Inicialmente se tratava de modelo utilizado quase que somente pela linguística, mas logo depois, seu aparato metodológico foi aproveitado pela maioria dos campos do conhecimento humano.

Na Linguística, esse movimento se caracterizou por uma abordagem de estudo de língua que privilegiava a concepção dos traços linguísticos como estruturas e sistemas, isto é, um conjunto formado por diversas partes relacionadas entre si. São vários os conceitos conhecidos em linguística que foram inaugurados e/ou amplamente utilizados pelo estruturalismo. Entre os mais importantes estão os de estrutura e sistema apresentados por Francisco da S. Borba, que compara a língua com o sistema solar.

Dizemos que um conjunto de objetos constitui um sistema quando esses mesmos objetos se aproximam por terem alguns traços em comum e se organizam seguindo determinados princípios de tal modo que o resultado seja um todo coerente. Por exemplo, o *sistema solar* é formado por um conjunto de astros – o sol, os planetas, os satélites, os asteróides –, que seguem determinadas leis da mecânica celeste: os satélites giram em torno dos planetas, e estes, em torno do sol; planetas e satélites giram também em torno do próprio eixo etc. o que caracteriza o sistema é o *arranjo* de seus componentes e, depois, os princípios que determinam tal arranjo. Digamos que a esse arranjo se dê o nome de *estrutura*; então, uma estrutura vem a ser a disposição dos elementos dentro de um sistema, o que vale dizer que é fundamental para a existência do sistema (BORBA, 1998, p.29, grifo do autor).

Em linguística, ‘estrutura’, ‘estrutural’ e ‘estruturalismo’ constituem palavras-chaves no léxico dos pensadores do século XX. O termo ‘estrutura’ foi empregado pela primeira vez no 1º Congresso Internacional de Filólogos Eslavos, em 1928, em Haia, numa tese escrita em francês em que os russos Jakobson, Karcevsky e Trubetzoy apresentaram os princípios funcionalistas, com vista ao estudo de fonemas. Antes disso, Ferdinand Saussure havia empregado a palavra ‘sistema’ com sentido análogo ao de estrutura.

O movimento estruturalista seguiu duas grandes vertentes principalmente em função da diferença na metodologia de estudo adotada: o estruturalismo americano adotou o método indutivo, que analisa os fenômenos linguísticos do particular para o geral e o estruturalismo europeu utilizou o método dedutivo, que analisa os problemas do geral para o particular. Além disso, tais vertentes compartilhavam muitas características básicas, como, por exemplo, “a noção de cada língua como um sistema único com características próprias, a qual se relaciona à dificuldade em comparar os sistemas estruturais de línguas distintas” (WEEDWOOD, 2002, p.129).

A corrente americana privilegiava a ‘substância’ e não a ‘forma’ como ponto de partida de seus estudos. A oposição entre substância e forma, na linguística moderna, teve sua origem na fórmula de Saussure: “a língua é forma e não substância” (2006, p.131). A substância manifesta a realidade ou matéria fônica da língua e a forma exprime as relações que as unidades linguísticas mantêm entre si. A corrente americana levava em conta, portanto, exemplos de enunciados reais produzidos por indivíduos, ao invés de se concentrarem no sistema linguístico como um todo. Esta corrente tinha um caráter extremamente descritivo com influência antropológica que foi evidenciada pelo grande interesse nos estudos das diversas línguas indígenas americanas.

Entre os principais expoentes do estruturalismo americano pode-se reverenciar Franz Boas²⁵, Edward Sapir²⁶ e Leonard Bloomfield²⁷. Boas classificou as línguas indígenas americanas em pesquisas efetivadas sobre análise linguística. Visto Boas não ter formação acadêmica em linguagem, estabeleceu um padrão de descrição gramatical para aplicar às classificações. A partir de seus estudos, Boas argumenta que não há uma correlação

²⁵ Boas (1858-1942), descendente de família judaica que emigrou para os Estados Unidos em 1887. Foi antropólogo, mas desenvolveu importantes estudos no campo da Linguística. Em 1940 publicou *Raça, linguagem e cultura*.

²⁶ Sapir (1884-1939) nasceu em Lauemburg, Alemanha. Estudou em Nova Iorque e em Columbia. Estudou sobre as culturas e as línguas ameríndias. Lecionou Antropologia e Linguística na Universidade de Chicago e de Yale. É conhecido pela autoria de uma só obra: *Language* (1921). Foi linguista e antropólogo.

²⁷ Bloomfield (1887-1949) nasceu em Chicago, em 1887. Lecionou alemão, linguística e gramática comparada em diversas universidades americanas. Na linguística geral, escreveu um só livro: *Language*. Sua 1ª edição foi publicada em 1914. Em 1933 foi publicada uma versão atualizada da obra.

necessária entre uma dada língua e uma dada raça²⁸ ou entre uma dada língua e uma dada cultura.

Em seus estudos, Franz Boas concebe a linguagem como o sistema cultural mais sofisticado disponível às sociedades humanas e a seus membros, não sendo possível uma Antropologia sem o estudo da linguagem. Grandes contribuições foram dadas à Linguística pelos estudos centrados no conteúdo das línguas indígenas. O mais brilhante aluno de Boas e um dos mais ilustres linguistas americanos do século XX foi Edward Sapir. Dando continuidade aos estudos do seu mentor adicionou a estes uma visão estruturalista da linguagem: que esta é um sistema coerente de subsistemas interligados, sendo impossível medir linguagem.

Foi com Edward Sapir que o estruturalismo norte-americano se consolidou como método. Conhecedor de linguística, literatura, antropologia e música entre outras áreas, é chamado por Lepschy (1971, p. 81) de “o mais humanista dos linguistas estruturalistas norte-americanos”. Para Sapir, o “fato linguístico” era complexo e variado, o que exigia cautela ao se falar da estrutura de uma língua. Seus conhecimentos nas diversas áreas impedem que ele seja um simplista na definição de estrutura. Diz Lepschy:

É necessário notar a prudência e o equilíbrio com os quais ele fala da estrutura linguística, evitando excessivas exemplificações e o fácil cientificismo que, a seguir, tornaram-se tão frequentes. (...) Desde o prefácio, ele insiste sobre o caráter ‘inconsciente e sobre a natureza não-racionalista’ da estrutura linguística (LEPSCHY, 1971, p.82).

Sapir é reconhecido como o maior divulgador do descritivismo boasiano. Enfatizou reiteradamente a função social e o caráter convencional da linguagem afirmando que uma língua não é um conjunto de rótulos aplicado a um mundo pré-dado e objetivo. Sapir via as línguas como sistemas coerentes de conjuntos imbricados de subsistemas, e não como categorias classificatórias da experiência.

O estruturalismo desenvolvido pelo norte-americano Leonard Bloomfield influenciou diversos linguistas de sua época a fazerem uma pesquisa com mais rigor científico, devendo a esses linguistas assumirem uma posição de empirista em relação ao fato observado. Ele utiliza a concepção mecanicista do comportamentismo (behaviorismo) para os fatos linguísticos. Ele entende que “o funcionamento da sociedade humana deve-se à linguagem” (LEPSCHY, 1971, p. 89)

Para Bertucci (2008, p.2), Bloomfield aplicou a teoria estruturalista de Saussure nos Estados Unidos de modo muito particular, privilegiando a descrição das leis do sistema

²⁸O termo “raça” é empregado nesse trabalho, atendendo a originalidade terminológica de Franz Boas.

linguístico. De Saussure herdou basicamente o fazer linguístico sincrônico. Dos linguistas americanos que o antecederam Bloomfield recebeu a influência de um estudo voltado especialmente para as línguas ameríndias. Utilizou a teoria behaviorista e analisou a língua como um sistema em que os elementos se organizam por um certo comportamento geral.

A obra de Bloomfield que marca o início do descritivismo é *An Introduction to the Study of Language*, de 1914, que, segundo Lepschy (1971), foi considerado o maior livro de linguística do século, nas décadas seguintes à publicação. Além disso, a exposição dos métodos bloomfieldianos fez com que se pudesse manter uma linguística pós-bloomfieldina nos Estados Unidos, pelos menos nos 20 anos seguintes ao lançamento.

Bloomfield criticava o ensino prescritivo nas escolas e a rejeição às variantes. Sua abordagem descritiva foi uma reação a isso, uma forma de defender as variantes da língua como parte da língua e não uma língua errada ou estranha. Para ele, o normativismo que envolve as gramáticas escolares vem desde a época dos filósofos medievais.

Bloomfield, apesar de valorizar os estudos históricos da linguagem, critica o caráter “mentalista, pseudo-explicativo e psicológico desses estudos” e propõe uma substituição disso pela “generalização indutiva, com base no estudo descritivo da linguagem”. Nessas contestações nasce o *descriptivismo* bloomfieldiano (ou americano, ou linguística descritiva). Lyons (1987) confirma que o descritivismo é considerado a versão norte-americana do estruturalismo europeu (BERTUCCI, 2008, p.7).

Segundo Bertucci (2008, p.13), a linguística descritiva, nos Estados Unidos, recebeu força pelo interesse americano na integração nacional, fato que propiciou uma união do descritivismo com a antropologia, que resultou no aperfeiçoamento de técnicas de abordagem de culturas indígenas. Para ele, é característica da linguística ser uma ciência que recebe contribuição ou retração de diversos fatores. Os descritivistas foram ativos no desenvolvimento de uma linguística estruturalista, sobretudo pelos seus métodos, aplicados às línguas indígenas da América, que, embora ainda faladas, estavam para desaparecer.

Em convergência com o método dedutivo, o estruturalismo europeu teve como ponto de partida a ‘forma’, ou seja, privilegiava a visão de linguagem enquanto um sistema anterior a qualquer enunciado produzido por indivíduos (*a priori*). O estruturalismo europeu foi dividido em várias correntes, a saber: Escola de Praga, representada, por exemplo, pelo pensamento de Trubetzkoy (1890-1938) e Jakobson (1896-1982), a Escola de Londres, representada por Firth (1890-1960) e a Escola de Copenhague, representada por Hjelmslev. Contudo, o estruturalismo europeu teve como principal representante o suíço Ferdinand Saussure (1857-1913).

Para Lyons (1987, p.162), “é convencional e conveniente datar o nascimento do estruturalismo a partir da publicação do *Curso de linguística Geral*, doravante *Curso*, de Saussure em 1916”. Em razão disso, Saussure foi consagrado com a honra de precursor do estruturalismo moderno. Porém, é importante ressaltar que o suiço jamais empregou, em qualquer sentido, a palavra ‘estrutura’. Em toda sua obra, a noção essencial é a de sistema. O termo estrutura foi empregado primeiro pelos russos Jakobson, Trubetzkoy e Karcevsky e depois por Émile Benveniste em *Problemas de linguística geral I* (1966) com adequação conceitual a permanecer definitivamente.

A tese de que a língua forma um sistema só se tornou compreendida décadas mais tarde após a publicação do *Curso*. Essa ideia foi primeiramente enunciada nas conferências apresentadas por Saussure na Universidade de Genebra entre 1907 a 1911, e popularizadas com a publicação do *Curso* pelos discípulos do mestre genebrino Charles Bally, Albert Sechehaye e Albert Riedlinger.

As formulações que definem a língua como um sistema organizado aparecem explicitamente em todas as partes do *Curso*. Nesse sentido, os enunciados de maior relevância explicativa merecem ser lembrados: “A língua é um sistema que só conhece a sua própria ordem” (SAUSSURE, 2006, p.43); “A língua, sistema de signos arbitrários” (p.106); “A língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas na sua solidariedade sincrônica” (p.124). Mais do que isso, Saussure enuncia a primazia do sistema sobre os elementos que o compõem:

É uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um certo som com um certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema de que faz parte; seria crer que se pode começar pelos termos e construir o sistema somando-os, quando ao contrário é do todo solidário que é preciso partir para obter por análise os elementos que ele encerra (SAUSSURE, 2006, p.157).

Conforme destaca Benveniste (2005, p.100), outros dois princípios, igualmente saussurianos, de que a língua é forma, não substância e de que as unidades da língua não podem definir-se a não ser pelas suas relações, indicam-se os fundamentos da doutrina que iria, alguns anos mais tarde, pôr em evidência a *estrutura* dos sistemas linguísticos.

Saussure, portanto, chega à ideia de um sistema onde tudo está imbricado com tudo, embora o *Curso de linguística Geral* não faça uso da palavra estrutura, pode-se por isso dizer que Saussure tinha descoberto na língua uma construção legitimamente estrutural, isto é, uma construção onde o sistema, em termos lógicos, é mais fundamental que os próprios objetos. “O estruturalismo saussuriano, particularmente, tem sido uma força poderosa no

desenvolvimento de uma abordagem caracteristicamente francesa da semiótica (semiologia) e na aplicação à crítica literária, por um lado, e à análise da sociedade e da cultura, por outro” (ILARI, 2005, p.64).

Ramon Jakobson e Nikolaj Trubetzkoy foram os verdadeiros fundadores da *fonologia estrutural*. Trubetzkoy (1890-1938), linguista russo, autor da obra: *Princípios da fonologia* em que são delimitados os territórios cobertos pela fonética e pela fonologia. Distingue dois aspectos principais no estudo da Fonologia: o estudo do papel dos sons da fala no desempenho da função representativa da linguagem, e o estudo do papel desses sons no desempenho das outras duas funções, a saber as funções expressiva e apelativa. Para ele, a unidade mínima do padrão fonológico é o *fonema*, que é definido pela sua participação na função representativa – por sua propriedade de servir para distinguir uns dos outros diferentes partadores da função representativa.

Jakobson foi uma figura central no desenvolvimento histórico da linguística estrutural, sobretudo, quando atuou como membro do Círculo Linguístico de Praga, fundado em 1926 com sua ativa participação. Foi ele quem primeiro cunhou, em 1929, o termo ‘estruturalismo’, para designar uma abordagem estruturo-funcional de investigação científica dos fenômenos, cuja tarefa básica consistiria em revelar as leis internas de um sistema determinado. Jakobson (1973), após o sucesso do Primeiro Congresso Eslavo Internacional de Praga, expressou sua concepção estruturalista nos seguintes termos:

Se tivermos que escolher um termo que sintetize a ideia central da ciência atual, em suas mais variadas manifestações, dificilmente poderemos encontrar uma designação mais apropriada que a de *estruturalismo*. Qualquer conjunto de fenômenos analisado pela ciência contemporânea é tratado não como um aglomerado mecânico, mas como um todo estrutural, e sua tarefa básica consiste em revelar as leis internas - sejam elas estáticas, sejam elas dinâmicas - desse sistema. O que parece ser o foco das preocupações científicas não é mais o estímulo exterior, mas as premissas internas do desenvolvimento: a concepção mecânica dos processos cede lugar, agora, à pergunta sobre suas funções (PETERS, 2000, p.2, grifo do autor).

Na produção linguística, Jakobson se destaca de duas formas: na primeira, ele desenvolve análise fonêmica numa perspectiva em que distingue os fonemas por meio de traços articulatórios. Na segunda, ao chegar nos Estados Unidos, Jakobson passou a trabalhar a fonologia num enfoque criado para desenvolver a telefonia e, portanto, atento às propriedades acústicas dos sons. A partir desse estudo, Jakobson visualiza as diferenças entre os fonemas como o efeito de combinar um número mínimo de traços acústicos de natureza binária. Com isso, a linguística passou a reconhecer como parte integrante de qualquer nível

de combinatória ainda mais básico que os fonemas – o dos traços distintivos, agora definidos em termos rigorosamente acústicos.

Na Escola de Londres, a maior relevância estruturalista recai sobre produção de John Rupert Firth. Ele ocupou, em 1944, a primeira cadeira de linguística geral criada na Grã-Bretanha, na Escola de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres. Firth interessou profundamente pelas línguas orientais – tinha vivido e trabalhado na Índia e foi influenciado pelas teorias linguísticas dos gramáticos indianos antigos, mas o significado foi, numa perspectiva estrutural, um dos seus objetos de estudos. Para ele, a linguagem é uma sistemática que se constitui por um sistema de termos que fornecem uns aos outros valores derivados unicamente de suas relações mútuas. Segundo Catford (1974, p.232), essa afirmação firthiana, baseada no trabalho de Saussure, foi fundamental para o avanço da linguística estrutural europeia desenvolvida nas décadas de 20 e 30 do século XX.

Foi Firth que tornou explícita, tanto para a Gramática como para a Fonologia, uma distinção útil nem sempre observada pelos estruturalistas europeus, a saber, a distinção entre estrutura e sistema. A estrutura é uma ordenação sintagmática de elementos. Sistemas são os conjuntos paradigmáticos de unidades que podem substituir umas às outras, em qualquer lugar ou elementos em uma estrutura. Em termos mais simples, as estruturas podem ser vistas como uma ordenação horizontal de elementos. Os sistemas, como um conjunto vertical de termos ou unidades que podem ocorrer em um dado lugar na estrutura.

Depois de Saussure, Hjelmslev é reverenciado como o maior precursor da linguística estruturalista. Essa denominação se fundamenta, em virtude de suas razões: primeiro porque ele dá sequência a algumas ideias do *Curso de linguística Geral*, sobretudo, aquelas sobre as quais Saussure (2006) afirma que “a língua é forma e não substância” (p.141), “a língua é (...) uma álgebra que teria somente termos complexos” (p.141), “a linguística tem como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (p.271), “as unidades da língua não podem definir-se a não ser pelas suas relações” etc. Segundo porque ele foi o linguista que mais se esforçou para desenvolver uma teoria linguística estruturalista.

No artigo, ‘Linguística estrutural’ redigido em 1948 e publicado em *Ensaio linguísticos* (1959), Hjelmslev expressou um dos melhores conceitos de linguística estrutural:

Entende-se por linguística estrutural um conjunto de pesquisa que repousa em uma hipótese segundo a qual é cientificamente legítimo descrever a linguagem como sendo essencialmente uma entidade autônoma de dependências internas ou, numa palavra, uma estrutura (Hjelmslev, 1991, p.29).

Em relação ao caráter hipotético, Hjelmslev explica que um enunciado formulado não possui o caráter de um dogma, nem elementos que justificam a prática de um julgamento apriorístico dele. Esse enunciado se configura como uma hipótese de trabalho, considerado útil para se fazer uma verificação através de pesquisa. Uma pesquisa tem por finalidade estabelecer todas as proposições que for possível e útil enunciar e manter acerca do objeto examinado.

A hipótese requer que se considere essa entidade autônoma (linguagem) como sendo constituída essencialmente de dependências internas, e sustenta que a análise dessa entidade permite separar constantemente partes que se condicionam mutuamente onde cada uma depende de algumas outras, não sendo concebível nem definível essas outras partes. Ela leva seu objetivo a uma rede de dependências, considerando os fatos linguísticos em função um do outro. “Aqui ela se opõe a toda hipótese que enuncia ou pressupõe a existência de fatos que precedem logicamente as relações que os unem” (HJELMSLEV, 1991, p.32).

A hipótese nega a existência científica de uma substância absoluta, ou de uma realidade independente das relações. Requer que se definam as grandezas pelas relações, e não inversamente. “Ao realismo ingênuo que predomina na vida cotidiana e que até aqui predominou na linguística, propõe a linguística estrutural acrescentar, a título de ensaio, uma concepção funcional que veja nas funções” (HJELMSLEV, 1991, p.32), ou seja, nas dependências, o verdadeiro objeto da investigação científica.

Para Hjelmslev, a linguística estrutural, isenta de dogmatismo e especulação metafísica, estuda a linguagem para dela separar a parte essencial, que é, segundo a hipótese, uma entidade autônoma de dependências internas. Essa parte essencial da linguagem é a língua; só a língua corresponde a essa definição. “Eis por que a língua constitui o objeto específico de nossa disciplina, interessando-lhe a fala apenas pelo fato de entrar na linguagem, da qual a língua igualmente participa” (HJELMSLEV, 1991, p.32). É nesse sentido que a linguística estrutural pode inspirar-se na frase final do *Curso*, de F. De Saussure (2006): “A linguística tem como único e verdadeiro objeto a língua considerada em si mesma e por si mesma” (p.271).

Nessa perspectiva é legítimo conceber que todo dispositivo linguístico produzido por Hjelmslev segue fielmente os parâmetros metodológicos do estruturalismo proveniente de Saussure. Ao contrário de Saussure que ministrou sucessivamente cinco cursos de linguística geral e não deixou nada publicado, Hjelmslev foi mais preocupado em publicar

imediatamente cada resultado de estudos alcançado. A cada produção, Hjelmslev foi sistematizando uma concepção estruturalista que adequasse ao seu almejado projeto de teoria da linguagem. Nessa busca do ideal estruturalista, o linguística dinamarquês funda uma proposta de estudo imanente da linguagem que resulta, mais tarde, na constituição da teoria Glossemática. De modo que a base epistemológica da linguística estrutural dedutiva está inteiramente instaurada na teoria Glossemática.

A Glossemática foi, particularmente, a escola estrutural que mais procurou aplicar a tese segundo a qual as línguas se constituem como sistemas de oposições. Essa preocupação levou o próprio Hjelmslev a caracterizar exhaustivamente, do ponto de vista lógico, as relações por meio das quais as línguas se estruturam e resultou num tipo de descrição linguística das línguas em que se dá atenção particular às relações entre as unidades, nos vários níveis de análises.

A análise estrutural estabelecida pela teoria Glossemática parte de duas hierarquias funcionais: do texto como unidade do processo e da língua como categoria do sistema. Numa análise processual (textual), baseada em orientação glossemática, toma-se como fenômeno de descrição linguística, as unidades combinatórias do texto, que Hjelmslev denomina de relação sintagmática. No sistema, a análise parte do objeto de descrição linguística, as unidades de oposições instaurada na língua, que Hjelmslev define como relação paradigmática.

Como um movimento científico gestado sistematicamente na linguística, o estruturalismo se tornou o sistema metodológico mais influente do século XX. Todas as ciências desenvolvidas nesse século tiveram suas bases eminentemente influenciadas pelo pensamento estruturalista. Como empreendimento metódico aplicado especificamente na investigação linguística, o modelo estruturalista possibilitou uma onda de produção de conhecimentos jamais vista em outras épocas. As produções das escolas de Genebra, o *Curso de linguística geral* de Saussure, de Praga *Princípios da fonologia* de Jakobson, e de Copenhague, a Glossemática se tornaram tão importantes que as obras procedentes delas continuam sendo referências clássicas na fundamentação de qualquer estudo linguístico que seja desenvolvida até os dias atuais.

1.3 Noção de texto na Glossemática

A noção de texto apresentada na teoria Glossemática pressupõe duas perspectivas, porém não bem interpretados pelos leitores e críticos de Hjelmslev. A dupla noção de texto aparece nitidamente em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, cuja obra Hjelmslev

estabelece a maioria dos conceitos glossemáticos. A identificação dessas noções se tornou mais conhecida através do texto “La notion de texte chez Hjelmslev” (1998) de Sémir Badir. No primeiro sentido, Badir distingue uma noção destinada a responder pelos aspectos epistemológicos, nos quais, o texto é um dado de análise. Na esfera da análise linguística de Hjelmslev, os dados da experiência são, mais precisamente, designados por ele como *textos*.

Para Badir (1998, p.2),

Os textos não se constituem como os objetos específicos da linguística, porque lhes falta, precisamente, a possibilidade de serem determinados, previamente à análise. É justamente a partir deles que são constituídos os objetos específicos da linguística, mas essa especificidade não pode ser reconhecida senão *a posteriori*, uma vez a análise tenha sido realizada.

Em seguida Badir acrescenta: “Hjelmslev chama esses objetos, que são, *a posteriori*, os objetos específicos da análise linguística, mas que se deduzem exclusivamente dos textos, de *formas linguísticas*”. O texto hjelmsleviano se projeta numa dimensão absoluta como um *corpus* a ser ou não definido como objeto de análise linguístico. Ou seja, o texto, nessa perspectiva, é uma matéria-prima que pode ser manipulado pelo construto metodológico glossemático.

No segundo, pela necessidade de aplicação na análise linguística, o texto é uma função semiótica, ou seja, nesse sentido, é uma cadeia sintagmática cujas partes: proposições, palavras e sílabas estão relacionadas entre si. Nesse plano, Badir compreende como texto “aquilo que o termo designa geralmente para seus usuários: não um dado de análise, o que ele é, necessariamente e antes de tudo, para o linguista, [...] o produto da faculdade da linguagem” (1998, p.4). Nessa dimensão, o texto se constitui pela relação de suas partes. A análise glossemática se estabeleceu nessas relações.

1.3.1 Noção epistemológica de texto

Dentro da perspectiva epistemológica, o texto não analisado em sua integridade é um dado do linguista. “Se podemos falar de dados [...], esses dados são, para o linguista, o texto na sua totalidade absoluta e não analisada” (HJELMSELV (1971, p.14). Nessa acepção, o conceito de texto é concebido por Hjelmslev em seu mais amplo alcance, no sentido de um enunciado qualquer, falado ou escrito, longo ou curto, antigo ou recente. O texto pode constituir-se de uma lista de monossílabos ou de um manuscrito antigo. Pode igualmente ser todo o material linguístico de uma língua determinada ou de todas as línguas existentes, vivas ou mortas.

Em vista disso, a Glossemática se interessa por textos. “O seu objetivo é indicar um procedimento que permita o reconhecimento de um dado texto por meio de uma descrição não contraditória e exaustiva (empírica) dele” (Hjelmslev *apud* FIORIN, 2003, p.25). Se o texto é o foco principal da teoria da linguagem ele é da ordem do processo. Isso significa que não só o sistema é o objeto da teoria, mas também o processo. Por outro lado, se a teoria deve dar conta do que existe e do que pode existir, o método não pode ser indutivo, pois seria impossível percorrer todos os textos nas diferentes línguas e, mesmo que isso fosse feito, seria preciso dar conta dos textos possíveis, que ainda não existem.

Para reafirmar o princípio da epistemologia na constituição do conceito de texto, Hjelmslev toma o método empírico e dedutivo como ferramentas indispensáveis na adequação do texto como dado hipotético suscetível à análise linguística. Esses métodos devem valer para todos os textos existentes ou futuros, não importando a língua a que pertençam. Conforme propõe Hjelmslev *apud* Malmberg (1971, p.179), ao se analisar, por exemplo, “um certo número de textos dinamarqueses, conseguimos, com a ajuda dos instrumentos da teoria linguística, um cabedal de conhecimentos sobre o sistema que está na base de todos os textos dinamarqueses e graças ao qual nos é possível formar novos textos dinamarqueses”.

1.3.2 Conceito linguístico de texto

A noção de texto como um conjunto de relações estabelecidas pelo modelo glossemático constitui numa função semiótica. Sob esse aspecto, o texto é uma cadeia sucessiva (sintagmática) de elementos dependentes decomponíveis em unidades mínimas previsto pelo ponto de vista epistemológico. Essa postulação fundamenta-se nos próprios termos hjelmslevianos: “(...) um texto pode ser definido de maneira análoga como uma sintagmática cujas cadeias são manifestadas por todos os sentidos (...)” (HJLEMSLEV, 1971, p.115).

A análise glossemática de um texto requer duas tarefas essenciais: a primeira tarefa da análise será efetuar a divisão do texto, a segunda será identificar as relações existentes entre as partes do texto. Conforme propõe Hjelmslev, um texto é uma cadeia, cujas partes (proposições, palavras, sílabas) são também cadeias, com exceção das partes irreduzíveis que não podem ser submetidas à análise. A exigência de exaustividade não permite que se divida o texto apenas uma vez. As partes que a primeira análise encontra deverão, por sua vez, ser divididas e assim por diante até que não seja mais possível realizar divisões posteriores.

“Cada divisão é pressuposta por outras divisões e/ou pressupõe outras divisões. Em seguida, é preciso articular as partes em paradigmas” (*op. cit.*, p. 35).

Como o modelo glossemático requer exaustividade da análise linguística, todo o texto deve ser vasculhado e dissecado, etapa por etapa, das unidades maiores até chegar-se às unidades mínimas, não podendo ser omitido nenhum ponto. Chegando-se, assim, conforme diz Hjelmslev, a um conceito de totalidade, o qual dificilmente pode ser imaginado como mais absoluto. Dessa forma, para o dinamarquês não há objeto que não seja esclarecido através da posição-chave da teoria linguística.

Ao se chegar às divisões mínimas das unidades, estas são classificadas e definidas segundo sua posição no sistema e no processo (texto). Ao se chegar a esse nível não cabe mais falar na sintaxe tradicional ou em qualquer outra classificação das palavras. “A sintaxe passa a integrar o estudo das variantes condicionadas (variedades). Desse modo, conceitos como sujeito, objeto, predicado, transformam-se frequentemente, em variantes” (CARVALHO, 1997, p.141).

Numa língua como o sueco ou o português que não há diferença morfológica entre o nominativo e o acusativo do substantivo (O homem vem, vejo o homem), o sujeito e o objeto são variantes; nas línguas com flexão causal, pelo contrário em alemão: *Der Mann Kommt, ich sehe den Mann* são invariantes, pois a substituição de um dos elementos por outro acarretou mudança no plano da expressão (Malmberger, 1971, p. 185).

Uma das principais metas, segundo Hjelmslev, é determinar as relações que existem entre as partes do texto. Em termos mais detalhados, isso quer dizer que a totalidade do objeto da pesquisa só se deixa definir com o auxílio destas relações. O essencial no objeto estudado, no caso, a língua é precisamente a relação entre as partes. Uma totalidade não se compõe de coisas, mas de uma interdependência.

Numa investigação baseada em princípio glossemático, o que se visa de científico, não é a substância, mas unicamente as relações internas do texto, a forma. Nesse sentido, Hjelmslev levou até as últimas consequências a tese saussuriana, segundo a qual a língua não é substância, mas forma. Para ele existe algo de essencial e característico na linguagem humana, qualquer que seja a verdade de formas em que ela se manifesta, quaisquer que sejam as diferenças existentes entre as línguas. Este algo essencial que Hjelmslev procura é a constante. Ela deve ser encontrada nas relações, na coerência entre os diversos elementos, não em suas propriedades físicas, psicológicas, lógicas e nas substâncias diversas em que a língua se realiza: sons, grafias, etc. Os elementos propriamente linguísticos não são sons, nem letras,

nem significações, mas os *relata* que esses elementos representam. A linguística tem por tarefa definir e descrever as relações que unem todos estes elementos.

A noção conceitual de texto formulada por Hjelmslev reúne o antes e o durante a análise. Antes da análise, o texto é tomado como um dado. Durante é reconhecido como uma sequência semiótica, ou seja, uma sintagmática. O texto, nesse sentido, é, ao mesmo tempo, uma condição e um dos resultados da análise. No propósito de destacar essa ambivalência conceitual, Hjelmslev a descreve nos seguintes termos:

Se podemos falar de dados [...], esses dados são, para o linguista, o texto na sua totalidade absoluta e não analisada. O único procedimento possível para isolar o sistema que esse texto subentende é uma análise que considere o texto como uma classe analisável em componentes (*op. cit.*, p.14).

Nessa breve afirmação, Hjelmslev demarca os limites que confronta as duas acepções de texto ilustradas na Glossemática. Na primeira, o texto é tomado como um *corpus* em possíveis condições de ser verificado pelos procedimentos metodológicos da teoria. No sentido de totalidade, ele é, ao mesmo tempo, a constituição do sistema (língua) e do processo (texto). Na segunda, o texto é definido como uma hierarquia relacional (forma), ou seja, o que constitui o texto são as relações sucessivas previstas entre os componentes textuais. No sentido de classe analisável, ele é considerado apenas na sua constituição como processo.

1.4 O empirismo: da Gramática comparada à Glossemática

Na ciência em geral, o empirismo é normalmente reverenciado quando se fala no método científico tradicional, o qual propõe que as teorias científicas devem ser baseadas na observação do mundo, em vez da intuição ou especulação. Numa acepção mais moderna, o termo empirismo refere à concepção de que todo conhecimento provém da experiência.

O vocábulo grego *empeirica* significa, aproximadamente, *experiência*, e, mais particularmente, dados da percepção e dos sentidos. O conceito de empirismo opõe-se a uma concepção de investigação bem mais antiga denominada racionalismo. Os racionalistas, segundo Lyons (1987, p.30), “ênfaticamente preponderantemente o papel da mente na aquisição do conhecimento. Para eles, os conhecimentos são obtidos sem a execução da experiência (a priori), num desdobramento em que a mente interpreta os dados da experiência”.

Antes de Immanuel Kant²⁹ já se empregava uma noção de método empírico nos estudos sobre a linguagem. Após ele, em todos os ramos das ciências, o empirismo passou por reformulações. Nos estudos linguísticos, os aperfeiçoamentos chegaram com tanto vigor científico, que a linguagem recebeu o *status* de ciência, passando a ser chamada, no início do século XIX, Gramática Comparada, no fim do mesmo século, Neogramática e, do início do século XX em diante, Linguística.

O primeiro estudo comparatista, desenvolvido nos moldes empiristas, a gerar repercussões no cenário de pesquisa da linguagem, foi apresentado por William Jones³⁰ em 1786. Numa comunicação apresentada à Sociedade Asiática em Bengala, Jones destacou inúmeras semelhanças entre o sânscrito, o latim e o grego. “Para Jones só haveria uma forma de explicar tais semelhanças: uma origem comum entre essas três línguas” (FARACO, 2005, p.31).

Na primeira metade do século XIX, a busca incessante pelos parentescos entre, principalmente, as línguas de procedências indoeuropeias, elevou o método comparativo ao seu esplendor em qualidade e quantidade de produção. Nesse período, vários estudos desenvolvidos sob metodologia empírica trouxeram para o campo da linguagem resultados inquestionáveis. Friedrich Schlegel³¹ e, em particular, Franz Bopp³² publicaram, depois de vários anos de investigações das línguas grega, latina, germânica, lituana, eslava, gótica, celta, armênia e albanesa, a chamada gramática comparativa.

Na obra de Wilhelm von Humboldt³³, os interesses investigativas se voltam mais para o conhecimento das línguas, Humboldt não deixou de aplicar o empirismo nas comparações de línguas. Ele era fascinado pela diversidade das línguas.

Ao que se sabe, esteve em contato permanente com pesquisadores que lidavam com as línguas indígenas na América do Norte. Esteve no País Basco para conhecer-lhe a língua, e, frequentando em Paris a *École des Langues Orientales Vivantes*, entrou

²⁹Kant (1724-1804) nasceu em Königsberg, na Prússia. Foi filósofo iluminista alemão que realizou numerosos trabalhos sobre ciência, física, matemática, etc. O trabalho filosófico de Kant está na afluência do racionalismo, do empirismo inglês de David Hume e a ciência física-matemática de Isaac Newton.

³⁰Jones (1746-1794) foi um orientalista e jurista britânico da Corte Suprema de Calcutá. Jones ficou conhecido por seu trabalho com as línguas indo-europeias, ao lançar a hipótese de que elas teriam uma origem comum.

³¹Schlegel (1772-1829) poeta e crítico. Estudou Direito em Leipzig e desenvolveu estudos literários de modo autodidata.

³²Bopp (1791-1867) nasceu em Mainz. Em 1830 foi para Paris onde estudou sânscrito. Em seus estudos, o objetivo era descobrir traços comuns entre as línguas: grega, sânscrita, latina, persa e alemã. *Publicou Über das Conjugationssystem der Sanskritsprache in Vergleichung mit jenem der griechischen, persischen und germanischen Sprache*, entre outros ensaios sobre gramática comparada.

³³Humboldt (1767-1835) nasceu em Potsdam, na Prússia. Escreveu em 1830 *Über der Verschiedenheit des menschlichen Sprachbanes und ihren Einfluss auf die geistige Entwicklung des Menschengeschlechts* [“Sobre a diversidade da estrutura da linguagem humana e sua influência sobre o desenvolvimento espiritual da humanidade”]. Como político, sua obra mais importante foi a fundação da Universidade de Berlim.

em contato com línguas da Ásia, em especial, as semíticas, o chinês e a língua kawi, da ilha de Java (FARACO, 2005, pp.43-44, grifo do autor).

Além dos estudos de gramática comparada, Humboldt fez estudos de comparação em textos literários para chegar também a uma compreensão das línguas. Para ele, “a obra literária no momento de sua criação é sempre o registro de um espírito criador no momento da criação e, como o espírito é a língua, na literatura está registrada a língua” (MILANI, 1995, p.170).

Em Friedrich Schleicher³⁴ há também uma ideia de empirismo bem evidenciado em algumas partes de sua obra. Percebe-se nos estudos de Schleicher uma orientação fortemente naturalista. Como ele era botânico de formação e influenciado pelo pensamento evolucionista da época, formulou, segundo Faraco (2005, p.33), “um princípio que concebia a língua como um organismo vivo, com existência própria independente de seus falantes, sendo sua história vista como uma história natural”.

A maior parte de sua obra configura uma síntese do saber acumulado, em linguística, de vários séculos até seu tempo. Porém, a marca mais evidente de emprego da experiência em Schleicher aparece num trabalho extensivo sobre a língua lituana, publicado em 1856-57, “em que é considerado o primeiro estudo de uma língua indoeuropeia feita a partir da fala e não de textos” (FARACO, 2005, p.34).

Nos estudos de William D. Whitney³⁵ a experiência não se constitui, plenamente, como instrumento de reprodução de conhecimentos. A maior parte da obra dele teve como fonte inspiração saberes provenientes de estudos do sânscrito, das línguas indígenas da América do Norte e também das questões gerais sobre a linguagem. Uma das questões que mais repercutiu em seu trabalho foi a comparação da língua como uma instituição social semelhante a todas as outras instituições. Essa comparação se tornou tão vigorosa que Saussure a aperfeiçoou no *Curso de linguística Geral*. Para Saussure, em se tratando de método, “Whitney teria sido excessivamente empirista...” (MILANI, 2008a, p.25), ou seja, ele teria sido um pouco mais empirista do que Saussure considerava necessário, mas o método de Whitney é claramente o da comparação e do controle de dados, ou seja, racional dedutivo.

³⁴Schleicher (1821-1868) germanicista e indoeuropeísta. Sua obra mais conhecida é o *Compêndio de Gramática Comparada do Indoeuropeu*, no qual tentou reconstituir a língua protoindoeuropeia.

³⁵Whitney (1826-1894) estudou línguas estrangeiras e história natural. Sua obra mais conhecida é *The life and Growth of Language*, [A vida e o desenvolvimento da linguagem], que ele mesmo traduziu para o francês como *La Vie du Langage* [A vida da linguagem]. Foi a mais importante fonte de estudos de Saussure.

Nas últimas três décadas do século XIX, o campo de investigação da linguagem foi dominado por uma geração de linguistas relacionados à Universidade Leipzig denominados neogramáticos. O movimento neogramático teve vários fundadores, mas os principais expoentes do movimento foram Karl Brugman³⁶ e Hermann Osthoff³⁷. Para eles, “o objetivo principal do pesquisador não era chegar à língua originária indoeuropeia, que é uma criação hipotética, mas, estudar as línguas vivas atuais, apreender a natureza da mudança” (FARACO, 2005, p.35).

Em vista dos procedimentos metódicos empregados nos estudos linguísticos anteriores, os neogramáticos adotaram uma doutrina metodológica extremamente rigorosa principalmente nas investigações no campo fonético. A maior parte daquilo que eles reformularam ou revelaram como conhecimento foi obtido pela experiência. Dessa forma, o empirismo neogramático não se constituiu mais como uma noção metodológica, mas como um método a atender integralmente as necessidades científicas das investigações da época.

A investigação neogramática concentrou-se, desde o início, nas mudanças sonoras das línguas naturais fundamentadas nos princípios das leis fonéticas. Osthoff e Brugmann estabeleceram o princípio de que as mudanças sonoras ocorriam num processo de regularidade absoluta, isto é, as mudanças afetavam a mesma unidade fônica em todas as suas ocorrências, ou no mesmo ambiente, todas as palavras, não admitindo exceções.

De acordo com Saussure (2006, pp. 11-12), “o maior avanço da Neogramática se configurou quando foram colocados em perspectiva histórica todos os resultados da comparação e a partir dela encadeado os fatos em sua ordem natural”. Graças aos neogramáticos, não se viu mais a língua como um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos.

Nos estudos linguísticos modernos, o empirismo foi amplamente reverenciado a partir da publicação póstuma do *Curso de linguística Geral*, doravante *Curso*, de Ferdinand Saussure, em 1916. Conforme Milani (2008a, p.18), “o *Curso* é uma obra especial porque revelou o pensamento sobre pesquisa e metodologia, língua e linguagem, exercitado por Saussure”.

A metodologia apresentada no *Curso de linguística Geral* reorganizou os estudos das ciências da linguagem. O *Curso* mudou a perspectiva do modo de olhar o objeto de estudo da linguística. As obras antecedentes tentaram entender o objeto se

³⁶Brugman (1849-1919) foi professor de Indo-Europeu na Universidade de Leipzig [1882-1883] e orientador de F. de Saussure.

³⁷Osthoff (1847-1909) linguista alemão. Desenvolveu estudos indoeuropeu e fez parte da escola Neogramática. Criou “a Lei de Osthoff” (A regra para encurtar uma vogal longa do Latim).

integrando nele, para observá-lo por dentro. Nela, entretanto, criaram-se nomes arbitrários para os fenômenos da língua (...). O *Curso* transforma metodologicamente o universo dos estudos sobre a linguagem, porque estudou um objeto definido, dividindo todo o conteúdo a ser estudado em vários objetos e se aplica em um. Com isso, abriu caminho para muitas subdivisões desse conteúdo e, por isso, criou um novo modo científico de ver o objeto e reprogramou o conhecimento existente (*op. cit.; loc. cit.*).

Saussure, no *Curso*, não é puramente empirista, mas instaura um modelo de pensamento científico para estudar a linguagem, baseado em concepções empiristas, que influencia toda a geração de linguista posterior a manter a experiência como a forma mais adequada para se chegar a resultados confiáveis. Numa perspectiva geral, o *Curso* se isenta da ideologia empírica porque todo o conteúdo dele representa uma retomada de tudo que Saussure havia lido sobre linguagem em toda sua vida, mas em planos específicos da obra, a experiência aparece como referência na fundamentação de informações.

Após Saussure, o empirismo recebeu um novo revestimento científico instaurado por várias escolas filosóficas espalhadas nas diversas partes do mundo. Entre elas, o *positivismo lógico* ou *empirismo lógico*, instaurado por filósofos e matemáticos do Círculo de Viena, foi o manifesto que mais contribuiu para a reconstituição moderna do empirismo. Empirismo e positivismo lógico se tornaram aliados naturais e estreitamente associados, sobretudo, no que diz respeito aos estudos desenvolvidos unificadamente entre filosofia e linguagem.

Nessa conjunção de ideais filosóficas, um dos propósitos almejado pelo positivismo lógico foi reduzir a filosofia à uma análise empírica da linguagem. Para chegar a essa denominação, a análise foi definida em duas tendências: na primeira, os positivistas propuseram analisar a linguagem comum (ou aquela que utilizamos no dia-a-dia), na segunda, eles apresentaram uma proposta de análise da linguagem científica. Assim, para os positivistas todos os objetos que compõem o conhecimento científico podem e devem ser explicados por uma linguagem universal. “Uma unificação entre filosofia e linguagem seria alcançada através da redução de todas as proposições observáveis à linguagem lógico-matemática com a qual mostrar-se-ia a existência de um núcleo comum a todas as ciências modernas” (LAMEGO, 2006, p.4).

Sob influência da concepção lógica da linguagem estabelecido pelo pensamento positivista, Hjelmslev introduz na teoria Glossemática o princípio do empirismo no propósito de estabelecer diretrizes para a descrição linguística. Com efeito, segundo Carvalho (1997, p.129), “a Glossemática pretende atingir resultados que sejam coerentes com os dados da experiência”.

Como a Glossemática, segundo Hjelmslev, é uma hipótese para trabalho de investigação de fenômenos da linguagem, o empirismo apresentado por ela constitui num verdadeiro dispositivo metodológico a ser aplicado na descrição de um dado (texto) linguístico em harmonia com o método dedutivo.

Para Hjelmslev,

uma teoria, para ser a mais simples possível, só deve elaborar a partir de premissas que sejam necessariamente exigidas por seu objeto. Além do mais, para permanecer fiel a seu objetivo, ela deve, em suas aplicações, conduzir a resultados conformes aos dados da experiência, reais ou que assim se presumam. Essa é uma exigência metodológica com a qual toda teoria se vê confrontada, e cujo sentido cabe à epistemologia pesquisar (Hjelmslev, 1975, p.11).

Com efeito, a descrição deve ser não contraditória, exhaustiva e tão simples quanto possível. Essas três exigências estão dispostas numa hierarquia, ou seja, a exigência da não contraditoriedade prevalece sobre a da exaustividade e esta, sobre a da simplicidade. “A teoria linguística deve, assim, explicar a capacidade que os homens têm de falar, desvelando o sistema (língua) que está sob o processo (texto) e mostrando como este se organiza” (FIORIN, 2003, p.23).

Fiorin ressalta também que o método empírico e dedutivo explica a relação entre teoria e “dados da experiência”. É possível ver essa questão do ponto de vista do sentido unilateral ou recíproco das influências entre a teoria e seu objeto: “é o objeto que determina e afeta a teoria ou é a teoria que determina e afeta seu objeto?” (HJELMSLEV, 1975, p.15).

De um lado, para Hjelmslev, a teoria, em si mesma, é arbitrária, não depende da experiência. Ela, em si mesma, não implica nenhum postulado de existência, constitui um sistema dedutivo puro. De outro, a teoria é adequada. O teórico sabe, por experiência, que certas premissas enunciadas na teoria preenchem as condições necessárias para que esta se aplique a certos dados da experiência.

O empirismo enunciado por Hjelmslev tem por finalidade criar um método que permita a descrição não contraditória e exhaustiva de um texto. Esse método deve valer para todos os textos existentes ou futuros, não importando a língua a que pertençam. Analisando, segundo Hjelmslev, um certo número de textos dinamarqueses, conseguimos, com a ajuda dos instrumentos da teoria linguística, um cabedal de conhecimentos sobre o sistema que está na base de todos os textos dinamarqueses e graças ao qual nos é possível formar novos textos dinamarqueses.

1.5 O método dedutivo da teoria Glossemática

Hjelmslev rompeu com a tradição metodológica de investigar os fenômenos linguísticos através do método indutivo. O método indutivo procede inversamente ao dedutivo: a análise parte do particular para o geral como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares. A generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de casos concretos suficientemente confirmadores dessa realidade

Os resultados obtidos por meio da indução correspondem a uma verdade não revelada nas premissas estabelecidas pela dedução. Se por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, por meio da indução, chega-se a conclusões que são apenas prováveis.

Desde o aparecimento do *Novum organum*³⁸, de Francis Bacon³⁹, o método indutivo passou a ser visto como o método por excelência das ciências naturais. “Para Bacon, a descoberta de fatos verdadeiros não depende do raciocínio silogístico aristotélico, mas sim da observação e da experimentação regulada pelo raciocínio indutivo”⁴⁰. Com o advento do positivismo, sua importância foi reforçada e passou a ser proposto também como o método mais adequado para investigação nas ciências sociais.

Não há como deixar de reconhecer a importância do método indutivo na constituição das ciências sociais. Serviu para que os estudiosos da sociedade abandonassem a postura especulativa e se inclinassem a adotar a observação como procedimento indispensável para atingir o conhecimento científico.

Nos estudos da linguagem, o raciocínio indutivo sofreu suas primeiras intervenções críticas nas primeiras décadas do século XX, quando, em 1936, Hjelmslev lançou a teoria Glossemática. Nessa teoria, Hjelmslev afirma que “a experiência põe em evidência os inconvenientes de tal método. Este método conduz inevitavelmente à extração de conceitos sem valor geral, que só se aplicam a um determinado estágio de uma dada língua” (Hjelmslev, 1975, p.14).

³⁸É uma obra filosófica de Francis Bacon publicado em 1620. O título pode ser traduzido como "novo instrumento". Esta é uma referência à obra de Aristóteles, *Organon*, que foi o seu tratado sobre a lógica e silogismo. No *Novum Organum*, Bacon detalhes de um novo sistema de lógica ele acredita ser superior aos antigos modos de silogismo. Isto é agora conhecido como o método baconiano.

³⁹Bacon (1561- 1626) também conhecido como Bacon de Verulamio foi um político, filósofo e ensaísta inglês, barão de Verulam, visconde de Saint Alban. É considerado como o fundador da ciência moderna. Em suas investigações, ocupou-se especialmente da metodologia científica e do empirismo. Sua principal obra filosófica é o *Novum Organum*.

⁴⁰Essa informação foi obtida na Wikipedia: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Francis_Bacon_\(fil%C3%B3sofo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Francis_Bacon_(fil%C3%B3sofo)). Acesso em: 8/01/2010.

Para Hjelmslev, o método indutivo leva o linguista a conceitos que não são gerais e, por isso, perdem o seu valor quando aplicados dentro de um sistema linguístico específico. Hjelmslev demonstrou a inconveniência do método indutivo pelo fato de a nossa terminologia gramatical, herdada da fase filosófica da linguística, não se prestar a uma definição específica.

A indução não permite fazer comparações, porque os conceitos obtidos só se aplicam a um dado estágio de uma determinada língua. Termos como perfeito, genitivo, subjuntivo, voz passiva, etc. abarcam fenômenos diferentes nas diversas línguas. Assim, por exemplo, quando falamos em pretérito perfeito simples em italiano e em português ou quando tratamos do genitivo em latim, em romeno e em inglês, estamos referindo-nos a fatos com valores diversos (FIORIN, 2003, p.23)

Para Hjelmslev, esse método indutivo tradicional só consegue partir das flutuações (particular) para atingir a constante (geral) em casos isolados. “Portanto, vai de encontro ao princípio do empirismo, que se baseia na não-contradição e na simplicidade da descrição” (CARVALHO, 1997, p. 130).

Hjelmslev substituiu, na teoria Glossemática, o método indutivo por uma modalidade de raciocínio denominada *dedutivo*. Por método dedutivo entende-se que a modalidade de raciocínio lógico faz uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de determinada(s) premissa(s). Os raciocínios dedutivos se caracterizam por apresentar conclusões que devem, necessariamente, ser verdadeiras caso todas as premissas sejam verdadeiras.

O método dedutivo, de acordo com a acepção clássica, analisa e especifica do geral para o particular. Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. O protótipo do raciocínio dedutivo é o silogismo, que consiste numa construção lógica que, a partir de duas proposições chamadas premissas, retira uma terceira, nelas logicamente implicadas, denominada conclusão, tal como no exemplo seguinte:

Todo homem é mortal. (premissa maior)

João é homem. (premissa menor)

Logo, João é mortal. (conclusão)

O método dedutivo encontra larga aplicação em ciências como a Física e a Matemática cujos princípios podem ser enunciados como leis. Nas ciências sociais e humanas, o uso desse método é bem mais restrito, em virtude da dificuldade para se obter argumentos gerais, cuja veracidade não possa ser colocada em dúvida.

Em nível teórico, a Glossemática foi a primeira teoria da linguagem a aplicar o método dedutivo como procedimento mais adequado para se analisar o fenômeno de uma experiência linguística. Para Hjelmslev, o texto, em sua totalidade, é o único objeto da linguagem, estruturado em componentes gerais, com condições analisáveis pelo raciocínio dedutivo.

Na constituição do método dedutivo à Glossemática, Hjelmslev propõe fazer um caminho diferente do método indutivo: partir do texto em sua totalidade absoluta e não analisada, tomado como uma classe analisável em componentes. Numa acepção mais específica, o dinamarquês define texto como a totalidade de uma cadeia linguística que pode ser submetida à análise.

Conforme Malmberg (1971, p.178), “o método dedutivo de Hjelmslev”, também conhecido como *analítico*, “deve determinar as relações existentes entre as partes de um texto, que é analisado como uma classe que se divide em gêneros, e cada gênero, que por sua vez, é considerado como uma classe, que, de novo, se divide em gêneros, até o esgotamento das possibilidades de divisão”.

Conforme visto, tal procedimento pode definir-se brevemente como uma progressão da classe ao componente, não do componente à classe, nem como síntese e generalização. Num movimento que analisa e especifica os dados da experiência, numa acepção contrária ao empreendimento indutivo tal como ocorre na linguística tradicional. Desse modo, para Hjelmslev, o método dedutivo pode ser aplicado a todas as línguas existentes, por ser analítico e especificante.

1.6 A imanência da linguagem na Glossemática

A descoberta do Sânscrito e os estudos das semelhanças entre as línguas grega e latina consolidaram o método comparatista, e, conseqüentemente, revelaram os primeiros traços característicos da imanência no estudo da linguagem. Evidência disso, percebe-se, no referencial metódico dos estudos comparatistas, desenvolvidos durante os séculos XVIII e XIX, em que aparece os primeiros estudos da língua pela língua, embora, sem nenhum propósito de estabelecer estudo imanente da linguagem.

Em princípio do século XX, surgiu o *Curso de linguística Geral* de Ferdinand Saussure com uma proposta inovadora para os estudos linguísticos até hoje aceita como revolução da linguística moderna. Nessa obra, Saussure toma a língua como objeto da linguística moderna e, ao mesmo tempo, propõe que a linguagem humana seja investigada de forma imanente quanto diz que a língua é forma e não substância. O estudo imanente da língua no *Curso* não é desenvolvido como prioridade, mas aparece de forma explícita,

principalmente, nas descrições das relações sintagmática e paradigmática, bem como nos planos dos signos: significante e significado.

A ideia proposital de estudar a língua a partir uma perspectiva imanente foi instituída por Hjelmslev na teoria Glossemática. O teórico dinamarquês concebeu a Glossemática como uma teoria universal capaz de ser aplicada a todas as línguas humanas. Exclusivamente sincrônica, a Glossemática analisa os fatos de uma língua num dado momento, estabelecendo os sistemas existentes e, dentro de cada um deles, ressalta as funções dos vários elementos. “Aplica-se a todas as partes da língua, até mesmo à semântica, embora a morfologia e a sintaxe tenham sido mais exploradas” (MIAZZI, 1972, p.114). Porém, para Hjelmslev, toda modalidade de análise linguístico deve se reduzir aos princípios da imanência. A análise imanente de uma língua consiste em explicar os fenômenos linguísticos a partir da própria língua, isto é, dos fenômenos linguísticos em si.

Na Glossemática, a imanência é concebida como todo estudo linguístico que define as estruturas de seu objeto apenas pelas relações dos termos entre si. A língua é compreendida como um sistema de signos independentes. Uma estrutura é imanente quando pode ser definida apenas pelas relações dos termos entre si. Ou seja, a estrutura fonológica de uma língua definida pelas oposições dos fonemas, independentemente de toda referência à substância fônica é uma manifestação de imanência na linguagem.

A Glossemática é um tipo de linguística imanente que rejeita qualquer interferência de outras ciências no estudo das línguas. Hjelmslev afirma que a língua, praticamente, em quase todas as formas de estudos, foi, até sua época, um meio e não um fim, denominado transcendente. A linguística só despertava interesse quando considerada uma forma de ampliar conhecimentos sobre fatos e circunstâncias exterior à língua. Na visão de Hjelmslev, a descrição lógica e psicológica dos signos linguísticos levou a uma lógica e uma psicologia pura que interessa a linguística, mas, de fato, não é linguística.

Assim, segundo explica Carvalho (1997, p.127),

a linguística não passava de um meio, de um caminho para se atingir o conhecimento de fatos exteriores à língua, tais como os históricos, políticos, sociais, literários, filosóficos ou psicológicos. É o caso do método de comparação genética das línguas criado no século XIX, que não tinha, segundo Hjelmslev, como finalidade descobrir a essência das línguas, mas, sobretudo, explicar as condições de vida social e os contatos entre os povos antigos. Para o dinamarquês, é ilusão supor que tais pesquisas se preocupavam com a língua em si.

Nos estudos linguísticos do século XIX, as ciências intituladas fonologia e fonética, interessavam basicamente pelos pontos de vista fisiológicos e físicos da língua. Ainda no

século XIX surgiu uma psicologia da linguagem que concebia a língua como um momento da vida psíquica. No início do século XX, “inaugurou-se uma modalidade de estudo linguístico orientado por um ponto de vista sociológico, que considerava a língua como uma instituição social. Porém nenhuma dessas concepções forneceu as bases de uma ciência autônoma da língua” (HJELMSLEV, 1966 *apud* CARVALHO, 1997, p.127).

Em conformidade com essa concepção, Hjelmslev defende a autonomia total dos estudos linguísticos. Para ele, segundo Carvalho (1997, p.128), “a língua não pode ser encarada como um conglomerado de fenômenos extralinguísticos”. Ao contrário, deve ser estudada como uma unidade própria, encerrada em si, como uma estrutura única e singular. O princípio da imanência se configura como tese central da teoria Glossemática. Por meio dela, Hjelmslev afirma que o mais importante na análise de uma língua é determinar as relações existentes entre suas partes. Hjelmslev defendia a autonomia total dos estudos linguísticos. Para ele, a língua não pode ser encarada como um conglomerado de fenômenos extralinguísticos, ao contrário, deve-se estudá-la como uma unidade própria, encerrada em si mesma, como uma estrutura única e singular.

Para Hjelmslev o mais importante na análise de uma língua é determinar as relações e correlações existentes entre as suas partes. Essas partes se constituem, materialmente, nos planos de *conteúdo* e de *expressão*. Cada um desses planos, em determinada língua, tem sua própria estrutura. Ao nível da estrutura, o termo é uma sequência de segmentos, enquanto o nível de conteúdo é uma combinação de unidades menores componenciais.

O princípio da imanência é o postulado que afirma a especificidade do objeto linguístico, que é a forma, e a exigência metodológica que exclui o recurso aos fatos extralinguísticos para explicar os fenômenos linguísticos. Assim, a forma é o que é manifestado e a substância (sons ou conceitos) é sua manifestação. No entanto, como não há expressão linguística sem conteúdo linguístico e vice-versa, a manifestação, entendida como presentificação da forma na substância, pressupõe a semiose, que une a forma da expressão à do conteúdo (FIORIN, 2003, p.49).

Conforme explica Greimas & Courtès (1979, p.219), “a manifestação é, antes de mais nada, a postulação do plano da expressão, quando da produção do enunciado, e inversamente, a atribuição de um plano do conteúdo, quando de sua leitura”. Por isso, a análise imanente é a análise de cada um dos planos da linguagem, tomados separadamente. Por outro lado, é preciso considerar, como diz Hjelmslev, que a imanência e a manifestação contraem uma função em que a primeira é a constante e a segunda é a variável, o que significa que a mesma imanência pode ser manifestada diversamente. Se o plano do conteúdo deve ser examinado separadamente do da expressão e o mesmo conteúdo pode manifestar-se por distintos planos

da expressão, pode-se postular que a semiótica é uma teoria ‘geral’. Isso significa que ela, num primeiro momento da análise, faz abstração do plano da expressão, para analisar o conteúdo, e só depois vai examinar as relações entre expressão e conteúdo, bem como as diferentes especificidades de cada um dos planos de expressão.

1.7 Linguagem

O interesse pela compreensão de como o homem se apropria e faz uso da linguagem para comunicar é muito antigo, expresso por mitos, lendas, contos rituais ou por trabalhos eruditos que buscam conhecer essa capacidade humana. A linguagem é um fenômeno extremamente complexo, que pode ser estudado sob múltiplos pontos de vista, e é, por natureza, um fenômeno sujeito a transformações, pois pertence a diferentes domínios constitutivos do ser humano.

O vocábulo linguagem, tendo como referência todo seu percurso histórico, é sem dúvida, um objeto que se constitui de uma cadeia de conceitos. Num sistema conceitual não é possível estabelecer controle para as transformações nem dimensionar todo o seu universo de abrangência quando elas estão em processo. Quando um ou mais conceito assinala a existência de uma questão e a formulação de um problema, a teoria possibilita instrumentos para respostas, que, conseqüentemente, sugere a resolução de um problema. Assim, privilegiar o conceito significa valorizar a ciência como processo.

Os conceitos de linguagem não se constituem de forma recomposta, nem sobre o desenvolvimento harmônico e silencioso de um acontecimento, de um conceito, de uma ideia, de um domínio de saber. Os conceitos de linguagem são essencialmente formados num tempo e num espaço indefinido a partir de rupturas e descontinuidades.

Na teoria Glossemática, Hjelmslev se destaca com um dos conceitos de linguagem mais abrangente já visto na linguística moderna. Para conceituar linguagem, ele desenvolve um ponto de vista próprio, diferente das definições expressas em seu tempo. Os estudos da linguagem eram feitos não para entender o fenômeno linguístico, mas para compreender alguma coisa que estava além dele. Havia uma abordagem psicológica, que buscava compreender o psiquismo de um autor, o gênio de um povo ou a natureza psíquica do homem; havia um tratamento lógico, que procurava apreender o sistema conceitual do homem, que analisava palavras e frases como imagens concretas do pensamento e do juízo; havia uma análise sociológica, que visava a compreender as relações sociais; havia um estudo histórico, que objetivava entender as relações entre povos e nações. E assim por diante. O que unificava todas essas abordagens é que nelas a linguagem era sempre um meio e nunca um fim. “O

conhecimento linguístico era um meio para a compreensão do que é exterior à linguagem e não como um fenômeno imanente no qual a linguagem é estudada e conceituada como um meio em si mesmo” (FIORIN, 2003, p.21).

Hjelmslev reconhece o conceito de linguagem mediante aquilo que um sistema de signo representa como instrumento de comunicação para o homem, ou seja, para ele, linguagem é um sistema de signos, cuja finalidade é a de formar novos signos. Apesar disso, ela deve ser fácil de manejar, bem como prática de aprender e ser utilizada, o que, dada a necessidade de quantidade muito grande de signos, só é realizável se os signos forem formados com não signos, em número bastante limitado. Esses não signos que servem para formar signos são denominados figuras. “O traço essencial da linguagem humana é que, a partir de um número limitado de figuras arranjadas de maneiras diversas, pode-se construir um número ilimitado de signos” (HJELMSLEV, 1975, p. 51). Pode-se pensar que, quando o linguista dinamarquês fala em não signos, está referindo-se apenas aos elementos da expressão, como, por exemplo, os fonemas. No entanto, “ele vai considerar figuras também os traços do plano do conteúdo, os semas” (FIORIN, 2003, p.34).

O *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, livro em que Hjelmslev projeta a conceituação básica da teoria Glossemática e estabelece os princípios que deveriam nortear a construção de uma ciência da linguagem, apresenta, em sua introdução, a seguinte definição:

a linguagem é uma riqueza inesgotável e de múltiplos valores. A linguagem é inseparável do homem e segue-o em todos os seus atos. A linguagem é um instrumento graças ao qual o homem modela seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos, o instrumento graças ao qual ele influencia e é influenciado, a base última e mais profunda da sociedade humana. (...) Antes mesmo do primeiro despertar de nossa consciência, as palavras já ressoavam à nossa volta, prontas para envolver os primeiros germes frágeis de nosso pensamento e a nos acompanhar inseparavelmente através da vida, desde as mais humildes ocupações da vida cotidiana até os momentos mais sublimes e mais íntimos dos quais a vida de todos os dias retira, graças às lembranças encarnadas pela linguagem, força e calor. A linguagem não é um simples acompanhante, mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento: para o indivíduo, ela é tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de pai para filho. Para o bem e para o mal, a fala é a marca da personalidade, da terra natal e da nação, o título de nobreza da humanidade. O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra natal, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte de desenvolvimento dessas coisas (HJELMSLEV, 1975, pp. 1-2).

Sem nenhuma dependência as outras ciências, o dinamarquês estabelece uma conceituação que inaugura a proposta de um estudo autônomo da linguagem. Ademais, o

conceito de linguagem em Hjelmslev abarca todos os aspectos verbais da interação humana. Porém, parece não alcançar todas as categorias de linguagens úteis à comunicação humana.

A linguagem, diz ele, está sempre à nossa volta, sempre pronta a envolver nossos pensamentos e sentimentos, acompanhando-nos em toda a nossa vida. Ela não é um simples acompanhamento do pensamento, “mas sim um fio profundamente tecido na trama do pensamento”, é “o tesouro da memória e a consciência vigilante transmitida de geração a geração” (*op. cit.; loc. cit.*). A linguagem é, assim, a forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes.

No artigo “Linguística Estrutural” dos *Ensaio Linguísticos*, Hjelmslev apresenta, de forma sucinta, um conceito de linguagem semelhante ao expresso pelo filólogo Ferdinand de Saussure no seu *Curso de Linguística Geral*. Assim, para o dinamarquês, “a linguagem é a totalidade constituída pela língua e pela fala” (HJELMSLEV, 1991, p. 31). Nesse sentido, Hjelmslev diz respeito à linguagem humana em geral, e, ao mesmo tempo, de cada uma das línguas consideradas em sua relação com a *fala* que serve para manifestar a língua.

1.8 Língua

Hjelmslev descreve a língua, na Glossemática, considerando três concepções: como uma forma pura, independentes de suas realizações sociais e de suas manifestações materiais a qual denomina de *esquema*. Como forma material, já definida por certa realização social, mas independente ainda dos traços pormenorizados de sua manifestação, denomina *norma*. E como um conjunto de hábitos de uma determinada comunidade linguística definidos pelas manifestações observadas, define como *uso*. Na maior parte das vezes que Saussure se refere à língua o faz no sentido de *esquema*. Evidência disso é perceptível na exemplificação do jogo de xadrez em que o mestre genebrino afirma categoricamente que a língua é, em essência, uma forma não uma substância.

Hjelmslev era consciente de que em outras passagens do Curso se pode estabelecer outras interpretações para o conceito de língua que ele deseja associar com os termos: *norma* e *uso*. Além disso, ele assinala que todas as definições estão de acordo com a designação de linguagem como sistema de signos. Hjelmslev, coerentemente, relaciona suas três interpretações de língua com a fala, ao ato linguístico individual. Depois de observar que *uso* e *fala* são interdependentes e que a *norma* é uma construção artificial derivada de ambos, ele se desfaz do termo ao considerá-lo redundante. A execução do *esquema* enquanto expressão de *uso* poderá ser individual ou social. No entanto, observa-se que a língua, de maneira muito

mais radical que no *Curso* de Saussure, tende a converter-se para a Glossemática num sistema completamente abstrato e formal de relações.

Através da relação entre os conceitos de *esquema* e *uso* constitui o conceito de *norma linguística*. Efetivamente, se o *esquema* é o sistema linguístico considerado como forma pura, a *norma* é a substância material considerada independentemente do *uso*, ou seja, é a manifestação do *esquema*. O *uso* é a língua enquanto conjunto de hábitos próprios de uma comunidade linguística. Estes hábitos manifestam o *esquema*. Mas, ao por esses hábitos em prática, no ato da comunicação concreta supõe-se a função de uma substância de conteúdo e de uma substância de expressão. Uma discussão mais abrangente sobre esse assunto será retomada em *esquema, norma e uso*, na unidade 2.7 do capítulo II.

1.9 Fala

Entre *fala, uso, norma e esquema*, as relações de determinação são variadas: a *norma* determina o *uso* e a *fala*. O *uso* determina a *fala*, mas também é por ela determinada. O *esquema* é determinado, ao mesmo tempo, pela *fala*, pelo *uso* e pela *norma*. Conforme Hjelmslev, a *norma* é uma pura abstração de método, e a *fala* uma simples concretização (“um documento passageiro”). Reencontra-se, aqui, uma nova dicotomia, *esquema* e *uso*, o que se considera uma substituição ao par *Língua/Fala*. O remanejamento hjelmsleviano, entretanto, não é indiferente: ele formaliza radicalmente o conceito de Língua (sob o nome de *esquema*) e elimina a *fala* concreta em proveito de um conceito mais social, o *uso*. Assim, constitui-se, uma formalização da língua, uma socialização da *fala*. Este movimento permite nos passar todo o “positivo” e o “substancial” para o lado da *fala*, todo o diferencial para o lado da língua. Essa unidade apresenta apenas uma noção preliminar do conceito *fala*. Uma discussão mais ampla sobre esse assunto será retomada em *esquema, norma e uso*, na unidade 2.7 do capítulo II.

O contexto de surgimento e desenvolvimento, os conceitos introdutórios e os métodos de análise da Glossemática constituem em unidade central desse capítulo. Os conceitos de estruturalismo, texto, linguagem, língua e *fala*, os métodos empírico e dedutivo e o princípio da imanência representam a base fundamentadora da teoria. É a partir desses instrumentos que essa unidade estabelece conexão com os outros capítulos, explicando os outros conceitos, o objeto e o da teoria da Glossemática.

Capítulo II

2 O modelo sógnico de Hjelmslev

2.1 Função: relação entre os signos e entre os elementos do signo

Num sentido mais próximo da aceção lógico-matemática, Hjelmslev define função como uma dependência entre dois termos ou entre elementos no interior de uma mesma cadeia, no processo ou no sistema. Uma dependência, ele entende como uma função. Uma unidade linguística tem certas funções, isto é, conexões com outras unidades, de maneira que essas unidades implicam outras unidades de tal sorte que certas unidades pressupõem outras: por exemplo, uma subordinada pressupõe uma principal e não o contrário.

Por um lado, a função é uma relação. Por outro, ela representa um papel particular, ocupa um lugar exato na cadeia. O primeiro sentido se revela como o mais importante no projeto glossemático, em que a função é uma dependência que satisfaz as condições de uma análise. Os dois termos de uma função chamam-se funtivo. Funtivo de uma função é um objeto que tem uma função com outro objeto. Assim, o funtivo contrai uma função.

Uma sílaba, por exemplo, *la*, é uma função, em que o funtivo *l* contrai uma função com o funtivo *a*. As funções podem ser funtivos, porque pode haver função entre as funções. Para Hjelmslev, o gênero é uma contração entre o masculino e o feminino. A função contraída entre gênero e radical nominal é uma função em que o funtivo gênero é também uma função. O funtivo que não é uma função o dinamarquês o denomina de grandeza.

Os funtivos são classificados em dois tipos: constante e variável. Na explicação de Fiorin (2003, p.30) “constante é aquela cuja presença é condição necessária para a presença do funtivo com o qual tem uma função”. A variável é aquela cuja presença não é condição necessária para a presença do funtivo com o qual tem uma função. Assim, na função que a consoante contrai com uma vogal para formar uma sílaba, a vogal é a constante e a consoante é a variável.

Se os funtivos podem ser de dois tipos, pode-se fazer um cálculo para determinar os tipos de funções existentes. A função se divide em três tipos: *interdependência*, *determinação* e *constelação*. Por função ele entende como uma dependência entre dois termos. Uma unidade linguística tem certas conexões com outras unidades, de maneira que certas unidades implicam outras unidades.

Uma dependência instaurada entre duas constantes, Hjelmslev define como *interdependência*, entre uma constante e uma variável ele chama de *determinação* e entre duas variáveis ele denomina de *constelação*. Ou seja, uma interdependência é uma função

entre duas constantes em que os termos se pressupõem mutuamente (ex. a pressupõe b, e b pressupõe a). Uma determinação é uma função entre uma constante e uma variável em que um termo pressupõe outro (ex. a pressupõe b, mas b não pressupõe a). Uma constelação é uma função entre duas variáveis em que os termos não se pressupõem mutuamente (ex. nem a pressupõe b, nem b pressupõe a). Uma *constante*, neste caso, é um funtivo cuja presença é condição necessária para a presença do funtivo com a qual tem uma função. Uma *variável* é um funtivo cuja presença não é uma condição necessária.

As três dependências ocorrem tanto no processo quanto no sistema, como reexplicam os quadros a seguir:

Tipo geral de relação	Tipo de função
Interdependência	Função entre duas constantes.
Determinação	Função entre uma constante e uma variável.
Constelação	Função entre duas variáveis.

Quadro 1: Tipo de relação e função

Função		Relação no processo	Correlação no sistema
Interdependência	Manifesta somente coesão.	Solidariedade	Complementaridade
Determinação	Manifesta coesão e reciprocidade.	Seleção	Especificação
Constelação	Manifesta somente reciprocidade.	Combinação	Autonomia

Quadro 2: Tipos de função segundo o processo e o sistema

A interdependência ocorre no processo e no sistema (quadro 2). No processo, realiza-se por meio de uma solidariedade entre dois elementos presentes no texto. Por exemplo: O sujeito pressupõe o predicado e vice-versa. No sistema, a correlação acontece a partir da complementaridade. Um termo complementa o outro. Por exemplo, em português o fonema oral se opõe, no sistema, ao fonema nasal e vice-versa, a consoante surda tem como contraparte a sonora etc.

A determinação realiza-se também no processo e no sistema (quadro 2). No processo a relação se estabelece através de seleção. A preposição *de* rege o verbo *gostar*, logo gostar precisa de *de*, mas *de* não necessita de gostar. Melhor dizendo *gostar* pressupõe *de*, mas *de* não pressupõe *gostar*. Uma oração subordinada pressupõe uma principal, mas uma principal não pressupõe uma subordinada. No sistema, há uma correlação de especificação. Por exemplo: se existe futuro, deve haver presente, mas podem existir línguas em que o presente não pressupõe a existência do futuro. A existência de um plural não pressupõe

necessariamente o singular: em inglês *scissors* (tesoura) não tem a forma singular correspondente (*scissor*). Em português, distintamente, acontece com as palavras *lápis* e *cais*: o morfema de plural é zero (\emptyset).

Assim como nas duas dependências anteriores, a constelação (quadro 2) também se realiza por meio do processo (texto) e do sistema (língua). No processo, a relação acontece mediante combinação. Em *Carolina chegou ontem*, nem o verbo precisa do adjunto, nem o adjunto precisa do verbo. A comunicação estaria completa sem o *ontem*, mas já que estão presentes no processo, os dois funtivos se combinam. No sistema, a correlação se configura através da autonomia. Ocorre entre os elementos do sistema, cada termo existindo independentemente do outro. Em *lindo dia*, é da livre escolha do falante substituir *lindo* por *belo*, pois ambos conservariam sua autonomia dentro do sistema: nem *lindo* pressupõe *belo*, nem *belo* pressupõe *lindo*.

As funções em que um dos funtivos é uma constante, ou seja, interdependência e determinação serão chamadas coesões (quadro 2). Enquanto, “as funções que são contraídas entre apenas um tipo de funtivo, a saber, entre duas constantes (interdependências) ou duas variáveis (constelações) serão denominadas reciprocidades” (quadro 2) (HJELMSLEV, 1975, p. 41; FIORIN, 2003, p.30).

Ao formular as definições dessas três espécies de funções está-se supondo a existência de funções contraídas apenas entre dois funtivos, isto é, funções bilaterais. No entanto, é possível prever a existência de funções contraídas entre mais de dois funtivos, ou seja, funções multilaterais, como acontecem nas línguas eslavas, uma consoante surda se torna sonora diante de uma sonora. No entanto, “essas funções poderão também ser consideradas funções entre funções bilaterais” (HJELMSLEV, 1975, p.41), quando uma sonora implica uma surda e uma surda implica uma sonora em condições mútuas.

A possibilidade de análise que a teoria da função propõe, através da interdependência, determinação e constelação, é, de acordo com Hjelmslev, aplicável a qualquer língua, em coerência com o seu método dedutivo que, por sua vez, fundamenta-se no empirismo, na não contradição, na descrição não exaustiva e tão simples quanto possível, resultando, assim, num dos postulados universais glossemáticos.

2.1.1 Hierarquias das funções: processo e sistema

Para Hjelmslev, todos os níveis da linguagem se constituem de relações. Na Glossemática, essas relações ocorrem no processo (texto) e no sistema⁴¹ (língua). O processo se realiza pela aplicação da função “e...e”, às unidades determinadas do texto. Assim, num texto dado, o processo é o resultado da relação de combinação das grandezas desse texto. O sistema caracteriza-se pela aplicação da relação “ou...ou” às unidades da língua. Numa língua dada, o sistema se constitui pela operação de substituição de grandezas no texto.

Num posicionamento axiomático, Hjelmslev afirma que em todo processo há uma correspondência de um sistema. Com efeito, o sistema permite analisar e descrever o processo com um número restrito de premissas. Isso significa que o processo é constituído de um número limitado de elementos que reaparecem em novas combinações. “A teoria tem que ser preditiva, pois permite fazer um cálculo das combinações possíveis, prognosticando, desta forma, os eventos possíveis e as condições de sua realização” (FIORIN, 2003, p.22).

A relação entre o sistema e o processo Hjelmslev denomina função. De forma que o sistema é a constante e o processo a variável. Isso quer dizer que o processo pressupõe o sistema, mas o sistema não pressupõe o processo. Por isso, “o processo é virtual”, enquanto “o sistema é realizado” (HJELMSLEV, 1975, pp.44-45). Não se pode ter um texto, sem que haja uma língua com a qual ele é realizado, mas pode-se imaginar uma língua, sem que haja textos nessa língua. Conforme Fiorin (2003, p.32), “o caso do indoeuropeu é exemplar: Trata-se da reconstituição de um sistema, sem que haja nenhum texto realizado nesse sistema”.

Nessa perspectiva Fiorin (2003, p.32) ressalta também, que,

quando se fala em virtualidade e realização, é preciso definir esses termos. Uma operação que pode ser realizada sobre qualquer objeto será chamada universal. Suas resultantes serão denominadas universais. Já uma operação que pode ser realizada sobre um dado objeto, mas não sobre outro será chamada particular. Suas resultantes serão denominadas particulares. Realizado é o que é objeto de uma análise particular, virtual é o que é objeto de uma análise universal. Como todos os textos pressupõem uma língua, o sistema linguístico é sempre realizado, ou seja, possível de uma análise particular. É o caso do indoeuropeu. Como não existe nenhum texto produzido nessa língua, os textos são possíveis, mas não realizados. Pode-se afirmar apenas sua virtualidade.

Para Lepschy (1971, p.64), “deve-se afirmar que cada processo pode ser analisado em número limitado de elementos surgidos, constantemente, em diferentes combinações”. Portanto, com base nessa análise, deveria ser possível ordenar os elementos em classes, segundo suas possibilidades de combinação. Além do mais, deveria ser possível construir um cálculo geral exaustivo das combinações possíveis. “Uma história, assim, construída chegaria

⁴¹A noção de *sistema* está relacionada à de *processo* numa perspectiva distintiva. O processo como uma hierarquia relacional (texto) e o sistema como uma hierarquia correlacional (língua). Nessa dicotomia, o propósito de Hjelmslev é distinguir *texto* de *língua*.

ao nível da mera descrição primitiva de uma ciência sistemática, exata e generalizante, em cuja teoria todos os eventos possíveis combinações de elementos são previstos, e as condições da sua realização estabelecidas” (*op. cit.*, p.65). Em harmonia com esse pensamento, Lepschy também adiciona que esse é o escopo da teoria linguística: provar que, para um objeto tipicamente humanista como a língua, há um sistema subjacente ao processo, uma constante subjacente às flutuações.

Uma distinção essencial entre processo e sistema Hjelmslev atribui através dos conceitos de função “e...e” (conjunções) e função “ou...ou” (disjunções). No processo encontra-se uma conjunção ou relação “e...e” entre os fúntivos que dela participa, e no sistema há uma correlação ou alternância “ou...ou” entre os fúntivos que participa. Os fúntivos de um processo se contraem entre si numa relação que aparecem ao mesmo tempo, linearmente, na cadeia do texto linguístico. Por exemplo, em *bola*, há uma conjunção entre *bo* e *la*. Ao mesmo tempo há em *b e o* ou entre *l e a*. Em *bola*, existe função contraída por uma a uma nas sílabas e entre as sílabas. Estas, por sua vez, são funções contraídas pelos fúntivos consoante e vogal. São funções no processo e, por isso, são também chamadas de relações sintagmáticas.

Essas mesmas grandezas entram no sistema. Numa substituição de *b* por *s* e de *l* por *m*, obtém-se *soma*, ao invés de *bola*, haverá disjunção entre *b* e *s*, entre *l* e *m*. Em outro exemplo, se tomar a unidade *pai*, pode-se transformá-la em *vai*. Se substituir *p* por *v* pode-se transformar as duas unidades noutras em caso de substituição de *i* por *u* (*pau*, *vau*). Essa operação de substituição Hjelmslev chama de ‘comutação’. A correlação que se estabelece entre esses termos passa a ser ou *b* ou *s*, ou *l* ou *m*, e/ou *p* ou *v*, ou *i* ou *u*. Essas correlações são funções do sistema.

Para Hjelmslev o sistema é uma hierarquia que contém todos os paradigmas, ou seja, todas as classes constituídas de funções correlacionais. Sendo assim, ele será uma hierarquia correlacional. O sistema é, portanto, uma paradigmática denominada língua e o processo uma sintagmática chamado texto. “A existência do sistema é para Hjelmslev uma condição necessária para a existência de um processo. É, com efeito, pela força do sistema contida no processo que este pode servir de meio de comunicação entre os homens” (MALMBERG, 1971, p.181).

2.1.2 A noção de álgebra na constituição da teoria glossemática

A noção de álgebra aplicada à linguagem por Hjelmslev recebeu considerável influência do positivismo lógico difundido nas décadas de 20, 30 e 40 do século XIX. O

positivismo lógico é entendido como uma corrente filosófica cuja origem remonta a reunião de um grupo de filósofos e matemáticos, em sua maioria, vienenses com interesses comuns a um determinado conjunto de problemas filosóficos recorrentes na época.

Os positivistas lógicos rejeitam enfaticamente o subjetivismo que acreditam ter dominado o pensamento racional e propõem um projeto de fundamentação das teorias científicas em uma linguagem lógica, garantindo, deste modo, o definitivo e necessário rompimento com a metafísica imperante. Os pensadores do Círculo de Viena produziram uma autêntica revolução filosófica. Por conseguinte,

as matrizes do positivismo lógico incorporam a abordagem epistemológica, conceitual e metodológica da perspectiva científica analítica, segundo a qual a constituição de um verdadeiro conhecimento científico supõe necessariamente a articulação de uma linguagem científica capaz de assegurar tanto a lógica interna da razão, como a conexão lógica entre essa racionalização e a ordem atribuível, de uma ou outra forma, aos fatos da experiência (LAMEGO, 2006, pp.2-3).

O centro de estudo do positivismo lógico foi instalado na Universidade de Viena por um grupo de pesquisadores o qual se tornou conhecido pelo nome de “Círculo de Viena”. Os seminários eram realizados por um grupo de pesquisadores liderados pelo austríaco Moritz Schlick⁴². Os elementos deste movimento, unidos por uma postura radicalmente empirista e anti-metafísica procuram revolucionar a Filosofia através do uso dos recursos da lógica simbólica na análise da linguagem científica. Com o objetivo de tornar um movimento verdadeiramente internacional, o Círculo de Viena estabeleceu contato e alianças com filósofos e cientistas escandinavos, polacos, britânicos e norte-americanos. Dos principais positivistas lógicos que mais influenciaram o pensamento de Hjelmslev, na época, foram Alfred Jules Ayer⁴³, por meio da obra, *Linguagem, verdade e lógica*, publicada em 1936, e Rudolf Carnap⁴⁴ com a obra, *A sintaxe lógica da linguagem* publicada em 1934.

Em *Linguagem, Verdade e Lógica (LVL)*, “Ayer apresenta o que foi entendido como sendo uma das principais teses do Positivismo Lógico e, por isso, estabeleceu-se como o líder

⁴²Schlick (1882-1936) nasceu em Berlim numa família rica. Foi a figura central do positivismo lógico e do Círculo de Viena. Publicou *A Natureza da Verdade de acordo com a Moderna Lógica* (1910) e outros trabalhos. Em junho de 1936, Schlick subia numa das escadarias da Universidade de Viena onde era professor, quando foi confrontado por um antigo aluno, extremista nazista, que o interpelou com uma conversa pomposa sobre um ensaio que ele tinha escrito. Quando Schlick objetou, o estudante puxou de uma pistola e atingiu Schlick no peito. Schlick morreu pouco depois.

⁴³Ayer (1910-1989) nasceu em Londres numa família abastada de origem judaica-holandesa. Foi um filósofo britânico conhecido como positivista lógico, especialmente, pelos livros *Language, Truth and Logic* (1936) e o *Problema do conhecimento* (1956).

⁴⁴Carnap (1891-1970) nasceu no norte da Alemanha numa família humilde até a geração dos seus pais. Foi um influente filósofo alemão que trabalhou na Europa Central antes de 1935 e nos Estados Unidos posteriormente. Ele foi um dos principais membros do Círculo de Viena e um eminente defensor do positivismo lógico.

do movimento inglês” (MACDNALD, 2005, p.1). Ao aprovar estas opiniões Ayer viu como continuar na linha do empirismo britânico estabelecido por John Locke⁴⁵ e David Hume⁴⁶, um empirismo cujo representante mais recente foi Bertrand Russell⁴⁷. Ao longo de sua carreira, ele “se manteve fiel a tradição de rejeição da possibilidade de conhecimento sintético *a priori* e, por isso, viu o método da filosofia ser a análise do significado dos termos-chave, como ‘causalidade’, ‘verdade’, ‘conhecimento’, ‘liberdade’, e assim por diante” (*op. cit.; loc. cit.*).

Em LVL, Ayer sustenta que todas as verdades necessárias são verdadeiras em virtude dos significados dos termos utilizados para expressar-lhes. “Por sua vez, dependendo das convenções que regem o uso desses termos. Pode-se ver na expressão de opinião nesta primeira fonte de inquietação sobre a necessidade lógica” (*op. cit.*, p.12.) Ele descreve a necessidade de lógica verdade tão dependente das regras que regem o uso da lógica constante. Embora essas regras não sejam nem verdadeiras nem falsas, elas elucidam a boa utilização de tais constantes, uma formulação, sugerindo que a fonte da necessidade é mais profunda do que a mera utilização linguística.

Em *A sintaxe lógica da linguagem*, Carnap propõe como questão central, uma modalidade sintática para a filosofia, que pode mostrar a possibilidade e a adequação de substituir todo o complexo emaranhado de problemas normalmente estudados em filosofia pela análise sintática de certas linguagens formais, devidamente caracterizadas. Para Carnap, a lógica da ciência é nada mais do que a sintaxe da linguagem da ciência. Dos chamados problemas filosóficos, as únicas questões que tem qualquer sentido são aqueles da lógica da ciência. Para compartilhar esta visão basta substituir a ‘sintaxe lógica’ pela filosofia.

O estudo sintático consiste precisamente no estudo dos mecanismos puramente formais que determinam certas linguagens – as chamadas linguagens formais. Substituir a filosofia pela sintaxe lógica é substituir a filosofia pelo estudo sistemático e abrangente dessas linguagens formais, assim como de sua relação com a ciência e a atividade científica (TRANJAN, 2005, p.12).

A proposta de substituir a filosofia, em toda sua dimensão, pela simples análise sintática é uma redução ambiciosamente extrapolante. “Substituir toda a filosofia, área ilimitada do pensamento humano, pelo mero estudo de estruturas formais” (TRANJAN, 2005, p.12), trata-se uma redução ampla demais. No entanto, nessa proposta, Carnap não estabelece

⁴⁵ Locke (1632-1704) nasceu em Wrington na Inglaterra. É considerado como protagonista do empirismo, ou seja, a teoria denominada de *Tabula Rasa* (do latim, “folha em branco”). Essa teoria afirma que todas as pessoas nascem sem saber absolutamente nada e que aprendem pela experiência.

⁴⁶ Hume (1711-1776) nasceu em Edimburgo na Escócia. Foi filósofo e historiador que fundou o empirismo moderno. Abriu caminho para aplicação de método experimental aos fenômenos mentais.

⁴⁷ Russell (1872-1970) nasceu em Ravenscroft, País de Gales. Foi um dos matemáticos, filósofos e lógicos mais influente da era moderna. Sua obra mais conhecida é *The principles of Mathematics* (1903).

uma redução, mas duas reduções: em primeiro lugar, Carnap considera que todas as questões referentes à lógica da ciência possam ser reduzidas a questões sintáticas. Para ele seria uma redução da lógica à sintaxe da linguagem, podendo ser expressa como: *Lógica é sintaxe*. Em segundo lugar, Carnap acredita que se expurgar tudo que é vazio e carente de significado, a filosofia deva ser reduzida à lógica da ciência. A formulação dessa segunda redução pode, portanto, ser expressa tal como: *Filosofia é lógica*. “Como, pela primeira redução, *lógica é sintaxe*, chega-se à visão defendida no livro, de que a filosofia deva ser substituída pela sintaxe lógica” (TRANJAN, 2005, p.13).

Carnap, “através de rigorosa análise dos enunciados das ciências naturais em contraste com enunciados metafísicos, procura formular critérios válidos para revelar os problemas lógicos da linguagem e criar critérios para a viabilidade lógica dos discursos científicos” (OLIVEIRA, 2009, p.1). A unificação da ciência seria alcançada através da redução de todas as proposições observáveis à linguagem lógico-matemática, com a qual mostrou-se a existência de um núcleo comum a todas as ciências. Entretanto, Carnap procura formular critérios válidos para revelar os problemas lógicos da linguagem e criar critérios para a viabilidade lógica dos discursos científicos.

A língua, na teoria Glossemática, é concebida como uma entidade autônoma de dependência interna, voltada para dentro si, como uma estrutura única e singular, ou seja, imanente, sem, contudo, dependência dos aspectos fonéticos, psicológicos, sociológicos, filosóficos, literários e históricos da linguística desenvolvida pelos linguistas do século XIX. Mediante essa concepção de imanência, Hjelmslev defende que a linguística deve determinar o que é característico e comum a todas as línguas humanas quaisquer que sejam elas, bem como dar conta de que uma língua seja idêntica a si mesma em suas mais variadas manifestações.

Nessa perspectiva, Hjelmslev concebe a Linguística como uma espécie de álgebra que opera com grandeza designada arbitrária. Essa noção de álgebra linguística incorporada na teoria Glossemática se instaura nas relações entre os signos ou os elementos que estão relacionados entre si no signo. Por meio da teoria Glossemática, Hjelmslev se propõe alcançar um método puramente linguístico e com validade universal para estabelecer uma álgebra da linguagem como uma rede de definições que há de formar um sistema que possa servir de modelo para descrição de línguas em particular.

A teoria lógica dos signos, para Hjelmslev, tem seu ponto de partida na metamatemática de David Hilbert (1862-1943), cuja ideia consistia em considerar o sistema de símbolos matemáticos como um sistema de figuras de expressão

independentemente de seu conteúdo, e descrever suas regras de transformação tal como se descreveriam as regras de um jogo, independentemente de suas possíveis interpretações (HJELMSLEV, 1975, p.116).

Essa ideia foi adotada pelos lógicos poloneses em sua metalógica (Alfred Tarski (1901-1983), *Studia Philosophica* 1934) e, a seguir, por Rudolf Carnap (1891-1970) (*Sintaxe lógica da linguagem* 1934) e Alfred Ayer (1910-1989) (*Linguagem, Verdade e Lógica* 1936) numa teoria dos signos em que, em princípio, toda semiótica é considerada como um simples sistema de expressão no qual o conteúdo não intervém.

A partir das obras lógicas de Tarski, Carnap e Ayer difundiu-se a ideia de que a construção de uma linguagem lógica poderia ser útil para resolver problemas semânticos das línguas naturais. As linguagens lógicas construídas poderiam operar como modelos cujos termos poderiam captar melhor as características gramaticais e semânticas das línguas naturais. A “traducibilidade” de um enunciado em uma linguagem lógica já não garantiria de sua significatividade cognitiva, mas somente um critério de gramaticalidade ou interpretabilidade semântica.

Na Glossemática, a noção de álgebra constitui-se num modelo ideal de ciência que há de considerar que a linguística se converta cada vez mais numa álgebra da linguagem configurada a partir do princípio da imanência, do método dedutivo e das relações entre os signos ou entre os elementos linguísticos. A Glossemática começa por procurar um elemento comum de suas afirmações, que o faz voltarem à atenção para os conceitos tradicionais de concordância gramatical e de regência. Em vez de dizer que a preposição *sine* [sem] é seguida do caso ablativo, diz-se, de certo modo, mais simples: ‘Se *sine* está presente em uma frase, o ablativo também deve estar’.

2.2 Signo linguístico e o homem

O interesse pela compreensão de como o signo se materializa é objeto de estudo investigado pela filosofia desde a Grécia Antiga. Em o diálogo *Crátilo*, Platão, ao investigar a origem das palavras, revela as primeiras noções de estudos relacionadas ao conceito de signo. Para Platão (*apud* Ribeiro, 2006, p.40) a relação entre as palavras e o que elas nomeiam (o objeto) é um caso de convenção: se alguém atribui um nome a alguma coisa, esse é considerado o seu nome verdadeiro: “as palavras são como etiquetas verbais que aplicamos aos objetos”. Assim, é concebível afirmar que qualquer objeto, som, palavra, imagem capaz de representar alguma coisa constitui signo. Na vida, todo indivíduo depende do signo para viver e interagir com o meio no qual está inserido.

Para o homem comum, a noção de signo e suas relações não são importantes do ponto de vista teórico, mas ele os entende de maneira prática e precisa. A atualidade do signo vai além do que se possa imaginar: “ao dirigirmos, por exemplo, precisamos constantemente ler e analisar discursos transmitidos pelas placas de trânsito, pelas luzes do semáforo, pelas reações do veículo ao meio ambiente etc” (SILVA, 2003, p. 2). O homem intelectualizado utiliza mais os recursos de sentido dos signos na sua prática, porém nenhum desses homens vivem sem o signo para entender o mundo, a si mesmo e as pessoas com as quais mantém relações sociais.

De Platão para a era moderna, filólogos e linguistas dedicaram-se integralmente a fundação de teorias do signo, de forma que, na atualidade, diversas teorias formam o dispositivo teórico-metodológico que constitui o conceito de signo linguístico. Entre as teorias de signos que mais repercutem no terreno linguístico está a do dinamarquês Louis Hjelmslev, configurada na teoria Glossemática. Segundo Hjelmslev, todo signo é portador de significação. Para ele, textos, períodos, orações, palavras, morfemas veiculam significação, logo, são signos.

A teoria sígnica desenvolvida por Hjelmslev se tornou tão relevante para os estudos linguísticos modernos e pós-modernos quanto às concepções sígnicas postuladas por Saussure. Portanto, com o intuito oferecer uma noção mais ampla sobre a teoria de signo, esta unidade fará uma pequena comparação entre as concepções fundadas pelos dois linguistas modernos, sem, no entanto, dispersar do objeto prioritário deste trabalho que é o signo linguístico em Hjelmslev.

2.3 O signo em Saussure: uma comparação

Para Saussure (2006, pp.80-81), “o signo linguístico é, pois, uma entidade psíquica de duas faces”, é ainda “a combinação do conceito e da imagem acústica”. Embora as palavras conceito e imagem possam designar oposição, Saussure resolveu substituí-las por *significado* e *significante*, acreditando que tais palavras pudessem expressar com maior clareza a ideia de oposição entre os principais elementos do signo: conceito e imagem.

O significante é a apresentação física do signo, de forma sonora e/ou imagética. A imagem acústica da palavra ‘sapo’ é o significante para todos os fins. O significado é o conceito que permite a formação da imagem na mente de um indivíduo quando ele entra em contato com o significante. Portanto, a representação física do ‘sapo’ é o que se pode chamar de significado.

Conforme Silva (2003, p.3), o signo, para Saussure, é um elemento binomial, a sua natureza é dicotômica. O significado e o significante traduzem as pontas da bifurcação do

signo, agem dialeticamente, embora sua relação de reciprocidade seja considerada pelo próprio Saussure como arbitrária. Não é possível admitir a existência do significante sem o significado e vice-versa, assim como não é possível estabelecer ou definir um elemento de relação objetiva entre o conceito e sua imagem acústica.

Para Hjelmslev é preciso repensar a definição de signo dada por Saussure, pois ele tomou os dois fúntivos separadamente e não tratou da função semiótica. Para o mestre genebrino, o pensamento é uma nebulosa, onde nada está delimitado. Anterior à língua, não existem ideias. A mesma coisa ocorre com a substância fônica. A língua é, então, “uma série de subdivisões contíguas desenhadas simultaneamente no plano indefinido das ideias confusas (...) e no plano não menos indeterminado dos sons” (SAUSSURE, 2006, p. 130). A massa amorfa do plano fônico e do pensamento constitui a substância da expressão e do conteúdo, respectivamente; enquanto as delimitações feitas pela língua são a forma. Em Saussure, a substância precede a forma. Hjelmslev vai fazer uma radical mudança nas concepções de forma e de substância, de tal modo, que a linguística moderna substitui significante e significado por plano do conteúdo e plano da expressão.

Hjelmslev considera que uma língua, dada a sua natureza significativa e mais complexa e subjetiva do que aquilo que se imagina, não deve ser pensada só como um *sistema de signos*, tendo em vista a sua riqueza em *sistemas de figuras* que, antes de qualquer coisa, serviriam para formar signos. Dizer que a linguagem é um *sistema de signos* é desconsiderar a sua essência mais profunda, é deixar de mergulhar nas micro-significações desencadeadoras das macro-significações contextuais que, ao longo dos tempos, responsabilizaram-se pelos registros e pelas transformações do homem em sociedade e em si mesmo.

Para não gerar uma interpretação ambígua entre os conceitos de signos e figuras em relação ao conceito de língua/linguagem, Hjelmslev define a língua/linguagem, pela sua finalidade, como um sistema de signos. Por sua estrutura interna como um sistema de figuras, que servem para formar signos.

Portanto, as concepções sígnicas formuladas por Hjelmslev, em sua teoria glossemática, apresentam, em termos estruturais, um nível de complexidade bem mais abrangente do que quaisquer outras teorias sígnicas fundadas por linguistas do século XX. E, em termos de abordagens linguísticas, apesar de sua teoria dialogar com a teoria de signo de Saussure, Hjelmslev é um operador de ideias que alteram os rumos dos paradigmas linguísticos que eram, antes, limitados ao *Curso de linguística geral*. Em razão disso,

Hjelmslev é, atualmente, considerado como um dos principais inovadores da teoria de signo filiada à linguística moderna.

2.4 O signo em Hjelmslev

Para Hjelmslev (1975, p.49), o signo que representa algo, tradicionalmente considerando, “é de definição realista e imprecisa”, haja vista que a natureza das significações pode alcançar profundidades interpretativas e analíticas muito mais extensas e extraordinárias que aquela apresentada pela linguística tradicional. Para Hjelmslev, “o signo que se define por uma função é um signo que se opõe a um não-signo, ou seja, é um signo que funciona, que designa e que significa, é, acima de tudo, um signo portador de uma significação” (*op. cit.; loc. cit.*).

Como o signo não pode ser definido como um elemento de natureza vazia, ou seja, sem significação, quando analisado, descontextualizadamente, é apenas signo que nada ou quase nada significam, tendo em vista que sua máxima realização dá-se pela relação que mantêm com outros signos dentro de um dado contexto. Uma palavra pode ser considerada como contexto de um signo menor que ela, mas que, por sua natureza significativa e pela organização e relação que estabelece com outros signos menores, pode significar tanto quanto, ou muito mais que uma palavra quando empregada como elemento menor de um contexto maior que a sua natureza.

As palavras não são os signos últimos, irredutíveis, da linguagem, tal como podia deixá-lo supor o imenso interesse que a linguística tradicional dedica à palavra. As palavras deixam-se analisar em partes que são igualmente portadoras de significações: radicais sufixos de derivação e desinências flexionais (HJELMSLEV, 1975, p. 49).

Com base nisso, é concebível fazer a seguinte análise: a forma verbal “amássemos” é um signo menor em relação ao contexto a que pode pertencer, ou seja, quando empregada na frase, a exemplo: “Se amássemos mais, o mundo seria melhor”. A frase, nesse caso, é um signo maior em relação à palavra “amássemos”, que pode ser entendida como o contexto de signos menores contidos nela. Em “am-á-sse-mos”, da esquerda para a direita, pode-se classificar os elementos significativos da palavra e apresentar a significação contida em cada um deles. O primeiro elemento significativo classifica-se como radical e contém a significação lexical do ato de aplicar a inteligência. O segundo é a vogal temática e tem como função indicar a que conjugação pertence o verbo. A terceira é a desinência verbal modo-temporal e tem como função a indicação do tempo pretérito e do modo subjuntivo, expressando, portanto, uma ação hipotética que poderia ocorrer no passado. Finalmente, o

quarto elemento significativo é também uma desinência verbal, cuja função é expressar o número e a pessoa do discurso.

De acordo com Silva (2003, p.4), “a ideia da significação fica mais clara quando um dado signo é analisado fora e dentro do seu contexto”. Tomando a palavra ‘manga’ como *corpus*, pode-se ver que nem sempre é possível relacionar o signo a sua significação, tendo em vista o seu esvaziamento de sentido, em virtude do emprego solitário. ‘Manga’, em língua portuguesa, é uma palavra que pode ter, dentro de um dado contexto, significação diferente daquela que teria quando aplicada em outros contextos. A ‘manga’, peça do vestuário é diferente de ‘manga’, o fruto que também é diferente de manga, a terceira pessoa do presente do indicativo do verbo ‘mangar’. Isso se confirma quando Hjelmslev diz:

Considerado isoladamente, signo algum tem significação. Toda significação de signo nasce de um contexto, quer entendamos por isso um contexto de situação ou um contexto explícito, [...]. É necessário, assim abster-se de acreditar que um substantivo está mais carregado de sentido do que uma preposição, ou que uma palavra está mais carregada de significação do que um sufixo de derivação ou uma terminação flexional (HJELMSLEV, 1975, p. 50).

Vale também ressaltar que os fonemas e as sílabas só podem ser considerados como elementos significativos, ou seja, como expressões de signos quando desempenham funções de morfemas, caso contrário são elementos vazios de significação. Ao segmentar a palavra *meninas* em *menin-a-s*, o “a” e o “s” são fonemas, mas também são desinências nominais portadoras de significações que indicam, respectivamente, o gênero feminino e o número plural do substantivo, portanto, são signos. Já na palavra *sapo*, o /s/ e o /a/ são apenas fonemas, não podendo, portanto, ser considerados *expressões de signos*, mas tão somente *partes de uma expressão de signo*. O que Hjelmslev (1975) trata como *partes das expressões de signos* são, a seguir, em sua teoria, denominadas *figuras*.

2.5 Figuras sígnicas em Hjelmslev

Para Hjelmslev (1975, p.51), uma língua para ser adequada deve ser capaz de formar novos signos, mas para ser prática e fácil de usar deve se constituir de um número limitado de figuras que servem para formar um número ilimitado de signos. Nessa oposição entre signo e figuras, o signo se configura como portador de uma significação e a figura se constitui como parte de um processo de significação, como por exemplo, as sílabas e os fonemas. O “i” (vá) latino mostra uma expressão de signo, porque é um período, formado de uma palavra, de uma sílaba e de um fonema. A desinência “s” ou morfema “s” de “meninas” é a expressão de um signo, mas o “s” da palavra “Cós” por ser fonema e não ter significado passa a ser uma figura.

Poderia se pensar que, quando Hjelmslev fala em figuras, está referindo-se apenas aos elementos da expressão, como, por exemplo, os cenemas⁴⁸. No entanto, como se verá em seguida, ele vai considerar figuras também os traços do plano do conteúdo, *os semas*⁴⁹. Para Hjelmslev

Tais considerações levam-nos ao abandono de uma tentativa de análise em “signos”, e somos levados a reconhecer que uma descrição que esteja de acordo com nossos princípios deve analisar conteúdo e expressão separadamente, cada uma destas análises isolando finalmente um número limitado de grandezas que não são necessariamente suscetíveis de serem comparadas com as grandezas do plano oposto (HJELMSLEV, 1975, p.51).

Para Fiorin (2003, p.39), “o princípio da redução⁵⁰, com o estabelecimento de invariantes, possibilita registrar as figuras do plano do conteúdo e do plano da expressão”. Isso vai permitir que os ilimitados signos da língua possam ser descritos, no que diz respeito ao conteúdo, por um número limitado de figuras. “Logo, o plano de conteúdo deve ser analisado em componentes menores do que os conteúdos mínimos dos signos” (*op. cit.; loc. cit.*). Por exemplo, se tomarmos um signo como “touro”, ele pode ser analisado em elementos menores como /bovino/, /reprodutor/, /macho/, /adulto/. Esses elementos são invariantes do plano do conteúdo, porque trocando /bovino/ por /suíno/, temos “cachaço”; /bovino/ por /equino/, temos “garanhão”; /reprodutor/ por /não reprodutor/, temos “boi”; /macho/ por /fêmea/, temos “vaca”; /adulto/ por /não adulto/, temos “bezerro”. “Vaca” é formada das figuras /bovino/, /reprodutor/, /fêmea/, /adulto/. Se trocarmos /bovino/ por /suíno/, temos “porca”. Essa operação pode ir sendo feita até chegarmos às figuras de conteúdo de uma língua que formam a totalidade dos signos.

Essa análise do conteúdo dos signos em figuras do conteúdo era visto como uma coisa impossível, porque nela não havia um método seguro que permitisse atender ao princípio de redução. Porém, somente após a publicação da teoria Glossemática essa análise tornou possível. Embora a análise correspondente em figuras da expressão seja tão antiga quanto à invenção da escrita alfabética, a maneira de desenvolver será exatamente a mesma tanto para o plano de conteúdo quanto para o plano de expressão em componentes que contraem relações mútuas. Para analisar o plano de conteúdo de um signo, deve-se inventariar o signo em componentes menores que os conteúdos mínimos de signos.

⁴⁸ [Unidade da expressão vazia de significado. Na Glossemática substitui o fonema.](#)

⁴⁹ Unidade mínima de significação, ou seja, menor unidade de conteúdo que a análise pode depreender na Glossemática.

⁵⁰ Para Hjelmslev (1975, p.66) “cada operação do procedimento deve ser continuada ou repetida até que a descrição se esgote, e deve cada fase, conduzir ao registro dos objetos cujo número é o menor possível”.

2.6 Plano de conteúdo e Plano de expressão: a dicotomia do signo

O signo definido por Hjelmslev se compõe de uma característica dicotômica, na qual residem o plano de conteúdo e o plano de expressão. Cada uma dessas duas grandezas se constitui em duas outras entidades mais específicas. Para isso, Hjelmslev divide o conteúdo em forma do conteúdo e substância do conteúdo e a expressão em substância da expressão e forma da expressão. Para Hjelmslev, a essência da língua se constitui pela inter-relação desses dois planos. Cada um desses planos, em uma determinada língua, tem sua própria estrutura. O quadro, abaixo, conceitua cada uma das entidades dos planos de conteúdo e expressão.

S I G N O	Plano do conteúdo	Forma do conteúdo	É a estruturação da língua na fala/escrita
		Substância do conteúdo	É o pensamento/ideia/significação.
	Plano da expressão	Forma da expressão	São os fonemas/cenemas.
		Substância da expressão	São os sons articulados pela fala.

Quadro 3: Plano de conteúdo e plano de expressão

Se, por exemplo, durante um seminário acadêmico, o coordenador de pesquisa fala, “O tempo esgotou!”, tanto o coordenador quanto o apresentador do trabalho fazem o uso das quatro manifestações sígnicas. Portanto, na expressão e/ou na recepção de “O tempo esgotou”:

- há uma relação sintática entre o “artigo”, o “sujeito” e o “verbo” que é natural da estrutura da língua, e constitui a forma do conteúdo.
- há uma projeção mental (ideia), manifestando aviso/informação/advertência, que constitui a substância do conteúdo.
- há uma sequência de relações fonêmicas/cenêmicas, vazias de significados, que constitui a forma da expressão.
- há articulações sonoras manifestadas pelos fonemas/cenemas que constituem a substância da expressão.

Para MALMBERG (1971, p.183), “a tese segundo a qual a língua tem uma forma e uma substância não é original de Hjelmslev, embora ele tenha dela retirado, com estrita lógica, todas as consequências sobre os dois planos da língua”. Como a expressão do texto se deixa analisar num número limitado de figuras de expressão que aparecem constantemente, os cenemas, assim também o seu conteúdo, segundo Hjelmslev, divide-se em um número limitado e relativamente pequeno de figuras de conteúdo. Ainda que a divisão da expressão

em figuras seja de fato muito antiga e tenha condicionado, entre outras coisas, o aparecimento da escrita alfabética, a linguística até aqui nunca tentou seriamente distinguir as figuras de conteúdo na língua.

Essa negligência, declara Hjelmslev, teve consequências catastróficas para a análise dos conteúdos. O número ilimitado de signos fez os linguistas crerem que tal análise seria irrealizável. A gramática tradicional limitou-se assim ao registro dos chamados elementos gramaticais: desinências, prefixos, sufixos, conjunções, preposições, etc, mas nunca procurou enumerar todos os outros elementos de conteúdo da língua: os *pleremas*⁵¹ (unidades cheias) em oposição aos *cenemas* (unidades vazias) (MALMBERG, 1971, p.184).

Para Hjelmslev, a descrição da substância pressupõe a descrição da forma, ou seja, das relações que geram os sons e os conceitos. A língua é forma e, por isso, a linguística estuda a forma. Por exemplo, a física estuda os sons (substância da expressão) do ponto de vista acústico; a antropologia social estuda os conceitos (substância do conteúdo), para analisar a cultura de um povo. Assim como as outras disciplinas científicas podem e devem analisar o sentido linguístico sem levar em conta a forma, a linguística tem por objeto estudar a forma sem se ocupar do sentido. O que Hjelmslev pretende fazer, portanto, é construir uma linguística cuja ciência da expressão não seria uma fonética e a ciência do conteúdo não seria uma semântica.

Em outras palavras, sua linguística seria erguida em bases internas e funcionais, sem admitir dados fonéticos ou fenomenológicos na ciência da expressão nem dados ontológicos e fenomenológicos na ciência do conteúdo. Seria uma álgebra da língua, que operaria sobre grandezas não denominadas, ou melhor, denominadas arbitrariamente, que só ganhariam designações motivadas por sua ligação com a substância (Hjelmslev *apud* FIORIN, 2003, p.41).

A forma do conteúdo, que é independente do sentido, com o qual ela mantém uma relação arbitrária, transforma o sentido em substância de conteúdo, ou seja, em ideia. Isso significa que a substância não precede a forma como em Saussure, mas é resultado de uma forma. “Os conceitos (substância do conteúdo) presentes em cada língua são resultantes de diferenças paradigmáticas e dos modos de organização dos conteúdos (forma do conteúdo)” (FIORIN, 2003, p.36). A substância depende da forma e não se pode atribuir a ela um sentido independente.

2.7 Esquema, norma e uso

⁵¹“É o elemento do conteúdo cuja definição permite a reprodução de variantes infinitamente numerosas a partir de um número limitado de invariantes e a redução dos signos infinitamente numerosos às combinações de um número limitado de pleremas” (DUBOIS *et al.*, 1998, p.470).

Em sobreposição à dicotomia saussuriana *língua/fala*, Hjelmslev empreende, como componente glossemático, pelos menos seis conceitos para definir *língua e fala*, distinguidos entre os seguintes termos: *esquema, sistema, norma, uso, prática e ato*. Essa distinção é frequente na maioria dos textos de Hjelmslev, porém, em alguns trabalhos o termo *fala* é empregado como uma quarta distinção oposta aos itens que constituem a sua tricotomia. Em outros estudos, ocorrem variações terminológicas de alguns termos. O item *sistema*⁵², em certas ocasiões, aparece em lugar de *esquema*, em outras, o vocábulo *prática* substitui o termo *uso*, sem, contudo, descaracterizar a relação de sentido constituído mutuamente pelos três planos.

Em Saussure, a relação conceitual entre *língua e fala* alcança, na perspectiva do *Curso de Linguística Geral*, um nível de distinção meramente explícito. Numa definição bastante detalhada, o genebrino diz que a língua é uma instituição coletiva, na qual a fala está incluída como a materialização da eficiência da língua. A língua reflete a sistematização cultural da sociedade e a fala é a atuação linguística do indivíduo. A língua representa a coletividade, enquanto fórmula ela é a própria coletividade, e o indivíduo é parte integrada nela, do mesmo modo que é uma parte da sociedade. O indivíduo se integra à língua quando usa a fala, e só está integrado ao contexto linguístico da sociedade em que vive quando tiver aprendido a língua dessa sociedade.

A fala, pelo contrário, é um ato de vontade e inteligência individual. O indivíduo possui a capacidade de linguagem, teve a oportunidade de aprender a língua de seu povo e, no contato com os outros indivíduos em sua coletividade, em seu grupo social, materializa esse conhecimento linguístico e da interação entre indivíduos. A fala é a realização voluntária do conhecimento linguístico e da interação entre os indivíduos. O processo de falar requer sempre dois indivíduos: um para produzir e um para receber a mensagem. Tudo na organização linguística humana está na dependência da fala. A relação de interdependência torna a língua e a fala um só elemento, no qual a forma, que é a língua, não existe sem a manifestação, que é a fala. De modo que a língua existe em função da fala, e nada pode existir na língua se não estiver em uso e em experiência na fala. O indivíduo molda dentro de si a língua por meio da fala.

Na ruptura com a dicotomia língua/fala, uma das distinções mais populares desenvolvidas por Hjelmslev é a que redefine os termos saussurianos em três concepções: em primeiro, como *forma pura* independentemente de suas realizações sociais e de suas

⁵²Denominação conceitual distinta de *norma, uso, prática e ato* empregado com o propósito de redefinir *langue* de Saussure.

manifestações materiais denomina *esquema*. Em segundo, como *forma material*, isto é, a atualização do aspecto social da língua, mas independente ainda dos traços pormenores de sua manifestação é chamado *norma*. Em terceiro, como *um conjunto de hábitos* adotados por uma comunidade linguística determinada e definidos através das manifestações observadas, constitui o *uso*.

Nessa tricotomia hjelmsleviana, a principal dificuldade encontrada é a compreensão do conceito de *norma* em relação aos conceitos de *esquema* e *uso*. “O conceito de língua saussuriana, por um lado, aproxima-se ao *esquema* e, por outro, à *norma* de Hjelmslev” (NOTH, 1996, p.55). No entanto, considera-se, a norma como uma construção artificial derivada de esquema e uso. Mas, a *norma*, se beneficia somente daquelas estruturas que são de fato usadas e realizáveis no *uso*. “A definição de *uso* aproxima ao conceito de fala saussuriana, ou seja, é a manifestação do sistema em atos linguísticos individuais ou sociais” (*op. cit., loc. cit.*).

Dubois (1998, p.435) explica que “a norma é o traço, ou conjunto de traços, que permite distinguir um elemento de todos os outros elementos. É a escolha que uma comunidade linguística faz do seu sistema linguístico”. Como a consoante [r] é uma única vibrante em português. Portanto, o caráter vibrante constitui a norma de [r] na língua portuguesa. Mas [r] apresenta-se sempre com outros traços. É uma sonora rolada alveolar, ou uma constrictiva sonora, etc. Todos esses traços que não são distintivos e não permitem caracterizar o fonema [r] porque podem não ser encontrados, constituem o *uso*.

A diferença entre *esquema* e *norma* pode ser ilustrada em vários níveis da análise. No plano da estrutura fonética da língua portuguesa, o sistema fonológico inclui todos os fonemas que ocorrem nas palavras de seu vocabulário. Porém, o sistema exclui articulações tais como o [q] ou [d] do inglês (em *three* ou *them*) ou o [æ], [ø], [y] do alemão, que são fonemas naquelas línguas, mas não o são na língua portuguesa. O sistema fonológico do português inclui também regras para combinação dos fonemas. Conforme essas regras, muitas seqüências do padrão consoante-vogal-consonante-vogal são permitidas, tais como em *lama*, *mala*, *gato* ou *vaso*. De acordo com esse padrão, “o sistema também gera palavras foneticamente possíveis, mas que não são utilizadas, não aparecendo no repertório de nenhum dicionário, tais como as formas *loma, *mila, *sato ou *savo” (NÖTH, 1996, p.56). Tais palavras virtuais pertencem ao *esquema* (sistema) fonético da língua portuguesa, mas não à *norma*.

Para Siertsema (1965, p.138), desde os primeiros trabalhos de Hjelmslev, “o conceito de língua procedente de Saussure é reinterpretado em três planos linguísticos: *esquema*

(sistema), *uso* e *norma*, mas em alguns trabalhos, o item *fala*, ou outra variação terminológica semelhante, aparece em relação oposta aos três primeiros planos”. Em alguns textos também, ao invés de *esquema*, Hjelmslev emprega o termo *sistema*. Nessa perspectiva, o sistema não é só a soma das estruturas de todas as formas realizadas numa língua, mas também a classe de todas as estruturas virtuais que as leis do sistema podem gerar.

Em *Princípios da Gramática Geral* (1928), ao invés de *esquema*, Hjelmslev emprega o termo *sistema*. O *sistema* é distinguido da *fala*. Além desses dois termos, todos os outros têm também seu próprio sistema comum, que é como uma projeção do conjunto de todas as características individuais. Este sistema é chamado de *norma*. A *norma* é uma ideia que se impõe a todos os sujeitos que fazem parte de um mesmo grupo social. A *norma* repousa sobre um tipo de contrato social e é exterior às irregularidades da *fala*. A *norma* não precisa necessariamente, de acordo com a correção gramatical, que é algo artificial, do privilégio de uma minoria falante, pois a norma padrão da língua é sempre diferente da norma da massa falante.

Segundo explica Siertsema (1965, p.138), o que Hjelmslev chama *norma* em *Princípios da Gramática Geral* parece ser chamado *uso* no artigo “*Synspunkter for dansk fonetik*” [Pontos de vistas sobre a fonética dinamarquesa] publicado em 1936, mas a dificuldade é que neste artigo, o termo *norma* é também usado. Três partes são distinguidas: o *sistema* que é uma rede potencial de relações fixadas entre os elementos da língua; a *norma*, um conjunto de regras que estão baseadas no sistema e que fixa o limite necessário de variabilidade para cada elemento; é o *uso*, ou a maneira de falar que prevalece numa certa comunidade. Os limites fixados pelo *uso* são mais estreitos do que aqueles fixados pela *norma*. O [r] dinamarquês, por exemplo, é um [r] uvular em um *uso*, um [r] alveolar no *esquema*, mas a *norma* dinamarquesa permite ambos.

Em “*La categorie des cas: etude de grammaire générale I*” publicado em 1935, Hjelmslev afirma substituir um termo por dois de Saussure: *langue/parole*, mas, um quarto termo aparece na obra: nessa obra, Hjelmslev distingue as partes da língua na seguinte ordem: a *fala* é a “execução da língua pelo indivíduo”, o *uso* é a “execução habitual da língua pela massa” (p.51), ou seja, “um conjunto dos modos de execução preferida” (p.88). E a *norma* é um “sistema e as distinções exigidas por ele”. “É a *norma* que constitui o único verdadeiro objeto da linguística” (51). “O sistema se revela imediatamente na *norma*, e que se fixa pelas regras, a latitude possível das variações em execução pela fala... “O *sistema* é um conjunto de possibilidades entre as quais o *uso* fez uma escolha”. Isto mostra que *sistema* e *norma* são

ideias de como duas coisas diferente podem, assim, se tornar em quatro diferentes aspectos de língua.

No artigo, “*On the principles of phonematics*” publicado também em 1935, os quatro aspectos são explicitamente mencionados, apesar de Hjelmslev dá mais ênfase a três partes: uma parte central, o *sistema*, em seguida, a *norma* como um conjunto de dependências no sistema, que fixa o limite necessário de variabilidade de cada elemento e, por último, o *uso*, que é adotado por uma comunidade dada. Mas “Hjelmslev acrescenta que esses três elementos são diferentes da *fala*, que é o *uso* da língua pelo indivíduo”. Em vista disso, “a *fala* configura a quarta distinção apresentada pelo dinamarquês” (SIERTSEMA (1965, p.139).

Em *Synopsis of an outline* publicado em 1936, as quarta distinções, *sistema*, *norma*, *uso* e *fala* são novamente distinguidas, mas o conceito língua consiste somente de três partes concêntricas: o *sistema*, a *norma* e o *uso*. Além destas, no entanto, o termo *prática* é mencionado como *uso* no qual a língua é praticada pelo indivíduo falante, de forma correspondente a *fala* de Saussure. Nessa perspectiva, outra vez encontra-se a mesma ênfase sobre a importância da *norma* que é tomada como mesmo sentido nos textos de 1935. As normas levadas em consideração são as mais abstratas e menos especificadas. Assim, uma *norma* compreende um grupo de línguas. Ela contém menos regras do que uma *norma* que compreende uma só língua ou dialeto. A *norma* mais abstrata possível é a que é comum a todas as línguas conhecidas ou desconhecidas. Reconhecer e descrever esta *norma* é o objeto principal da Linguística geral. “O *sistema* (...) definido como elementos (de uma língua) dispostos num padrão de relações mútuas é, portanto, o modelo potencial em “*Synspunkter for dansk fonetik*” e o padrão de possibilidades em *La categorie des cas*” (*op. cit.*; *loc. cit.*).

A distinção entre *sistema*, *norma* e *uso* permanece no artigo “Estrutura Morfológica” publicado em 1939. Mas, uma mudança acontece entre os anos de 1941 a 1943, quando Hjelmslev parece retomar a uma divisão mais simples. Em 1941, num artigo popular denominado, “*Et par sproteoretiske betragtninger*” [Algumas considerações linguísticas de ordem teórica], ele usa somente dois termos: *sistema* e *uso*. Em 1942, no artigo, “Língua e fala”, os quatro termos empregados nos artigos e livros publicados em 1935 são discutidos, e dois são definitivamente rejeitados: *sistema* (agora chamado *esquema*) e *fala*. Com essa mudança, permaneceram as distinções: *esquema*, *norma* e *uso*. A *fala* de Saussure, em *Synopsis of an outline*, é chamada *prática* por Hjelmslev e em “Língua e fala” é denominada *ato*. Porém, o conceito de *Língua* de Saussure, segundo Hjelmslev, pode ser dividido em três concepções:

- a) Como *forma pura* é definida independentemente de sua realização social e de sua manifestação material. Em Hjelmslev corresponde ao *esquema*.
- b) Como uma realização social dada, mas ainda independente do detalhe da manifestação, é uma *forma material* (Cours, pp.32 e 56). Em Hjelmslev é a *norma*.
- c) Como um *conjunto de hábitos* adotados numa sociedade dada, e definida pelas manifestações observadas (Cours, pp.112, 131 e 138), é o *uso* em Hjelmslev.

A distinção principal entre essas quatro partes (ato, esquema, norma e uso) está entre *forma pura* e *substância*, afirma Hjelmslev. O *esquema* é a teoria da *instituição* da forma. *Norma*, *uso* e *ato* são a teoria da *execução* da substância. As últimas três juntas têm um objeto: o *uso* em relação a *norma* é uma abstração e o *ato* uma concretização, a *norma* não é uma construção artificial do *ato*, nem um documento passageiro. A *norma* é uma ficção, Hjelmslev diz que, enquanto *esquema*, *uso* e *ato* são realistas, a *norma* é uma abstração obtida do uso por um artifício de método, ela é supérflua. E o *ato* nunca transgredirá os limites do uso, logo que isso ocorre a descrição do uso deve ser revisada. Por isso, a distinção entre *esquema* e *uso* é a única subdivisão que se impõe à semiologia, e Hjelmslev quer substituí-la pela distinção de Saussure entre *langue* e *parole*. Segundo o dinamarquês é somente um primeiro passo imperfeito nessa direção. Isso acontece porque Hjelmslev toma a *parole* de Saussure no sentido do discurso de um só indivíduo.

Na obra, *Sprogbygning og sprogbrug [Esquema e emprego da língua]*, publicada em 1943, encontra-se uma discussão semelhante às dos trabalhos de 1942. Nessa obra, Hjelmslev chega a uma divisão em quatro partes: *sistema* (sprogbygning), *norma*, *uso* (usus) e *ato* (akt). Numa demonstração exemplificada pelo elemento *l*, Hjelmslev apresenta a seguinte explicação:

1. No *sistema*, uma unidade é definida somente pelos seus sentidos.
2. Na *norma*, *l* como uma lateral. Aplica-se este somente a sua manifestação sonora.
3. No *uso*, *l* como uma alveolar lateral, não fricativa, labializada ou não, etc.
4. No *ato*, um único *l* pronunciado como *hic et nunc* [aqui e agora].

A distinção de Hjelmslev em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1953) se restringe em apenas duas partes: *esquema* e *uso*. Pode à primeira vista parecer comparável a *Langue* e *parole* de Saussure, mas, na realidade, a distinção glossemática atravessa o conceito de *Langue* de Saussure: o *esquema* contém somente formas puras, não, por exemplo, como os sistemas fonêmicos, que, como parte da *norma* de Hjelmslev, assemelha-se à *fala* de Hjelmslev.

O *esquema* linguístico em *Prolegômenos* é a língua como *forma pura*, semelhante ao conceito apresentado no ensaio “Língua e fala”. Para Hjelmslev, se a forma é uma língua, ela é chamada de esquema linguístico, e o uso linguístico uma substância que manifesta um esquema linguístico. O dinamarquês ressalta também, em outros termos, que a análise não linguística do sentido deve, portanto, levar, por meio da dedução, ao reconhecimento de uma hierarquia extralinguística, que contrai uma função com a hierarquia linguística obtida pela dedução linguística. Essa hierarquia linguística, ele a chama de uso linguístico quando estão subordinados ao esquema linguístico. A função contraída pelo esquema e pelo uso ele a chama manifestação.

Isto aparece claramente mais uma vez em sua exposição em “A estratificação da linguagem” publicado em 1954, que apresenta as seguintes distinções: a *fala*: tudo o que é arbitrário na linguagem. O conjunto das relações interestráticas efetivamente executadas. O *uso*: o que está estabelecido na fala, ou seja, conjunto das conexões interestráticas efetivamente executadas. O *ato*: as combinações são as variantes das conexões interestráticas pertencente à fala sem pertencer ao uso. Elas constituem, em outros termos, o que resta da fala em uso. A *norma*: o conjunto das relações interestráticas admitidas. O *esquema*: o esquema semiótica (e linguístico), pelo contrário, está para fora dessa ordem das ideias: Este termo refere-se apenas às funções intrínsecas na forma de cada um dos planos tomados separadamente.

A reinterpretação dos conceitos *língua e fala* estabelecida por Hjelmslev percorre, numa ampla variação terminológica, todo o conjunto de obras que formula os princípios glossemáticos. Ao analisar, numa linha cronológica, as formulações conceituais dos termos *sistema, esquema, norma, uso, fala e ato*, percebe-se que não há uniformidade nas distinções, principalmente, quando se estabelece comparação conceitual entre um mesmo termo em diferentes trabalhos. Como acontece, por exemplo, com o termo *sistema* frequentemente empregado nos trabalhos que introduz as primeiras noções glossemática e substituído pelo termo *esquema* nos trabalhos em que revelam integralmente a emancipação da teoria.

Numa sucinta reapresentação da sequência terminológica hjelmsleviana, é possível perceber melhor a sucessão de tentativas que o dinamarquês fez para chegar aos seus conceitos adequados. Na obra, *Princípios da gramática geral* (1928), ele emprega sistema, norma e uso, em *La Categorie de cas* (1935), faz distinção dos termos fala, norma e sistema, em *On the principles of phonematics* (1935) emprega sistema, norma e uso, em “*Synspunkter for dansk fonetik*” (1936), apresenta os termos sistema (esquema), fala e norma, em *Synopsis of an outline* (1936), conceitua os termos sistema, norma, uso e prática, em “Estrutura

morfológica” (1939), emprega norma e uso, em “*Et par sproteoretiske betragtninger*” (1941), apresenta também apenas sistema e uso, em “Língua e fala” (1942), faz distinção dos termos esquema, norma, uso e ato, em “*Sprobygning og sprogbrug*” (1943) emprega sistema, norma, uso e ato, em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1943), apresenta esquema e uso e em “Estratificação da linguagem” (1954), distingue fala, uso, ato, norma e esquema.

Pelo que se percebe, nessa oscilante constituição terminológica, parece que Hjelmslev busca incessantemente aperfeiçoar a sua reinterpretação dos conceitos língua/fala, na tentativa de chegar a conceitos convergentes com o ideal almejado para o projeto glossemático. Evidência de que houve tentativas de reduzir e aperfeiçoar os conceitos se percebe nos estudos desenvolvidos pelos continuadores de Hjelmslev, sobretudo, quando eles compreendem que somente os termos esquema, norma e uso apresentam relevância conceitual suficiente para romper com a dicotomia língua/fala saussuriana e atender aos princípios idealizadores da teoria Glossemática.

Entre as três distinções, o conceito de norma foi o mais assimilado por linguistas pós-Hjelmslev. O cosmopolita Eugenio Coseriu⁵³ desenvolveu uma sequência de discussões de tal conceito em distinção a dicotomia sistema/fala constituída por Saussure. De forma sucinta, Coseriu define, em *Sistema, Norma y Habla* (1973), sistema como um conjunto de oposições funcionais que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de todas as possibilidades de um falar compreensível numa comunidade, e fala como a realização individual concreta da norma, ou seja, a originalidade expressiva dos indivíduos.

A *norma*, para Coseriu, é um conjunto de realizações constantes e repetidas, de caráter sócio-cultural: não corresponde ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz na comunidade idiomática. Para ele, a norma é apreendida de forma imediata, conforme o grupo social de que o indivíduo faz parte e a região onde ele vive. A norma seria assim um primeiro grau de abstração da fala. De modo que dentro de um mesmo sistema funcional pode-se identificar várias normas: no discurso familiar, no discurso popular, no discurso literário, na língua padrão, na língua vulgar etc.

Em língua portuguesa, o conceito de norma descendente de Hjelmslev, bem como de seu continuador Coseriu, foi aproveitado por alguns linguistas brasileiros. Com finalidade de aplicação, o gramático Evanildo Bechara aproveitou tal conceito, na perspectiva de desfazer

⁵³ Coseriu [1921] nasceu em Mihaileni, Romênia. Foi professor de linguística nas universidades de Montividéu, Coimbra, Bonn, Frankfurt, Strassbourg e Tubingen. Suas principais obras: *Sincronía, diacronía, e historia, Sistema, norma, y habla, Teoría del lenguaje y lingüística general, Pour une sémantique structurale e Lâarbitraire du signe. Zur Spâtgeschichte eines aristotelischen Begriffes*. Seu principal trabalho foi desenvolvido em Norma Linguística.

as ideologias de inferioridade e superioridade linguística implantadas no curso da história brasileira. Bechara foi um dos primeiros linguistas a apresentar a distinção entre norma culta e norma não-culta no propósito de explicar que as duas distinções são modalidades constituídas do mesmo valor comunicativo, porém adequadas para uso em diferentes situações discursivas. No capítulo “Sistema, norma, fala e tipo linguístico” da *Moderna Gramática da Língua Portuguesa* (1999), ele afirma que a norma contém tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz “assim não de outra maneira”.

Em trabalhos de introdução à linguística aplicada ao português, o linguista brasileiro Francisco Borba (1998) emprega o conceito de norma herdado de Hjelmslev. Além do conceito de norma, ele re-analisa, via Língua Portuguesa, os conceitos de uso e esquema. Segundo ele, Hjelmslev vê a língua como esquema ou conjunto de relações abstratas, por outro lado, o uso como manifestação concreta do esquema e a norma como uma entidade intermediária, caracterizada por um conjunto de traços distintivos ou diferenciadores. Para Borba (1998, p.48), “o fonema /l/ ou /r/ em português, por exemplo, pertencem ao esquema (=língua) pela maneira como eles se combinam ou se relacionam com os demais fonemas independentemente de qualquer caracterização fonética”. Pelo ponto de vista do uso, os mesmos fonemas, podem realizar-se por um número considerável de traços fonéticos bastante variáveis e até não pertinentes. Um /l/ pós-vocálico pode ser lateral mesmo, apical, velarizado. Um /r/ pode ser vibrante, uvular, aspirado, etc.

Os fonemas /l/ e /r/, sob o ponto de vista da norma, se deixam marcar pelos traços lateralidade e vibração respectivamente, pelos quais eles se distinguem entre si e em relação aos demais: lodo/rodo; lata/mata, nata etc. Para Borba (1998, p. 49), “há realizações que são normais embora não pertencentes ao sistema da língua. Uma vibrante fonética, apesar de não alterar o sistema, pode caracterizar o falar de toda uma região”. No estado do Tocantins, por exemplo, é comum, quando se fala espontaneamente, não se pronunciar o /r/ final das infinitivas, mesmo entre pessoas escolarizadas, como em cantar [cantá], vender [vendê], dividir [dividi] etc. Nessa perspectiva, a língua sendo um conjunto de possibilidades, a norma aparece como um dado número de realizações dela num momento e lugar. Segundo Borba (1998, p.49), “a norma configura aquilo que seguimos por fazermos parte de um grupo. Ela se constitui, porém, daquilo que se diz e não do que se deve dizer”.

Um outro estudo sobre *norma* considerado relevante para conscientização e discriminação do uso das variedades da Língua Portuguesa foi desenvolvido recentemente

pelo linguista Marcos Bagno. Em *Norma linguística* (2001), Bagno explica que a língua em Hjelmslev constitui sob três aspectos: como *forma pura* onde todo elemento se define pelo pertencimento a uma classe segundo critérios. Como uma entidade opositiva, relativa e negativa é um *esquema*, ou seja, como entidade opositiva e relativa é uma forma e como entidade negativa é uma matéria. Como *conjunto de hábitos* definidos pelas manifestações observadas que asseguram um tipo de comunicação é o *uso*. Como *forma material* definida por uma realização social dada, mas independentemente ainda do detalhe de sua manifestação é a *norma*. A língua caracterizada como norma, cada elemento é definido como entidade opositiva e relativa, mas munida de qualidades positivas. “Essa materialidade da norma acarreta uma consequência teoricamente importante: cada realização global do esquema, escrita, fala, decerto são variações dessas realizações, é uma língua diferente” (BAGNO, 2001, p.121).

Em *Norma linguística* de Marcos Bagno está bem explícito a influência do conceito de *norma* herdado de Hjelmslev. Porém, Bagno parece estar mais preocupado em adequar esse conceito ao português usado na sua contemporaneidade do que Bechara e Borba fizeram. Nessa obra, ele desenvolve uma abordagem teórica do conceito de norma para discutir o conflituoso problema da distinção entre norma padrão e norma não-padrão da língua. Para estabelecer sua posição em relação aos dois pontos de vista, Bagno rompe com as teorias clássicas que considera a norma padrão como única modalidade a ter existência numa língua e, conseqüentemente, defende a emancipação da norma não-padrão como modalidade a possuir estrutura gramatical igual à norma padrão, bem como perfeita condições de realizar o repertório comunicativo. Ele destaca ainda que a norma não-padrão é mais viva do que se possa perceber: é a modalidade linguística usada pela maioria dos brasileiros.

Em vista de tudo que constitui essa discussão vale, finalmente, ressaltar que Hjelmslev não criou uma obra específica para apresentar integralmente a teoria Glossemática. Ela se constitui como teoria a partir de uma sequência reformulações de ideias (textos) que durou uma década para ser finalizada. Essa mesma trajetória seguiu os conceitos esquema, uso e norma. São também procedentes de uma série de textos produzidos com o propósito de compor a teoria. Como já foi mencionado nesse texto, Hjelmslev até chegou a incorporar os termos sistema, parole e prática na perspectiva de melhor reinterpretar a dicotomia língua/fala. Porém, as interpretações mais confiáveis da teoria Glossemática apresentam apenas os três primeiros termos como unidades significativas para a teoria. Essa interpretação não se constituiu inteiramente fora da Glossemática. A linguística moderna assimilou, como

axioma hjelmsleviano, apenas o conceito de norma. Mesmo passando por uma série de reformações, a essência do conceito permanece vivo em pesquisas bem atuais da linguística moderna e contemporânea. A versão atual do conceito de norma tem sido um instrumento decisivo no combate ao preconceito linguístico.

Capítulo III

3 Modelo de análise glossemático do signo

3.1 Cenemática: análise da expressão

As diversas unidades que compõe a expressão podem manifestar-se concretamente de diversas maneiras, mas há duas que são soberanamente as mais frequentes de todas: os sons e as letras. Numa análise Glossemática, essas unidades recebem o nome de figuras da expressão. Mas para os fonologistas de Praga, essas mesmas unidades denominam-se fonemas. Na concepção glossemática não é a substância que se refere à linguística, mas somente as relações entre unidades. Portanto, o termo fonema faz pensar em algo que se compõe apenas de sons, contrariando, assim, o modelo glossemático. Em decorrência disso, Hjelmslev empregou os termos *cenemática* e *cenema* em vez de *fonologia* e *fonema* dos praguenses. Ele empregou a palavra *cenemática* para designar o estudo das unidades mínimas distintivas, chamadas *cenemas*.

Os cenemas, Hjelmslev preferiu classificá-los de unidades vazias de conteúdo, ou seja, sem correspondente no plano do conteúdo. Em outras palavras, Borba (1971, p.42) “os define como as unidades de articulação da expressão, das quais se excluem de toda referência à substância fônica”. “Além de serem constituídos pelos sons e as letras, os cenemas podem se manifestar pela escrita e o Braille, e são depreendidos pelo teste da comutação” (CARVALHO 1997, p.137). O teste ou prova da comutação consiste em mostrar artificialmente se uma mudança no plano da expressão causa uma alteração correlativa no plano do conteúdo ou, inversamente.

A análise cenemática da forma de expressão pode ser descrita tanto no sistema quanto no processo. No sistema, cada língua recorta arbitrariamente os cenemas. Conforme descreve Fiorin,

o português tem apenas um *a*, vogal baixa, enquanto o romeno tem três, uma vogal baixa, uma média e uma alta. O francês diferencia vogais anteriores arredondadas e não arredondadas, o que permite distinguir *vie* e *vue*, *blé* e *bleu*, *père* e *peur*. O grego distingue consoantes oclusivas não aspiradas e aspiradas, o que possibilita distinguir, por exemplo, *patos* (passo) e *pathos* (paixão). O latim diferencia consoantes geminadas e simples, o que leva a opor *mitis* (maduro) a *mittis* (envias). Essas fronteiras diferentes estabelecidas na massa amorfa dos sons vão constituir paradigmas diversos (*op. cit.*, p.36).

As diferentes maneiras de combinar os traços da expressão constituem a forma da expressão no processo. Cada língua combina os sons diferentemente. O português, por

exemplo, não admite a presença do /r/ vibrante simples⁵⁴, /lh/ ou /nh/ em posição inicial de palavras. O acento do português pode cair na última (ex. guaraná), na penúltima (ex. história), na antepenúltima (ex. pêssego) e na quartúltima (ex. helicóptero)⁵⁵ sílabas, enquanto em francês ele só pode ocorrer na última sílaba. “Algumas línguas só têm sílabas formadas com a estrutura CV, enquanto outras podem ter sílabas mais complexas. O inglês tem sílabas terminadas em /t/, enquanto o português não as admite” (*op., cit.*, pp.36-37).

Na análise da forma de expressão no sistema, distinguem-se as diferenças constitutivas dos paradigmas (ou função “ou ... ou”), por exemplo, vogal arredondada (ex. sopa) vs não-arredondada (ex. padre) consoante geminada vs não geminada (ex. paz sólida = /pasólida/); vogal alta (ex. [i], [ĩ], [u], [ũ]) vs média (ex. [e], [é], [ē], [e], [o], [õ]) vs baixa ([a], [ã]). Essas diferenças se manifestam pela oposição sonora. Na análise da forma de expressão no processo, analisam-se as combinações sonoras existente na cadeia sintagmática (ou função “e ... e”), por exemplo, no texto ‘pare’ o processamento ocorre por meio da combinação dos cenemas p + a + r + e. Portanto, é por meio desses procedimentos que a cenemática cumpre o seu papel como uma abordagem de análise do plano de expressão.

3.2 Pleremática: análise do conteúdo

Denomina-se pleremática a teoria de conteúdo da Glossemática que estuda a forma de conteúdo de uma língua em correspondência com a gramática, sem que haja a tradicional separação de morfologia e sintaxe. A pleremática se constitui como campo de estudo da Glossemática mediante duas distinções: *pleremas* e *morfemas*. Os *pleremas* como elementos de análise da raiz ou radical e os *morfemas* como elementos de estudo da flexão. As duas distinções são denominadas de *plerematemas* por Hjelmslev (1991, p.151).

Os signos mínimos capazes de permutar-se na cadeia são as palavras. São, pois, estes signos cuja existência depende do discurso e não do sistema, da sintagmática e não da paradigmática. Como a pleremática se ocupa do estabelecimento dos paradigmas do conteúdo, o conceito ‘palavra’ é desnecessário para seu objeto, e as magnitudes que devem ser levado em conta são os pleremas e os morfemas. (LHORACH,1969, p.51)

Os pleremas são elementos do conteúdo cuja definição permite a reprodução de variantes infinitamente numerosas a partir de um número limitado de invariantes e a redução dos signos infinitamente numerosos às combinações de um número limitado de pleremas. Assim, vários desvios serão minimizados ao colocar-se um plerema do tipo “gênero-ela”

⁵⁴ Na Língua Portuguesa ocorre somente o /r/ vibrante múltipla, como em rato.

⁵⁵ Na palavra ‘helicóptero’, a sílaba última se manifesta no /ro/, a penúltima no /li/, a antepenúltima ocorre por meio do som do /i/ ausente no /p/ e a quartúltima na sílaba /co/.

(gênero natural fêmea, que não se confunde com gênero gramatical feminino). Este plerema permitirá dar conta do conteúdo de *égua*, ao colocar-se que se trata de “cavalo + gênero-ela”.

Numa perspectiva geral, os morfemas, segundo Dubois (1998, p.419), “são as unidades que dizem respeito à Morfologia enquanto ciência que estuda as desinências causais e verbais e os diversos termos gramaticais como artigos, preposições, conjunções”. O termo morfema pode ser tomado também num sentido mais restritivo, que só designa o elemento que confere à palavra (substantivo ou verbo) seu aspecto gramatical (desinências).

Pleremas e morfemas partilham a mesma condição de serem identificados por meio da prova de comutação baseado na *função signo*. Assim, “temos um plerematema delimitado quando, ao trocarmos sua expressão, modificamos seu conteúdo e, ao trocarmos seu conteúdo, modificamos sua expressão” (DUARTE, 2008, p.6). Deste modo, as formas *banco* (tipo de assento) e *banco* (instituição financeira) são um só signo; *so-*(de *somos*), *er-* (de *éramos*) e *fo-* (de *fôssemos*) constituem igualmente uma unidade sígnica. Na primeira série de exemplos (*banco*), houve apenas alteração do plano do conteúdo, sem a correspondente alteração no plano da expressão. Na segunda (*so-*, *er-*, *fo-*), houve apenas alteração do plano da expressão, sem a correlata mudança no plano do conteúdo.

Da mesma forma que o plano da expressão é analisável num número limitado de figuras de expressão denominada cenemas, o plano de conteúdo pode também ser dividido em um número limitado e relativamente pequeno de figuras de conteúdo denominados pleremas. Um exemplo da decomposição sígnica de Hjelmslev em dois planos é a análise da forma inglesa [*am*]. Ela consiste em duas figuras de expressão, *a* e *m*, bem como cinco categorias de figuras de conteúdo: ‘*be*’, ‘indicativo’, ‘tempo presente’, ‘primeira pessoa’ e ‘singular’.

Se, por exemplo, em *vaca* podemos separar as figuras de expressão em /v/ /a/ /k/ /a/, igualmente é possível depreender as unidades de conteúdo boi + “ela”. Em inglês, a *stallion* corresponderia no plano do conteúdo os seguintes elementos: horse + “he”; a *mare* corresponderia horse + “she”. É a esses elementos do plano do conteúdo que Hjelmslev chama pleremas (unidade plenas, cheias), em oposição aos cenemas (unidades vazias) (CARVALHO, 1997, p.139).

Na descrição linguística saussuriana não se enfatiza tanto a correspondência entre significante e significado, quanto Hjelmslev destaca a inter-relação expressão e conteúdo. Para o dinamarquês é impossível deixar de enfatizar essa inter-relação. Para ele, numa análise glossemática, também, nunca se separa os dois planos. E não se pode também determinar categoria gramatical tendo em vista apenas um dos planos.

Na distinção de gênero, vale destacar que a análise das unidades de conteúdo, tal como é apresentada por Hjelmslev, não envolve absolutamente a ideia de sexo relacionado aos gêneros masculino e feminino como propõe a gramática tradicional. Se o elemento do conteúdo for trocado, por exemplo, “cavalo-ele” pelo elemento do conteúdo “cavalo-ela, a expressão sofre alteração, passando a ser ‘cavalo e égua’, respectivamente. O gênero-ela é um exemplo de elemento mínimo e indivisível do conteúdo. Observa-se a tal respeito que as unidades apresentadas não se definem em relação a sua significação, mas a partir de um ponto de vista puramente formal (relacional). Assim, o gênero, segundo o dinamarquês, é uma função contraída entre o masculino e o feminino.

Portanto, para se chegar a uma compreensão de como os pleremas se constituem como unidades analisáveis, Hjelmslev sugere a prova da comutação: as invariantes são determinadas pela substituição de uma unidade em um dos dois planos. Se essa substituição provocar uma mudança no plano da expressão, significa que as unidades são comutáveis, portanto, invariantes. Assim, Hjelmslev pretende estabelecer uma análise do conteúdo com a finalidade de reunir as variantes infinitamente numerosas num número limitado de invariantes, e encontrar, nos signos infinitamente numerosos, combinações de um número limitado de figuras de conteúdo.

O estudo da expressão vem sendo desenvolvido desde Platão, mas foi Jakobson e outros membros do Círculo de Praga que promoveram um desenvolvimento mais aprofundado desse conceito por meio dos estudos fonológicos. O estudo do conteúdo, até Hjelmslev, não havia alcançado resultados satisfatórios para a linguística. Hjelmslev descreve o conteúdo numa perspectiva compreendida pela comunidade linguística e inspira o desenvolvimento da semântica estrutural.

3.3 Invariantes e variantes

Através da proposta de análise glossemática de texto, o objetivo de Hjelmslev era chegar às invariantes que existem sob a variação. Para isso, seria necessário fazer um levantamento exaustivo e simples em todas as fases da análise, mas, sobretudo na variação, pois nela se reconhecem as grandezas irredutíveis, que constituem a base do sistema, pois é a partir delas que todas as outras grandezas da língua são construídas. Para a simplicidade de toda a análise é importante que essas grandezas sejam em menor número possível. Essa exigência é formulada por Hjelmslev em dois princípios derivados do princípio da simplicidade: o princípio da economia e o da redução.

No primeiro, “a descrição é feita conforme um procedimento que deve ser organizado de modo tal que o resultado seja o mais simples possível, devendo deter-se a descrição quando ela não mais conduz a uma ulterior simplificação” (HJELMSLEV, 1975, p.65). O segundo afirma que “cada operação do procedimento deve ser continuada ou repetida até que a descrição se esgote e deve cada fase conduzir ao registro dos objetos cujo número é o menor possível” (*op. cit.*, p.66).

A experiência que se tem dos métodos de redução já tentados parece mostrar que é necessário considerar o fator distintivo como pertinente para o registro das invariantes e para a distinção entre invariantes e variantes. Encontra-se uma diferença entre invariantes no plano da expressão quando aí se encontra uma correlação, por exemplo, entre *a* e *i* em *tal – til*, a qual corresponde uma correlação no plano do conteúdo. Esta relação é a consequência imediata da função semiótica, da solidariedade entre a forma da expressão e a forma do conteúdo (HJELMSLEV, 1975, p.69).

O princípio da redução permite, com o estabelecimento de invariantes, chegar às figuras mínimas do plano da expressão e do plano do conteúdo. Na descrição da expressão, a análise do texto recai sobre um número limitado de figuras da expressão, ou seja, aos cenemas. A divisão da expressão em figuras é muito antiga e tem condicionado, entre diversos papéis, o aparecimento da escrita alfabética, ou seja, a invenção do alfabeto. A exigência de redução no plano da expressão é a mesma que se aplica ao plano do conteúdo: quanto mais reduzido for o número de figuras do conteúdo, mais é possível satisfazer à exigência da descrição mais simples possível do princípio do empirismo. Isso permite que os ilimitados signos da língua possam ser descritos, no que diz respeito ao conteúdo, por um número limitado de figuras.

Para se chegar às invariantes da expressão, é preciso começar por reconhecer as unidades, o que se faz pelo método da comparação dos parciais iguais e parciais diferentes. Ao analisar, por exemplo, as partes da sílaba em uma língua que apresente as sílabas *bra*, *ra*, *sa*, *a*, podemos estabelecer que *br* não é uma unidade, mas é formada das unidades *b* e *r*, porque os dois elementos aparecem independentemente um do outro. Por outro lado, pode-se concluir que o *a* é a parte central da sílaba e os outros elementos a parte marginal, pois temos uma seleção, em que o fônico selecionado (constante) é o *a* e os selecionantes (variáveis) são os outros elementos.

Após destacar as unidades do nível que se está analisando, podem-se constituir os paradigmas das unidades que ocupam o mesmo lugar na cadeia. Segundo Fiorin (2003, p.38),

numa análise dos fonemas consonânticos do português, “pode-se estabelecer paradigmas nas seguintes posições intervocálicas: /b/, /d/, /g/, /p/, /t/, /k/, /f/, /s/, /sh/, /v/, /z/, /ge/, /m/, /n/, /nh/, /l/, /lh/, /r/, /rr/; em posição inicial, todas as mencionadas anteriormente, exceto /r/ (vibrante simples), /lh/, /nh/ e assim por diante”. Em seguida, para estabelecer o registro das invariantes e para distinguir entre variantes e invariantes, é preciso levar em conta o fator distintivo. Assim, “estamos em presença de uma invariante da expressão, quando, num contexto idêntico, um elemento da expressão for trocado por outro e isso acarretar uma alteração de sentido” (FIORIN, *op. cit.*, *loc. cit.*).

A análise do conteúdo em figuras era vista como uma coisa impossível de ser realizada, porque nela não havia um método seguro que permitisse atender ao princípio de redução. Para satisfazer o princípio da redução, é necessário estabelecer um método seguro que permita, em condições determinadas, reduzir duas grandezas a uma única, ou seja, identificar duas grandezas uma com a outra. Chegando, assim, a um nível da análise possível de estabelecer as variantes e as invariantes do conteúdo.

Nos dois planos, as invariantes são determinadas com auxílio da comutação, ou seja, pela substituição de uma unidade num dos dois planos. Se então se percebe que essa substituição provoca uma mudança no outro plano da língua, as unidades são chamadas comutáveis e são classificadas como invariantes. Em dinamarquês, o ‘vegetal árvore’ e a ‘matéria madeira’ são variantes, porque em ambos os casos são designadas pela expressão *træ*. Em sueco ou em francês são invariantes: *träd ~ træ*, *arbre ~ bois*. Em sueco, em alemão, em inglês, em espanhol, em francês, em português etc, os elementos de conteúdo “ele” e “ela” são invariantes, porque as expressões que lhes correspondem são diferentes: *han ~ hon*, *er ~ sie*, *he ~ she*, *éll ~ ella*, *il ~ elle*, *ele ~ ela*. Ao passo que em finlandês e/ou em turco são variantes duma só invariante: fin. *hän*, tur. *o* = “ele” e “ela”.

Para Fiorin (2003, pp.38-39) “se trocarmos o /b/ por /p/ no contexto *-ata* (pata/bata), temos uma alteração de sentido. Portanto, /b/ e /p/ são duas invariantes”. Se a troca for efetuada, sem que haja alteração no plano do conteúdo, estaremos em presença de duas variantes. Por exemplo, se trocarmos /t/ por /tch/ no contexto *-ia* (tia/tchia), não ocorre uma alteração no plano do conteúdo. Por conseguinte, /t/ e /tch/ são duas variantes do plano da expressão. Não ocorrem alterações de sentido na troca, em final de sílaba, do /r/ do Rio de Janeiro ou do interior de São Paulo. São, portanto, variantes de uma mesma invariante.

Para Hjelmslev, a forma linguística, que varia de língua para língua, repousa sobre as invariantes. ‘Madeira’ e ‘bosque’, por exemplo, são invariantes em português, mas variantes em francês porque ambas são designadas pela palavra *bois*. “O único critério que permite estabelecer esse dado é a prova da comutação” (HJELMSLEV, 1975, p.77). As invariantes podem ser definidas formalmente como correlatos de comutação mútua e as variantes como correlatos de substituição mútua. É, portanto, a prova da comutação que estabelece o número de invariantes no interior de um paradigma.

3.3.1 Comutação, permutação e mutação

Comutação, permutação e mutação são operações desenvolvidas nos planos de expressão e conteúdo do paradigma e do sintagma com finalidade de distinguir as invariantes e variantes do sistema. A substituição de um elemento por outro no paradigma Hjelmslev atribui o nome de comutação, ao passo que a substituição numa sequência determinada é denominada permutação. A realização das duas operações recebem o nome de mutação. A ausência de mutação entre elementos de um paradigma se chama substituição.

A comutação, por exemplo, ocorre conforme operação paradigmática em *vai/pai*. A permutação acontece no sintagma conforme estabelece o exemplo: *Carol estuda com Beatriz/ Beatriz estuda com Carol*. Pelas articulações do *r* anterior e do *r* posterior do português brasileiro ocorre a substituição em /*ratu*/ e /*ɾatu*/. No primeiro caso, o *r* tem uma realização alveolar, no segundo, é uma consoante velar. A segunda é uma variante da primeira e vice-versa.

Em termos sucintos, Hjelmslev apresenta nos *Prolegômenos* um postulado glossemático com a seguinte denominação: “a correlação de um plano que contrai uma relação com uma correlação do outro plano da língua será chamada de comutação” (1975, p.75). Baseado nessa acepção, Dubois (1998, p.134) descreve comutação como uma prova (teste) que deve servir para mostrar se a substituição de um elemento por outro, no plano da expressão, num nível determinado (cenema, plerema etc), acarreta uma diferença no plano do conteúdo ou, inversamente, se a substituição de um elemento por outro, no plano do conteúdo, se manifesta por uma diferença no plano da expressão.

Numa explicação mais explícita, compreende-se a comutação como substituição de uma unidade por outra no paradigma, entre invariantes, com a finalidade de se obter uma nova unidade linguística. Se, da troca de uma forma mínima por outra, resultar um novo vocábulo,

ou, em termos hjelmsleviano, se, mudando a expressão, altera-se o conteúdo, depreende-se uma operação cenemática para a Glossemática, como exemplifica Carvalho (1997, p.138):

em /bala/ e /vala/, /b/ se opõe a /v/, logo são dois cenemas. Já num caso como /vaka/, que é a norma geral, e /baka/, pronúncia corrente em certas regiões de Portugal, não estamos diante de dois cenemas distintos, mas, antes, temos, no segundo caso, apenas uma variante fonética da norma /vaka/, sem resultar daí qualquer alteração no plano de conteúdo.

Na troca de ‘vaka’ e ‘baka’ não existe comutação porque a troca no plano da expressão não corresponde à troca no plano do conteúdo. Isso leva a entender que certas grandezas, por não pertencerem ao mesmo paradigma, não têm nem comutação nem substituição mútua. A relação entre forma e substância é arbitrária no sentido em que ocorre a relação entre conteúdo e expressão: a arbitrariedade do signo encontra-se desdobrada numa arbitrariedade entre forma e substância em cada um dos dois pontos. Por exemplo, não se pode comutar uma vogal por uma consoante, nem substituir uma pela outra.

Para Fiorin (2003, p.41), “é a prova da comutação que estabelece as invariantes do paradigma”, ou seja, a prova da comutação permite operar a distinção fundamental e decisiva entre forma e substância, tanto no plano de conteúdo quanto no plano da expressão. Somente a prova da comutação é que permite determinar o número dos membros de uma categoria reconhecida por um dado estado de língua, e “as comparações permitem demonstrar que esse número pode ser bem diferente: o efetivo de casos, preposições, tempos, modos, conjunções, etc pode diferir inteiramente ao passar de uma língua para outra” (Hjelmslev, 1991, p.120). A forma linguística, que varia de língua para língua, repousa sobre as invariantes. ‘Madeira’ e ‘bosque’ são invariantes em português, mas variantes em francês porque ambas são designadas pela palavra *bois*.

A permutação consiste na operação de modificar a ordem dos elementos adjacentes numa relação sintagmática (permutação de cenemas e de pleremas etc). “Em fonologia, mais precisamente, a permutação consistem inverter dois cenemas na cadeia falada do eixo sintagmático, por oposição à comutação, que consiste em substituir um por outro no eixo paradigmático” (DUBOIS, 1998, p.465).

Em outros termos, é possível estabelecer uma inversão no interior de uma cadeia que contrai uma relação com uma inversão correspondente no outro plano da língua. Nesse caso, ocorre uma permutação. É o que ocorre em ‘sonhador brasileiro’ e ‘brasileiro sonhador’. Comumente, “há permutação entre signos de extensão relativamente grande. Nesse caso, as

palavras podem ser definidas como os menores signos que admitem permutação” (FIORIN, 2003, p.40).

As operações de comutação e a permutação constituem a mutação. É a possibilidade de substituição de um elemento por outro no paradigma (na Língua Portuguesa, /r/ e // são comutáveis: *rua/lua*) e no sintagma (em “Nícolas joga com Diego/Diego joga com Nícolas” há uma permutação). A ausência de mutação entre unidades de um paradigma, Hjelmslev conceitua de substituição. Em outros termos, ocorre comutação entre invariantes e substituição entre variantes.

3.3.2 Isomorfismo

Num sentido geral, o isomorfismo resulta da correlação de dois planos de um sistema ou de uma estrutura da linguagem onde esses dois planos apresentam o mesmo tipo de relações combinatórias. Se as leis combinatórias dos morfemas são idênticas às leis combinatórias dos *semas* constitui-se o isomorfismo entre as duas estruturas. Para Martinet (1971, p.28) “é o paralelismo dos planos de conteúdo e da expressão, uma organização profundamente idêntica das duas faces da língua, ou que em termos de substância se denominaria sons e significados”.

Na Glossemática, Hjelmslev formula o princípio da isomorfia dos planos de conteúdo e de expressão. Para o dinamarquês, eles podem ser descritos de modo inteiramente análogo, de modo a prever, nos dois planos, categorias definidas de modo semelhante. Apoiado nesse isomorfismo, princípio que procura ver no plano da expressão e no plano do conteúdo uma organização idêntica, Hjelmslev pretendeu que as mesmas consequências lógicas das ideias de Saussure, tiradas para a construção de uma teoria da expressão (fonologia), pudessem ser estendidas ao plano do conteúdo para a construção de uma teoria do conteúdo (semântico).

Hjelmslev vê semelhança, organização idêntica, ou seja, os mesmos traços nas estruturas dos dois planos da língua. Essa semelhança, ele a denominou de isomorfismo. Desse modo, tanto a expressão como o conteúdo comportam uma dupla articulação. As unidades mínimas de significação devem ser depreendidas pelo recorte do próprio signo e não pela análise formal da corrente de sons da fala. Na Língua Portuguesa, exemplos bem conhecidos de isomorfismo são os casos de *assobio*, variante de *assovio*, *piçava*, variante de *piçaba* e *piava*, variante de *piaba*. Esses termos são registrados pelo Dicionário Aurélio. Entre os pares há interdependência entre o plano da expressão e o plano do conteúdo.

Segundo Cortina & Marchezan (2005, p.399), “Hjelmslev reafirma o duplo recorte empreendido pela forma, simultaneamente, na substância do conteúdo e na substância da expressão”. Com esse desdobramento da substância e o da forma em forma do conteúdo e forma da expressão, Hjelmslev abre caminho para o estudo particular do sentido e, estimulado pelo postulado do isomorfismo dos dois planos da expressão e do conteúdo, inspira-se nos procedimentos da fonologia e propõe os conceitos de *semema* e *sema*; de maneira correspondente aos de *fonema* e *fema*, respectivamente.

Por meio dos conceitos de invariante e variante Hjelmslev permitiu desenvolver a análise das invariantes e variantes do plano da expressão e plano de conteúdo do signo. Mediante esse processo, o dinamarquês propôs chegar às invariantes sob a variação. Por isso, é preciso fazer um tratamento exaustivo e simples em todas as fases a análise, mas principalmente na última, pois nela se reconhecem as grandezas irreduzíveis, que constituem a base do sistema. É a partir delas que todas as outras grandezas da língua são construídas.

3.4 Sincretismo

O sentido tradicional do termo sincretismo se configura como um fenômeno no qual uma forma linguística se encontra em estado propício para acumular várias funções, ou seja, é o fato de uma forma linguística acumular funções. De acordo com Hjelmslev, esse mesmo fenômeno recebe, na fonologia desenvolvida principalmente pelos linguistas Trubetzkoy e Martinet, o nome de *neutralização*. Conforme explica Siertsema (1965, p.180), Hjelmslev não emprega o termo sincretismo no sentido tradicional, mas no sentido usado pela fonologia moderna denominado como neutralização. Essa neutralização da fonêmica moderna, Hjelmslev buscou da arquifonema de Trubetzkoy e de Martinet. Na Glossemática, no entanto, neutralização diz respeito às oposições de grandezas de qualquer extensão que não se estende somente as oposições entre fonemas, mas entre morfemas e formas sintáticas.

Em “Nota sobre as oposições suprimíveis” publicado em 1939, Hjelmslev empregou o termo supressão, em vez da neutralização de oposições. Em *Omkring Sprogteoriens Grundlaeggelse* (1943), ele optou pelo termo suspensão, enquanto que para a oposição suspendida ele usou superposição. Suspensão, então, é o evento que acontece com a oposição. Superposição é a oposição suspendida em si, a função no sentido de relação. E sincretismo, nesse sentido, é a categoria que está estabelecida por uma superposição. Nessa perspectiva, Hjelmslev fala, por exemplo, do sincretismo fonológico de *p* e *b* em dinamarquês na posição final da sílaba. Para ele, numa palavra como *top* se pode pronunciar indiferentemente *p* ou *b*.

Para Siertsema (1965, p.180), com o sincretismo de Hjelmslev não é possível fazer nada com a ideia tradicional de uma acumulação de funções sobre um termo, seu sincretismo não é uma realização nem de um nem de outro dos dois termos da superposição. O sincretismo é, como chama Trubetzkoy em *Grundzuge der phonologie* (1939), uma nova grandeza. Quando duas grandezas, sob certas condições, são registradas como invariantes sobre a base do teste da comutação e sob outras condições que contrai sobreposição, assim sobre estas outras condições, elas serão variantes enquanto só o sincretismo delas será uma invariante.

Mais tarde Hjelmslev usa sincretismo no sentido de sobreposição (a função), quando ele fala dos funtivos que entra no sincretismo. De fato que, “a linguista explica sincretismo no sentido em que Hjelmslev usa para a categoria e neutralização no sentido empregado para evento” (SIERTSEMA, 1965, p.181). Nessa perspectiva, Hjelmslev dá uma definição formal para o fator condicional de uma neutralização: a grandeza cuja presença é uma condição necessária para a sobreposição entre nominativo e acusativo é a variedade do neutro que é solidária com nominativo-acusativo. A grandeza cuja presença é uma condição necessária para a sobreposição entre p e b é a variedade da parte central de uma sílaba que é solidário com uma sequência p/b. Para Siertsema isto soa como se fosse duas tautologias: quando uma certa grandeza é solidária com outra certa grandeza isto quer dizer exatamente que sua presença é uma condição necessária para a presença da outra grandeza.

A discussão sobre sincretismo será primeiro ilustrada com exemplo somente da expressão, depois que a ideia de sincretismo no conteúdo for considerada separadamente. Embora o sincretismo seja uma nova grandeza em relação à forma, sua manifestação substancial pode ser idêntica a uma ou mais dos funtivos que entram nela. Hjelmslev distingue dois diferentes tipos de manifestação de um sincretismo: *fusão e implicação*

A fusão é a manifestação de um sincretismo que, do ponto de vista da hierarquia da substância, é idêntico a manifestação de todos ou de nenhum dos funtivos que entram no sincretismo. Um exemplo de fusão onde a manifestação não é idêntica à nenhum dos funtivos que entram no sincretismo encontra-se na superposição de diferentes vogais em determinadas condições de acentuação em inglês, onde se pronuncia o sincretismo [ə]. A fusão de *o*, *u* em *ə* nas palavras: *Glodstone* e *pressure*.

A implicação é a manifestação, que, do ponto de vista da hierarquia da substância, é idêntico à manifestação de um ou de vários funtivos que entram no sincretismo, mas não em todos. Se, numa língua, as consoantes surdas e sonoras contraem uma comutação mútua, mas se, diante de uma outra consoante, esta comutação é suspensa de tal modo que uma surda

torna-se sonora diante de uma outra sonora, há implicação. Por exemplos, a implicação de *p/b* em *p* em holandês no fim de uma palavra antes de uma pausa.

Como já foi dito, o sincretismo na expressão foi primeiramente estudado pelos fonologistas de Praga. Em “Die Aufhebung der Phonologischen Gegensätze” (1936), Trubetzkoy apresenta um estudo detalhado sobre o fenômeno da neutralização. Para ele, o que é investigado quando estudamos o fenômeno da neutralização é a substância. A neutralização é um fenômeno típico da substância. Nesse estudo, o fonologista já sinalizava os três possíveis sincretismos mencionados por Hjelmslev como diferentes manifestações apresentadas por Hjelmslev em 1943: que na posição de neutralização fonética um ou outro membro do contraste pode ocorrer ou ambos em diferentes posições ou que pode ser um som intermediário.

Nesse *paper*, Trubetzkoy enfatiza a importância da neutralização a tal grau de fazê-lo como a única base sobre a qual uma oposição fonológica pode ser estabelecida: é a supressão que só permite estabelecer uma oposição fonológica segundo um princípio objetivo e sem levar em conta os fatos extralinguísticos. Martinet tem o mesmo ponto de vista quando diz que uma correlação ordinária de parentesco é da ordem fônica, enquanto no caso da neutralização é da ordem funcional.

Em “Nota sobre as oposições suprimíveis” (1939) Hjelmslev diz que essas conclusões de Trubetzkoy e Martinet são de imensa relevância para a fonologia, porque esta ciência virá agora realizar aquilo que não se usaria no método indutivo, ou seja, aquilo vai da substância à forma, dos fatos concretos aos fatos cada vez mais abstratos. Mas o papel particular desempenhado pela supressão relativamente à oposição basta para fazer ver que se poderá inverter os termos, colocando-se à primeira vista no terreno da forma e da função pura para daí deduzir, posteriormente os fatos de substância. O caráter fônico dos fatos linguísticos só se pode definir com base num exame das funções.

Nesse mesmo artigo, Hjelmslev adverte que não se poderia mais falar nem de supressão nem de neutralização. Estes termos pressupõem a oposição, mas a oposição não preexistente à supressão. Muito pelo contrário, ela é constituída pela própria supressão. O fato primário é a superposição de duas formas diferentes. A superposição se manifesta numa fusão. Ela tem o efeito de provocar uma polaridade entre os termos que se superpõem um ao outro.

Hjelmslev conclui seu artigo declarando ser este um ponto extraordinário de concordância entre a fonologia de Trubetzkoy e a sua própria teoria. Sabe-se que numa análise minuciosa do conceito de neutralização em que se compara a abordagem Glossemática

e a Fonológica não há indício de qualquer diferença. Para se chegar aos casos de neutralização tanto da Glossemática quanto da Fonologia é preciso partir da substância. Assim, Hjelmslev define corretamente os diferentes tipos de sincretismo a partir do ponto de vista da hierarquia da substância. Este é o único ponto de vista em que eles podem ser definidos. O único ponto a partir do qual se possa descobrir um caso de neutralização.

No *Dicionário de linguística e fonética* (1988), David Crystal define sincretismo como um termo, originalmente, procedente da linguística histórica com referência a fusão de formas a partir da perda de flexões. Na atualidade, em termos sincrônicos, significa a identidade entre duas formas do mesmo lexema⁵⁶, como na forma verbal “*partiram*”, que se flexiona tanto na 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito quanto do mais-que-perfeito em português. Entre a 1ª e 3ª pessoas do pretérito imperfeito do indicativo não há também distinção de flexão (eu cantava, ele/ela cantava). Dessa forma, as distinções foram sincretizadas ou neutralizadas.

Na *Moderna Gramática Portuguesa* (1999) Evanildo Bechara adverte que pode haver confusão entre neutralização e sincretismo. O primeiro termo “[...] é a suspensão, em determinado contexto, de uma oposição funcional que existe na língua” (*op. cit.*, p.345); por exemplo, em português europeu, os sons [é] (aberto) de ‘fera’ e o [ê] fechado de ‘pêra’ passam ambos a [e] ‘mudo’ em posição átona: ‘feroz’ e ‘pereira’. Há neutralização quando a oposição distintiva entre dois morfemas deixa de existir pelo aparecimento de um morfema único. Sincretismo “[...] é a ausência de manifestação material, numa seção de um paradigma ou em um paradigma, de uma distinção de conteúdo que, em outras seções do mesmo paradigma ou em outros paradigmas análogos, se manifesta também materialmente” (*op. cit.*, *loc. cit.*). A flexão verbal ilustra esta situação: a 1.ª e 3.ª pessoas distinguem-se normalmente no paradigma verbal (no presente do indicativo; canto/canta; no pretérito perfeito do indicativo, cantei/cantou), mas há casos em que não há distinção (no imperfeito: eu cantava/ele/ela cantava), constituindo, assim, o sincretismo.

Na *Gramática escolar da língua portuguesa* (2001) Bechara apresenta também uma breve conceituação de neutralização. Para ele, temos no plano gramatical a oposição masculino x feminino: menino x menina. Mas esta oposição pode anular-se ou neutralizar-se no plural, pois ‘meninos’ pode indicar não apenas o plural de meninos (Nícolas e Kaik), mas também o conjunto de menino(s) e menina(s) (Daniel + Carolina + Nícolas + Beatriz + Kaik + Fernanda + Diego). Todo esse conjunto pode ser neutralizado em: *Esses meninos são educados*. A neutralização pode, também, ocorrer na oposição entre vogais temáticas da 2ª e

⁵⁶ Lexema constitui na unidade de base do léxico. A unidade ‘*trabalhamos*’ divide-se em um lexema *trabalh-* e dois morfemas *-a-* e *-mos*.

3ª conjugações: há oposição entre *escrever* e *partir*, mas não entre as flexões *escrev-e-s* e *part-e-s*.

Embora a gramática tradicional estabeleça conceito para os termos sincretismo e neutralização, não há um dispositivo linguístico que estabeleça uma distinção, de forma bem clara, entre as duas denominações empregas por Hjelmslev na Glossemática. Em diferentes trabalhos, Hjelmslev emprega, pelo menos, quatro denominações: sincretismo, supressão, suspensão e neutralização. Porém, entre eles, não se percebe novidades em termos conceituais. Como grandeza constitutiva do conceito geral, a Glossemática emprega o termo sincretismo.

3.5 Catálise

Na atualidade, o conceito de catálise é mais comumente empregado pela química. O *Dicionário etimológico da língua portuguesa* (1982), de Antônio Geraldo da Cunha, a define como fenômeno que provoca modificação de velocidade de uma reação química pela presença e atuação de uma substância que não se altera no processo. Sob denominação glossemática, Dubois (1998, p.102) a conceitua como uma “operação pela qual a cadeia sintagmática é completada de modo a satisfazer a todas as funções que condicionam a forma dessa cadeia”. Portanto, pode-se, por exemplo, catalisar *pueri ludunt* “os meninos brincam” por *liberi mei ludunt* “meus filhos brincam” ou *pueri* “os meninos” por *liberi mei*, “meus filhos”.

Hjelmslev, em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1975), define catálise como registro de coesões, através da troca de uma grandeza por outra, com a qual ela contrai uma substituição. As coesões são aquelas funções em que, pelo menos, um dos dois funtivos é uma condição necessária para a presença do outro. A catálise consiste num registro de funções. Na prática, a catálise é uma condição necessária à efetuação da análise. Adotando esse ponto de vista, deve-se prever a possibilidade de que o registro de certas funções obrigue, em virtude da solidariedade que existe entre função e funtivo a interpolar certos funtivos inacessíveis ao conhecimento por outras vias. Nesse sentido, Hjelmslev considera a interpolação como uma catálise.

Como exemplo, Hjelmslev empregou o termo latino *sine*, que rege o ablativo, para explicar o fenômeno da catálise. Para o dinamarquês, se o linguista encontrasse um texto latino que se interrompesse num *sine*, de modo que aquele texto *sine* não fosse seguido por um ablativo, ele devia reconhecer isto como um caso de interrupção que devia registrar também as relações de mundo exterior que as entidades dadas têm. As coesões apontam para além das grandezas dadas e para alguma coisa fora dela. Neste caso, portanto, ele tem que

interpolando um ablativo para poder registrar uma coesão com um ablativo, pois um ablativo é o pré-requisito para *sine*. É a interpolação de uma razão entre uma consequência como nas palavras da definição acima: a entidade *sine* é substituída por outra entidade *sine + ablativo*.

Para Siertsema (1965, p.191) “essa é uma condição muito importante para a catálise, de fato, ela é a condição que decide se a catálise é permitida em tudo ou não: pode-se somente encatalizar uma entidade do conteúdo se a expressão permanecer a mesma”. Pode-se somente encatalizar uma entidade da expressão se o conteúdo permanecer o mesmo. Na Glossemática, “a expressão inglesa *Take!* está catalizada com a grandeza de conteúdo *you*, mas *you* não está catalizado com *Take!*, porque esta muda o grau de ênfase no conteúdo em determinado contexto” (*op. cit.; loc. cit.*). Pela mesma razão a expressão *am coming tomorrow* pode ser catalizado como “*I am coming tomorrow*, pois esta não muda alguma coisa em seu conteúdo. Para repetir a regra em palavras de Hjelmslev: se a entidade encatalizada é uma entidade de conteúdo, ela tem a expressão zero, e se é uma entidade da expressão, ela tem conteúdo zero. A catálise acontece em um dos dois planos.

A catálise não é confundida com uma mera interpolação. De fato, o exemplo de *sine* é um exemplo claro de catálise. A análise do latim deve levar ao reconhecimento de que a proposição *sine* seleciona (rege) o ablativo, o que significa que a presença de um ablativo no texto é uma condição necessária à presença de *sine* e não ao contrário, como ocorre em *Nullum crimen ‘sine’ lege* [Não há crime sem lei]. A preposição *sine* pressupõe o ablativo ‘*lege*’, mas este não a pressupõe, já que há ablativos regidos por outras preposições ou sem preposição. Em outros textos publicados mais tarde sobre sujeito, Hjelmslev faz distinção mais clara entre catálise e interpolação. Para ele Interpolação é a inserção de uma entidade particular, como substantivo, pronome, verbo etc., como está dito no exemplo “*coming tomorrow*” – *I am coming tomorrow*.

Na maioria dos casos, o que é introduzido por catálise não é uma grandeza particular, mas um como sincretismo irresolúvel entre todas as grandezas que se poderia conceber para a posição considerada na cadeia. Um sincretismo é resolúvel quando em um contexto for possível explicá-lo como um representativo de um dos termos que entrou no sincretismo, no outro contexto pelos outros termos. Se não podemos descrever tais inferências de analogia, o sincretismo será irresolúvel.

Como um sincretismo irresolúvel na expressão, Hjelmslev menciona p/b em dinamarquês na parte final da sílaba, que pode ser pronunciada ou p ou b indiferentemente. Assim, é importante que no exemplo do latim *sine*, a grandeza encatalizada seja um ablativo,

não um substantivo particular no ablativo. Pois o ablativo não é solidário com qualquer morfema particular, mas somente com certas categorias de morfemas.

Para Siertesma (1965, p.192), “na operação chamada interpolação não pode haver objeção, de fato, ela tem sido muito negligenciada”. Um dos grandes méritos de Hjelmslev foi trazer sua avançada indispensabilidade em análise linguística. “O erro, muitas vezes, tem ocorrido em pergunta como: *With sugar? – Without. Without* não foi dito como preposição” (*op. cit.; loc. cit.*), pois ela não foi colocada antes de alguma coisa – ela estava ficando em si mesma. Interpolação traz aqui só a solução certa e somente a análise correta.

Na atualidade a catálise corresponde à explicitação dos elementos elípticos ausentes na estrutura da superfície. É um procedimento que se realiza com auxílio dos elementos contextuais manifestados e mediante as relações de pressuposição que entretêm com os elementos implícitos. Entretanto, retomando ao exemplo de Hjelmslev, que propôs o termo, a pressuposição latina *sine* pressupõe um ablativo, e não inversamente: trata-se de um sincretismo de uma causa a partir da sua consequência.

Capítulo IV

4 A incorporação de outras linguagens da teoria Glossemática

4.1 Linguagens e não linguagens

Em “Perspectivas da teoria da linguagem”, capítulo 7 de *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, Hjelmslev delimita seu objeto de estudo à concepção tradicional da linguística, considerando a *língua natural* como único objeto da teoria da linguagem. Ele afasta rigorosamente da teoria Glossemática todos os sistemas de significação que não são as línguas naturais, afirmando que apenas elas constituíam o objeto sobre o qual pretendia debruçar-se. No entanto, depois de fixar em bases extremamente coerentes sua teoria para o estudo das línguas naturais, ele começa a incorporar aquilo que antes descartou.

No capítulo 21, “linguagem e não-linguagem”, de *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, Hjelmslev incorpora na sua teoria Glossemática as outras linguagens não incluídas na fase inicial da teoria, tais como: pintura, escultura, música, símbolos etc., Por meio dessa alteração, ele amplia sistematicamente o objeto da sua teoria da linguagem. Em vista disso, ele adverte para o fato de que essa ampliação não é um apêndice da teoria linguística, mas, ao contrário, é uma consequência lógica do que foi exposto anteriormente (HJELMSLEV, 1975 p.109).

Para Hjelmslev, tudo o que foi desenvolvido inicialmente, em *Prolegômenos*, se aplica não somente às línguas naturais, mas à linguagem em sentido geral. Não se estuda a forma sem levar em conta a substância. Substâncias radicalmente distintas podem estar ligadas a uma mesma forma linguística. Esse princípio é uma decorrência lógica da relação arbitrária entre a forma e a substância. Por exemplo, a substância da expressão de uma língua natural não é necessariamente só sons. Podem ser sinais feitos com as mãos como em linguagens de surdos-mudos, podem ser grafemas, etc. “A manifestação é uma seleção, na qual a forma é a constante e a substância é a variável. Forma é a constante de uma manifestação, enquanto a substância é a variável de uma manifestação” (HJELMSLEV, 1975, p.113).

Conforme analisa a holandesa Siertsema (1965, p.217), Hjelmslev estabeleceu duas formas de operar nos dois planos da língua: um no aspecto essencial de uma verdadeira semiótica e o outro nas outras estruturas dos signos tais como os jogos, por exemplo, o jogo de xadrez. Para o último tipo de estruturas de signos, ele propôs outro nome: *sistema simbólico*. É verdadeiro que, em muitos desses sistemas simbólicos, as grandezas de expressão não são isomórficas com suas interpretações, mas arbitrárias, ainda que haja

afinidade entre elas e a realidade isomórfica dos símbolos, também não permite mais análise em figura já que é característica dos signos.

Segundo a holandesa, no capítulo 12 de *Omkring Sprogteoriens Grundlaeggelse* (1943), Hjelmslev enfatizou “como aspecto essencial da estrutura de qualquer língua, que, não é, sobretudo, um sistema de signo, mas um sistema de figura que pode ser usado para construir signos”. No capítulo 21, ele mostra a importância dessa afirmação, pois é por meio desta análise do signo semiótico em figura que se reconhece a natureza que o signo tem de ser construído a partir de um número restrito de não signos, numa operação estabelecida necessariamente a partir da relação entre dois planos da língua. No entanto, é através dessa operação entre dois planos que se distingue a semiótica da não-semiótica.

Ao mesmo tempo em que os lógicos e os matemáticos aderiram à concepção monopolar de suas ciências, Hjelmslev definiu a língua natural em sobreposição a essa outra modalidade semiótica, deixando para esses outros cientistas encontrar um nome próprio para a semiótica deles. Ao contrário disso, Hjelmslev colocaria a Glossemática em posição vulnerável ao um percurso fracassoso. Por isso, Hjelmslev não deixa o problema para o futuro decidir, ele prossegue com o propósito de consolidar a posição da linguística a partir da construção Glossemática.

A partir dessas premissas, ele define sua concepção semiótica como uma “Hierarquia da qual qualquer um dos componentes admite uma análise posterior em classes definidas por relação mútua, de tal modo que qualquer dessas classes admite uma análise definida por mutação mútua” (Hjelmslev 1975: 113). Se uma semiótica é uma hierarquia, ela deve admitir um sistema e um processo; se as classes são definidas por relação mútua, ela possui uma forma; se qualquer classe admite uma análise definida por mutação, ela possui invariantes sobre as quais repousa a forma. Ademais, se ela admite uma análise definida por mutação precisa operar com dois planos, o da expressão e do conteúdo.

Conforme explica Fiorin (2003, p.43), “o objeto da teoria da linguagem é não somente a língua natural, mas toda e qualquer semiótica, ou seja, todo e qualquer objeto significativo”. Nessa perspectiva, a língua natural é apenas um caso particular desse objeto mais geral. Suas propriedades específicas concernem ao uso e não ao esquema. Assim, segundo Siertsema, Hjelmslev estaria realizando o projeto de Saussure, para quem a linguística faria parte de uma ciência mais geral, a semiologia. Mas, duas questões surgem, quando se define a semiótica da maneira ampla como foi feita e quando se considera a língua natural um caso particular de semiótica: a) qual o lugar da língua na totalidade de estruturas semióticas? b) qual a fronteira que se estabelece entre semiótica e não semiótica? (HJELMSLEV 1975, p.115).

Uma língua é uma semiótica na qual todas as outras semióticas podem ser traduzidas. Essa propriedade permite traduzir numa língua todas as outras línguas e todas as outras semióticas. Isso se deve ao fato de que só as línguas podem formar qualquer sentido, dado que elas possuem uma possibilidade ilimitada de criar signos e têm regras bastante livres que regem a formação de unidades de grande extensão. “Entretanto, nenhuma semiótica pode inventar signos em grau crescente de abstração até exprimir o que parece não exprimível” (HJELMSLEV, 1975, p.115). Como há “regras bastante livres para formar unidades de grande extensão, pode-se, por meio das línguas, formular o que é falso e o que é verdadeiro, o que é ilógico e o que é lógico, o que é belo e o que é feio, e assim por diante” (FIORIN, 2003, p.43).

A distinção de uma semiótica para uma não semiótica se manifesta no fato de que uma semiótica deve se estabelecer nos dois planos, isto é, no plano de conteúdo e no plano da expressão. “Um conjunto significante opera com dois planos, quando eles não têm a mesma estrutura com uma relação unívoca entre os funtivos de um plano e os de outro plano” Fiorin (2003, p.43). Hjelmslev afirma que, “nas semióticas, os dois planos não devem ser conformes um ao outro. Dois funtivos são conformes se não importar qual derivado particular de um dos funtivos contrai exclusivamente as mesmas funções que um derivado particular do outro funtivo e vice-versa” (HJELMSLEV, 1975, p.117).

A partir daí, institui-se a seguinte regra: dois componentes de uma mesma classe que se está tentando estabelecer devem ser reduzidos a uma só se forem conformes e não comutáveis. A prova do derivado e a prova da comutação decidem se um conjunto significante é ou não uma semiótica. Uma língua é uma semiótica, porque os funtivos do plano da expressão não têm uma relação unívoca com o plano do conteúdo: por exemplo, os elementos da expressão /oclusivo/ e /constritivo/ não têm qualquer relação necessária e, portanto, unívoca com nenhum elemento do plano do conteúdo. É isso que permite que eles façam parte de diferentes unidades da expressão. O traço /oclusivo/ entra em /p/, /b/, etc (FIORIN, 2003, p. 43).

Ao inverso disso, como não há relação unívoca entre um elemento da expressão e do conteúdo, eles podem ser comutados: por exemplo, ‘gato’ e ‘pato’. Isso indica que esses elementos da expressão e do conteúdo não podem ser reduzidos, na prova do derivado, a um único. Na língua, “os elementos de expressão e de conteúdo permitem uma análise em figuras de um outro plano, que não têm correspondência unívoca” (FIORIN, 2003, p.44). A língua é, pois, um sistema em que os dois planos não são conformes. Já num jogo como o de xadrez, o elemento de expressão ‘rei’ tem uma relação necessária e, portanto, unívoca, com o conteúdo que se poderia traduzir como o papel da peça no jogo. Portanto, na prova do derivado, o elemento da expressão e o elemento do conteúdo podem ser reduzidos a elementos de uma

mesma classe. Isso quer dizer que não se pode fazer a comutação, dado que a um mesmo conteúdo corresponde sempre uma mesma expressão. Logo, “no jogo de xadrez, o plano de conteúdo e o plano da expressão são conformes. Daí se conclui que ele não é uma semiótica, uma vez que não opera com dois planos” (HJELMSLEV, 1975, p.118).

Segundo explica Fiorin (2003, p.44),

Hjelmslev vai chamar sistemas de símbolos essas estruturas que são interpretáveis, porque se pode atribuir a elas um sentido, uma substância de conteúdo, mas são monoplanares, dado que não é possível atribuir a elas uma forma de conteúdo, já que expressão e conteúdo são reduzidos a uma só classe. Sistemas semióticos são estruturas biplanares, pois operam com dois planos, uma vez que expressão e conteúdo não são conformes. Os símbolos não admitem uma análise em figuras suscetíveis de compor outros símbolos. Essa análise posterior em figuras é a característica central dos signos. Foice e martelo são o símbolo do comunismo. Pode-se até dizer que a foice representa o campesinato e o martelo, o proletariado. No entanto, a foice só entra com esse sentido na composição desse símbolo e de nenhum outro. O traço do conteúdo /macho/ que aparece em “boi” entra na composição do conteúdo de “touro”, “garanhão”, “cachorro”, “porco”, etc.

Ainda a esse respeito, Hjelmslev (1975, p.119) “acrescenta que em logística existe o costume de empregar o termo *símbolo* numa acepção muito mais ampla e parece que pode ser interessante aplicá-lo a grandezas não-semióticas interpretáveis”. Parece existir um parentesco essencial entre as peças interpretáveis de um jogo e os símbolos isomorfos, pois nenhum deles admite a análise posterior em figuras, que são características dos signos. Na discussão sobre a natureza do signo que envolveu os linguistas nestes últimos anos, a atenção foi atraída, com justa razão, para o caráter agramatical dos símbolos isomorfos. Trata-se da mesma ideia, porém formulada em termos tradicionais.

4.2 Semióticas conotativas e metassemióticas

O tipo de signo empreendido por Hjelmslev na Glossemática é o denotativo. Mas, o dinamarquês concebeu dois outros tipos de signo mais complexos do que esse modelo básico: o conotativo e o metassígnico, ou mais explícito, os modelos de uma semiótica conotativa e de uma metassemiótica. O termo conotador se refere a uma unidade semiótica de estilo. Conotadores pertencem a sistemas semióticos chamados semiótica conotativa. Exemplos são as diversas subcategorias de estilo, incluindo tom, vernáculo, língua nacional, língua regional e fisionomia. “A característica comum a estes fenômenos é que seu valor estilístico é uma adição semântica a uma forma semiótica primária” (NÖTH, 1996, p.76). Portanto, estilo é interpretado como uma semiótica cujo plano de expressão consiste de elementos denotativos da língua e cujo plano de conteúdo consiste dos valores estilísticos.

A metassemiótica é a linguagem que fala da semiótica. Quando se diz que substantivo é o termo que nomeia os seres, toma-se o termo “substantivo”, como um signo, que tem, pois, um plano de expressão e um plano de conteúdo, como se fosse um plano de conteúdo ao qual se dá outra expressão. Toda gramática é uma metassemiótica ou metalinguagem, pois ela descreve uma linguagem natural (objeto). “A metassemiótica forma novos termos e nova terminologia sobre uma linguagem objeto, sua adição específica a esta primeira linguagem objeto consiste num novo plano de expressão” (NÖTH, 1996, p.77). O plano de conteúdo associado a este novo plano de expressão é precisamente o vocabulário da linguagem objeto.

A primeira inserção do que havia sido descartado no início por Hjelmslev é a de que a Glossemática é uma teoria semiótica e não uma teoria das línguas naturais. No entanto, pelo que se disse até agora, parece que o objeto da teoria da linguagem seria apenas as semióticas denotativas, que são semióticas em que nenhum dos planos é uma semiótica, ou seja, semióticas que operam com um plano de expressão e um plano do conteúdo. No entanto, “há semióticas cujo plano de expressão é uma semiótica e semióticas cujo plano de conteúdo é uma semiótica. As primeiras são chamadas semióticas conotativas e as segundas, metassemióticas” (HJELMSLEV, 1975, p.121).

Essa questão Fiorin (2003, p.45) exemplifica de maneira bem simplificada, pois nessa dimensão opera-se com substâncias.

Um signo denotado é um signo que une expressão e conteúdo: por exemplo, quando à expressão /olho de gato/ se une ao conteúdo “globo colocado na parte anterior da face que serve de órgão da visão para um animal felino, doméstico, macho”. Quando o signo inteiro, expressão e conteúdo, é tomado como expressão de um novo conteúdo, temos um signo conotado: por exemplo, “olho-de-gato” significa “dispositivo circular instalado sobre um pequeno poste, nas estradas de rodagem, que reflete a luz dos carros, para indicar as margens da rodovia”. A conotação é o acréscimo de um significado a um signo tomado como plano de expressão, porque, para que o segundo significado seja acrescentado, é preciso que ele tenha uma relação com o conteúdo ou a expressão do signo denotado. Essa formulação permite, por exemplo, explicar as conotações atribuídas a certas pronúncias.

Comumente compreende-se que um texto se constitui como texto numa determinada semiótica e não numa junção de duas ou mais semióticas. Todo texto, se não for reduzido aos elementos generalizáveis para todos os textos, contém elementos que repousam em sistemas diferentes. A fim de assegurar uma descrição não contraditória e exaustiva, a teoria deve prescrever um procedimento de análise textual que permita distinguir todas essas situações. A esse respeito, Fiorin desenvolve uma explicação bem acessível em relação a linguagem hjelmsleviana.

(...) em *Macunaima*, de Mário de Andrade, o capítulo intitulado “Carta pras icamiabas” é escrito num estilo diferente do dos demais capítulos: é um estilo identificado com o dos pré-modernistas como Coelho Neto, Rui Barbosa, etc., ou seja, um estilo classicizante e até arcaizante. Em *O nome da rosa*, de Umberto Eco, há inúmeras citações em latim. Os funtivos da semiótica denotativa (capítulos, períodos, orações, etc.) contraem uma relação com essas características, que assumem assim o papel de conotadores. Entram nessa categoria os gêneros, os estilos, os idiomas empregados, as variantes linguísticas, etc (FIORIN, 2003, p.45).

Os conotadores constituem num objeto que depende da semiótica, não da disciplina que analisa as semióticas denotativas e cuja única tarefa é a de extrair os conotadores e conservá-los em vista de um tratamento posterior. “Este tratamento pertence a uma a uma disciplina especial que determina o estudo das semióticas denotativas. Os conotadores deverão ser analisados à base de suas funções mútuas e não à base do sentido do conteúdo que lhes é atribuído” (HJELMSLEV, 1975, p.125). Assim, uma semiótica conotativa é uma semiótica que não é uma língua e cujo plano da expressão é constituído pelos planos do conteúdo e da expressão de uma semiótica denotativa. “É, portanto, uma semiótica da qual um dos planos, o da expressão, é uma semiótica” (*op. cit.; loc. cit.*).

A estrutura interna de uma língua não é específica nem homogênea. Isso significa que deve ser considerada pela teoria toda a questão da variação. “Os signos de maior extensão, que a análise do texto encontra, são produzidos num dado estilo, numa determinada variante etc. e podem ser traduzidos num outro estilo, numa outra variante. Isso indica que existe uma substituição mútua entre eles” (FIORIN, 2003, p.45). Esses elementos têm um conteúdo. Entretanto, uma função semiótica liga esse conteúdo a uma expressão que é um conjunto de signos, uma vez que, nesse caso, uma semiótica denotativa é a expressão de um dado conteúdo. Dessa forma, as semióticas conotativas são analisadas pelos mesmos princípios da semiótica denotativa. Desse modo, Hjelmslev “re-introduz na teoria, com o conceito de semióticas conotativas, todos os sentidos sociais, culturais, históricos, políticos, religiosos, psicológicos dos signos. No entanto, a análise desses sentidos é uma análise formal feita segundo os mesmos princípios da análise das semióticas denotativas” (*op. cit.; loc. cit.*).

“Precisemos melhor a definição de uma semiótica conotativa: é uma semiótica que não é uma língua e cujo plano de expressão é constituído pelos planos de conteúdo e de expressão de uma semiótica denotativa” (Hjelmslev 1975, p.125). A metasemiótica é uma semiótica que trata de uma semiótica, ou seja, uma semiótica cujo plano de conteúdo é uma semiótica. A linguística é uma metasemiótica. “A metasemiótica pode ser tratada como uma semiótica

por outra metassemiótica e assim sucessivamente. Desse modo, a teoria semiótica é uma metassemiótica” (Hjelmslev 1975, p.126).

Hjelmslev vai distinguir as semióticas em duas classes: as científicas e as não científicas. As primeiras são uma operação, ou seja, uma descrição segundo os princípios do empirismo; as segundas não são uma operação, ou seja, são sistemas que operam com dois planos não conformes. A semiótica conotativa é uma semiótica não científica, em que um (ou vários) plano é uma semiótica. A metassemiótica é uma semiótica científica em que um (ou vários) plano é uma semiótica. É possível prever uma semiótica científica que trata de uma metassemiótica. Nesse caso, teremos uma metassemiótica científica cuja semiótica-objeto é uma metassemiótica.

Para seguir a terminologia de Saussure, Hjelmslev vai chamar semiologia “uma metassemiótica cuja semiótica-objeto é uma semiótica não científica e metassemiologia, uma metassemiótica científica cujas semióticas-objeto são semiologias” (1975, p.126). A metassemiologia das semióticas denotativas, graças à mudança de ponto de vista que implica a passagem de uma semiótica-objeto para uma metassemiótica, vai, na prática, descrever a substância da expressão e do conteúdo. A metassemiótica das semióticas conotativas vai analisar, formalmente, os elementos da linguística sociológica ou do que Saussure chamou linguística externa.

Para Fiorin (2003, p.46-47), “o ato de fala obriga a pressupor um sistema que seja coesivo a esse ato (coesão é uma função em que pelo menos um dos funtivos é uma constante). O sistema é uma totalidade que se basta a si própria. No entanto, essa totalidade não está isolada, não é fechada”. Ela tem coesões externas com outros esquemas e usos linguísticos, que particularizam um ato de fala. Tem coesões com um sistema conotativo, que explica essa totalidade numa unidade e em sua variedade. Pressuposição sobre pressuposição leva a um alargamento do campo do linguista.

Para Hjelmslev não é apenas a língua considerada isoladamente, que é objeto da teoria da linguagem, mas uma classe inteira de línguas cujos membros estão relacionados entre si. Uma língua é um funtivo que mantém relações com as outras de sua classe. Empréstimos e parentescos genéticos entram, assim, na teoria da linguagem. De pressuposição em pressuposição, semiótica conotativa, metassemiótica, metassemiologia são integradas na teoria. Assim, “as grandezas que, num primeiro momento, em que se levava em conta apenas o esquema, as invariantes da semiótica-objeto, foram deixadas de lado são reintegradas e

constituem componentes necessários das estruturas semióticas de ordem superior” (HJELMSLEV, 1975, p.131-132).

Conforme explica Fiorin (2003, p.47), “não existem não semióticas que não sejam componentes de semióticas, pois todos os objetos, os acontecimentos, as situações podem ser analisados do ponto de vista da significação”. Por isso, “todos os objetos podem ser examinados do ponto de vista da teoria da linguagem” (HJELMSLEV, 1975, p.132). No último parágrafo de *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* Hjelmslev faz uma sucinta conclusão que por si só bastaria para mostrar o quanto são infundadas certas críticas que lhe são feitas. Essa conclusão, porém, só expressa sentido para quem leu e entendeu a totalidade dos *Prolegômenos*.

Em seu ponto de partida, ela (a teoria da linguagem) se baseara na imanência atribuindo-se por único objetivo a constância, o sistema e a função interna; aparentemente, isso deveria ser feito às custas das flutuações e dos matizes, às custas da vida e da realidade concreta, física e fenomenológica. Uma limitação de nosso campo visual era o preço para arrancar da linguagem seu segredo. Ora, é graças a esse ponto de vista imanente que a linguagem devolve generosamente aquilo que, de início, ela exigira. A linguagem, considerada num sentido mais amplo que aquele que lhe é atribuído pela linguística contemporânea, retomou sua posição-chave no domínio do conhecimento. Em vez de impedir a transcendência, a imanência, pelo contrário, deu-lhe uma base nova e mais sólida. A imanência e a transcendência juntam-se numa unidade superior baseada na imanência. A teoria linguística, por necessidade interna, é levada a reconhecer não apenas o sistema linguístico em seu esquema e seu uso, em sua totalidade assim como em seus detalhes, mas também o homem e a sociedade humana presentes na linguagem e, através dela, a atingir o saber humano em sua totalidade. Com isso, a teoria da linguagem atingiu a finalidade que se tinha atribuído: *humanitas et universitas* (HJELMSLEV, 1975, p.133).

Em *Linguagem e não-linguagem*, destaca-se, sucintamente, que o objeto geral da Glossemática não é somente as línguas naturais, mas toda e qualquer semiótica. Os signos linguísticos são denominados sistemas semióticos e os signos não linguísticos são chamados sistemas simbólicos. Os primeiros são as estruturas bilaterais a operar com os dois planos da língua. Os segundos interpretáveis, que se pode atribuir sentido, mas são monopolares, porque não é possível atribuir a elas uma forma de conteúdo, já que expressão e conteúdos pertencem a uma só classe, a semiótica da expressão é a *Semiótica conotativa e a semiótica do conteúdo é metasemiótica*.

Capítulo V

5 Continuação e atualidades de Hjelmslev

5.1 Greimas como continuador de Hjelmslev

O engajamento de Algirdas Julien Greimas (1917-1992) na pesquisa semiótica nasceu, aparentemente, em decorrência de vários incidentes provocados pela dinâmica da história na região em que ele vivia no final da década de 30 do século XX. “O primeiro desses incidentes foi a bolsa que ele ganhou em 1936 para estudar francês em Grenoble. O segundo incidente histórico ocorreu com a deportação de seus pais pelos soviéticos para Paris em 1944” (HÉNAULT, 2006, p.125). No ano seguinte, ele se candidatou a defender uma tese em lexicologia, sob orientação de Charles Bruneau. Esse estudo não lhe ofereceu expectativa, chegando a tal ponto que a tese foi defendida por obrigação, numa dimensão em que ele próprio a considerou indigna de publicação.

Em seguida Greimas partiu para Alexandria onde ocupou a cadeira de professor assistente na Faculdade de Letras para ministrar o curso de história da língua francesa. Um mês depois de sua admissão, chegaram também em Alexandria vindos de Bucareste, Roland Barthes e Charles Singevin. “Esse pequeno grupo formou um pequeno círculo de leituras e debates entre amigos sobre a epistemologia a permanecer por sete anos” (HÉNAULT, 2006, p.126). Nessas reuniões foram descobertos Ramon Jakobson, Louis Hjelmslev, Claude Levi-Strauss, Marcel Mauss, Jacques Lacan e Maurice Merleau-Ponty etc.

De Alexandria, “Greimas foi para Ancara, onde conquistou novas amizades intelectuais e a descoberta da lógica de Hans Reichenbach. Durante um colóquio de verão em Besançon, em 1960, Greimas realizou dois notáveis encontros com Michael A. K. Halliday e Klaus Heger” (*op. cit.; loc. cit.*). Depois disso, ele decidiu fazer parceria com Jean Dubois, Jean-Claude Chevalier, Henri Mitterand, para fundar a Sociedade de Estudos da Língua Francesa. Até 1962, ele foi professor em Ancara. No ano seguinte, ele fez seu ingresso na hierarquia universitária francesa como professor da Universidade de Poitiers. No ano seguinte, ele ministrou um curso de semântica estrutural no Instituto R. Poicará de Paris, baseado no estudo que dois anos depois viria a ser publicado sob o nome também de *Semântica estrutural*, em 1966.

Greimas elaborou sua primeira versão de *Semântica estrutural*, em 1958, quando era professor na Faculdade de Letras em Alexandria. Mas quando leu a versão inglesa de *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (1943), de Hjelmslev, teve um choque foi tão brusco que destruiu imediatamente quase duzentas páginas de manuscrito. A base teórica que constituía o manuscrito, até aquele momento, era precedente de Saussure. Dessa atitude em

diante, a *Semântica estrutural* se tornou dominada por referências a Hjelmslev e a Brondal. “Depois do choque intelectual que representou essa revelação dos *Prolegômenos*, a leitura de Saussure foi desviada para segundo plano” (HÉNAULT, 2006, p.128).

A partir disso, então, Hjelmslev se tornou um dos teóricos que mais influenciou Greimas no desenvolvimento da Semiótica francesa. Foi por meio dos *Prolegômenos* que Hjelmslev expôs os princípios básicos de sua doutrina. De tudo que teorizou, alguns pontos foram cruciais para os postulados posteriores de Greimas como, por exemplo, o ponto de vista imanentista de análise, ou seja, a busca de estruturas imutáveis e repetitivas. Até aquele momento, teóricos humanistas negavam as generalizações nos estudos dos fenômenos humanos, tidos por eles como singulares e, portanto, impossíveis de serem interpretados, apenas descritos. Dessa representação em diante, Hjelmslev propôs o conceito de sistema, ou seja, qualquer sucessão de estados é um sistema e, portanto, pode ser analisado e descrito por meio de suas relações imutáveis, num universo limitado de repetições. Não que ignorasse as mutações, mas o que ele buscava eram as invariantes.

Conforme relata Barros (2005, p.6) “foi através de Hjelmslev que Greimas reconheceu ser possível examinar o plano de conteúdo em separado do plano da expressão, tal como fizeram os fonologistas com o plano da expressão”. Por meio da Semântica estrutural, Greimas desenvolveu princípios e método para estudar o sentido. Mas, as dificuldades foram severas, a ponto de não se conseguir ir além da descrição de uma fatia reduzida do conteúdo de uma língua, tampouco, ultrapassar os limites da frase. A preocupação com o sentido, no entanto, forçou o linguista a rever sua concepção de língua e de estudos da linguagem e a romper as barreiras estabelecidas entre a frase e o texto e entre o enunciado e a enunciação.

Para Fidaldo (2004, p.135) foi também a partir dessa tradição hjelmsleviana que Greimas sustenta uma concepção de semiótica não como teoria geral dos signos, mas como teoria dos processos universais de significação. Seria, pois, com Hjelmslev que se daria, segundo Greimas e Courtés, a alteração da noção de semiótica e isso bastaria para nos obrigar a olhar atentamente para a doutrina do linguista dinamarquesa. Por outro lado, porém, é preciso redobrar as atenções, pois há autores que consideram Hjelmslev como o principal realizador do projeto de Saussure, da semiologia como uma ciência dos signos, baseada na linguística imanente e estrutural.

O modo como Greimas interpretou o pensamento de Hjelmslev sobre os dois modos de existência de uma linguagem: enquanto sistema e enquanto processo –, sobre a sua concepção de signo – união solidária de duas entidades formais, a forma do conteúdo e a forma da expressão –, possibilitou-lhe ver que o discurso não é simples concatenação de frases

coordenadas ou subordinadas. Essa maneira de manifestação é apenas coerção de uma gramática de manifestação linguística em que o objeto semiótico está para além das dimensões frasais. O discurso humano, nesse sentido, constitui-se em quaisquer práticas significantes, ou seja, em quaisquer modos de manifestação, sonora (fônica, musical, entoacional), visual (pintura, arquitetura, cinema, teatro), somática (gestos, danças, ritos). Assim, verifica-se que os signos manifestados não passam de pontos de marcação ou estrutura actancial, investida de conteúdos semânticos, os quais lhes dão roupagem de figuras, de temas distribuídos no tempo, sob vários aspectos, na possibilidade de chegar a percepção do usuário da linguagem.

A partir da leitura da obra de Hjelmslev, Greimas edita o estatuto da ciência da significação através da Semântica Estrutural. Por meio dela, ele introduziu uma semiótica, de natureza linguística, altamente influente e produtiva, que se tornou o núcleo de uma escola semiótica, a *École de Hautes Études em Sciences Sociales de Paris*. Com a *Semântica Estrutural*, Greimas trouxe o discurso fundador da Semiótica moderna e estabeleceu uma identidade teórica para um dado grupo de pesquisadores, dando-lhes o sentimento de um projeto de construção do conhecimento. A insistência com que Greimas defende uma semiótica geral, englobando os sistemas de significação culminou na abertura do trabalho linguístico para todos os demais campos.

Segundo Rodrigues (2006a, p.44),

Greimas se opunha, radicalmente, ao conceito comum de semiótica como ciência dos signos, uma vez que essa concepção impedia que a “nova” ciência ultrapassasse os limites das descrições intuitivas e filosóficas. Seu objetivo, aliás, era fazer com que a Semiótica galgasse novos “degraus” em direção às análises discursivas. Para tanto, renuncia a mera descrição da comunicação e investe, forçosamente, na exploração do sentido. Institui-se, a partir daí, outras reflexões epistemológicas e novos métodos de apreensão dos universos semiológicos: rompe-se a barreira da frase, perpassa-se o texto até atingir o discurso. A linguagem, nessa esfera, não mais é apreendida em suas realizações fragmentadas, e sim, como uma rede de relações essencialmente significativas, o que elimina, de vez, a simples concepção de língua enquanto sistema de signos encadeados.

Para Rodrigues (2006b, p.33), “Greimas mostra em *Semântica estrutural* que a significação é onipresente e multiforme, pois o mundo humano define-se essencialmente como um mundo de significação, que só pode ser chamado humano à medida que significa alguma coisa”. O autor sinalizou, dessa forma, que o problema da significação é central para as ciências humanas, porque se as ciências da natureza se indagam para saber como são o

homem e o mundo, as ciências do homem, de maneira mais ou menos explícita, se interrogam sobre o que significam um e outro.

A perspectiva greimasiana é fiel, com efeito, ao princípio de pertinência do estruturalismo, constituindo mesmo uma das suas concretizações mais notáveis. Em Greimas, parte-se sempre do texto realizado, do discurso enunciado, e a enunciação⁵⁷ é pressuposta. A análise vai, pois, do enunciado para a instância de enunciação. Não se parte da 'existência' de um sujeito da palavra, e do conhecimento que dela se pretende ter, para descrever o enunciado de que o sujeito seria 'responsável' - o autor. Parte-se, sim, do enunciado para descrever o que ele pressupõe como condições de possibilidade e o que ele desenha como 'lugar' para uma instância de enunciação

5.2 Atualidade da Glossemática

A partir de meados do século XX, a linguística estrutural alcançou um desenvolvimento tão próspero que se tornou entre as ciências sociais um modelo metodológico, emprestando, os conceitos teóricos, os métodos de análise e os exemplos. Ela circunscreveu, sobretudo, um modo de conhecimento inédito: entre as ciências da natureza e os estudos históricos, ela faz parte de uma reflexão epistemológica sobre o modo de doação de um objeto social – a língua. Era época do estruturalismo.

Saussure esboçou uma série de reflexões sobre a linguagem. Hjelmslev escavou essas reflexões desde a linguística e trouxe o rigor (disciplina) próprio para o desenvolvimento de a teoria geral poder estabelecer os fundamentos de um conhecimento da linguagem, no qual a língua deve ser baseada. Isso não é unanimidade. O debate é infinito em torno desta questão. Nos anos 60 e 70 do século XX, em seguida, Martin Heidegger cativou a atenção dos filósofos franceses.

Para Badir (2000, p.22), “Jacques Derrida, em *De la grammatologie*, tem questionado o desejo de fundação que aparece na linguística estrutural. Ele a considera como o último avatar do axioma essencial da metafísica ocidental: a língua, associada à voz, se exprime do fundo de nosso ser”. Para Derrida, Saussure e Hjelmslev, em maior grau, se encarregaram de desvendar a natureza da linguagem, contribuíram para a consolidação da crítica e para a desconstrução do que eles próprios depois de Derrida não conseguiram assumir. Para Badir, Derrida pretende substituir esse fundo da linguagem vocal pelo *sans-fond* da escrita. Segundo

⁵⁷“A enunciação é o ato individual de utilização da língua, enquanto enunciado é o resultado desse ato, ou seja, é o ato de criação do falante. Assim, a enunciação é construída pelo conjunto dos fatores e dos atos que provocam a produção de um enunciado” (DUBOIS, 1998, p.218).

Derrida, o problema da fundação da linguagem interessa, primeiro, à metafísica, mas ela se resultou inteiramente das teorias linguísticas estruturais, dentre aos quais a Glossemática de Hjelmslev ocupa um lugar privilegiado.

Mesmo sem entrar em detalhes da leitura de Derrida, percebe-se que ela contradiz a proposta de Gilles Deleuze e Felix Guattari. Observa-se, simplesmente, que a obra de Hjelmslev se beneficia de avanços que Derrida teria desejado para sua própria *Grammatologie*. Segundo Badir (2000, pp.22-23), “Deleuze e Guattari nos reconduzem, precisamente, a teoria hjelmsleviana sobre o horizonte filosófico e epistemológico que está em uso”. Em volta, “muitas das páginas do capitalismo e da esquizofrenia do cinema tomam um certo relevo desde quando elas são lidas a luz de Hjelmslev: os conceitos de plano da matéria, de semiótica, da *expressão* e do *conteúdo*, por exemplo, são todos diretamente emprestados” (BADIR, 2000, pp.22-23). Os filósofos, entre os quais, pode-se citar, igualmente, Paul Ricoeur e Herman Parret, mas também os psicanalistas, como Jacques Lacan ou Serge Leclair os epistemólogos tais como Gilles-Gaston Granger e Jean-Claude Schotte, os teóricos da literatura, particularmente, Tzvetan Todorov e Jean Wirtz, são influenciados por conceitos hjelmslevianos.

Percebe-se que o pensamento de Hjelmslev se propagou sobre todas as áreas científicas contemporâneas. Ele percorreu sobre as polêmicas cenas teóricas e filosóficas para melhor impor sua presença nas diversas bases das ciências. Sem dúvida, “o pensamento de Hjelmslev tem alguma coisa a ver com uma fundação, mas com uma fundação para os partidários da não fundação: uma crítica que afirma que nada diz respeito ao sentido e a linguagem não pode ser fundada na natureza” (BADIR, 2000, p.23).

Pelo menos três tipos de pesquisas são, particularmente, aproveitadas pelo ensinamento de Hjelmslev:

- 1) A semiótica. O projeto da semiótica, em grande parte, se deve a Hjelmslev. Saussure já evocava a semiologia como ciência geral dos signos, mas sem investir a não ser através da teoria linguística relatada no Curso de linguística Geral. Ao contrário dele, Hjelmslev desenvolveu uma teoria da linguagem, porque ele não precisa entender uma teoria reservada unicamente às línguas naturais, mas uma teoria aberta a qualquer tipo de linguagem, como por exemplo, o sistema de carilhão de um relógio ou o sistema de sinalização de rodovias. Estes exemplos são seminais para a primeira geração de semioticista, particularmente, para Michel Arrivé, Roland Barthes, Éric Buysse, Umberto Eco, Algirdas J. Greimas, René Lindekes, Christian Metz, Georges Moutin e Luis Prieto.

Entre esses pioneiros da semiótica, Greimas e Barthes desempenharam um papel central na difusão do pensamento de Hjelmslev na França. O primeiro prosseguiu a elaboração teórica, que encontrou um ponto de realização na Semiótica pelo *Dictionnaire raisonné de la théorie du langage* (1979). Tornando-se diretor e pesquisador da Escola de Autos Estudos em Ciências Sociais, Greimas contribuiu igualmente para a institucionalização da Semiótica. A contribuição de Roland Barthes refere-se à vulgarização e à mediatização das ideias hjelmslevinas como nas obras *Mythologies* (1957) em que o nome de Hjelmslev não é citado, embora os conceitos de metalinguagem e de conotação sejam diretamente procedentes dos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, no *Système de la mode* (1967), assim como nos *Éléments de sémiologie* (1964). Ainda hoje, muitos semioticistas se inspiram na Glossemática. Isso se repartirá por comodidade em três setores geográficos: na França, a Escola de Paris, em torno de Jacques Fontanille e de Claude Zilberberg, prolongado aos trabalhos de Greimas; na Dinamarca, em torno de Per Aage Brandt, que desenvolve uma semiótica morfo-dinâmica; e na Itália, particularmente, a Pardoe, em torno de Romeo Galassi, a Glossemática é trabalhada sob horizonte da análise literária.

2) Às vezes, deixa-se de acreditar que a linguística estrutural não se preocupa com a Semântica. Nada disso é legítimo. Luis Prieto, Eugenio Coseriu, entre outros autores foram trazidos para esse domínio das contribuições essenciais. Ou, eles tomaram como apoio um artigo programático de Hjelmslev, “*Pour une sémantique structurale*”, publicado em 1957. Mais tarde, essa semântica da língua fez lugar à uma semântica de textos: Greimas propôs uma primeira semantização, seguidamente, com François Rastier, a semântica de textos chega a conciliar a análise linguística com as prescrições hermenêuticas. Essa semântica nos parece continuação do pensamento hjelmsleviano: ela afirma, com efeito, a heterogeneidade do conceito de língua e prometeu uma descrição textual em diferentes níveis imbricados segundo os modos complexos de entrelaçamento e da discussão.

A análise semântica dos textos aproveita igualmente da extensão da teoria da linguagem e de outros sistemas semióticos para produzir os estudos linguísticos e literários, mas abordam os textos menos ordinários. Assim, a título de exemplos, Jean-Jacques Nattiez considerara a partitura musical como um texto, no sentido hjelmsleviano do termo. O historiador da matemática, Alain Herreman, produz uma análise onde é colocada em evidência a heterogeneidade essencialmente para aplicação em texto das matemáticas. Esses dois autores tomaram emprestado o instrumento de análise da Glossemática.

3) A intenção epistemológica de Hjelmslev está explicitada e desenvolvida de modo pessoal pelos seus leitores. Estes, às vezes, têm o papel de comentarista, por exemplo, Michael Rasmussen e Alessandro Zina. Às vezes, buscam o *status* de continuadores, como, Claude Zilberberg e os autores participantes de *Semiótica II*, uma espécie de manifesto epistemológico da Escola Semiótica de Paris. Ou, ainda, se posicionam como interlocutores, e mesmo em arbítrio, de passagem através dos contextos históricos próprios às diferentes direções epistemológicas (assim, particularmente, os teóricos da mediação)

Esses três tipos de pesquisas não se separam claramente umas das outras. Um número de linguistas, os semanticistas, em particular, e a maior parte dos semioticistas, desenvolvem uma reflexão epistemológica ao lado de suas práticas respectivas da análise, seguindo assim, o exemplo dado por Hjelmslev. O percurso intelectual de Greimas é a esse respeito exemplar: sua formação é de um semanticista. Seu trabalho conceitual participa em emergência da semiótica na França. E, ao centro da pesquisa semiótica, suas reflexões tomam progressivamente um caráter cada vez mais filosófico.

Os *Prolegômenos* é o livro de cabeceira de Hjelmslev, considera-se que eles “instituem a teoria da linguagem que, enquanto subsumida às aquisições da linguística, aparecem, sobretudo, como uma epistemologia das ciências humanas porque ela visa, através da linguagem, todas as manifestações humanas” (BADIR, 2000, p.27). Os *Prolegômenos* parecem bem constituir uma referência para todos o que, em ciências humanas, desejam refletir às suas práticas de análises. Hjelmslev não é somente uma figura histórica do saber – antes discreto -, ele é uma figura simbólica que encomenda o rigor ao investigador – e uma figura arqueológica para a compreensão dos saberes contemporâneos. Em vista disso, compreende-se que não é óbvio que pudesse dar conta, mais ou menos, dos conceitos hjelmslevianos ou que pudesse isolar um, sem que, a totalidade, não seja necessária para sua explicação.

6 Conclusão

Para se compreender integralmente a Glossemática não basta limitar aos trabalhos que estabelecem os objetivos e os instrumentos teóricos e metodológicos que compõem a teoria. Hjelmslev não iniciou seu percurso de pesquisador empenhado, particularmente, em desenvolver a tese glossemática. Ele, inicialmente, se preocupou em instaurar os princípios de uma gramática geral, em descrever os problemas da fonética e analisar alguns problemas da gramática tradicional. Depois disso é que o dinamarquês iniciou a criação da teoria Glossemática, percorrendo dez anos até finalizá-la. Dentro desse período, ou após esse período, vários estudos relacionados à Morfologia, à Sintaxe, à Semântica e à Gramática tradicional foram desenvolvidos em benefício da fundação da Glossemática. No entanto, a Glossemática se constitui plenamente de todos os trabalhos produzidos por Hjelmslev. Dessa multiplicidade de temas produzidos, muitas vezes, de forma descontínua, é que configura a complexidade de compreensão da teoria.

Ao desenvolver a Glossemática, Hjelmslev rompeu com as tradições anteriores à Linguística, ou seja, as tradições que ele chamou transcendentalistas em que os estudos da linguagem eram desenvolvidos com o objetivo de adquirir conhecimentos sobre temas exteriores à linguagem, tais como questões históricas, antropológicas, sociais, filosóficas, literárias e psicológicas. Como princípios glossemáticos, o dinamarquês propôs que a língua devia ser estudada como uma entidade autônoma de dependência interna, voltada para dentro de si, como uma estrutura única, ou seja, imanente. Mediante essa concepção, defendeu que a Linguística devesse determinar o que é característico e comum a todas as línguas humanas, bem como dar conta de mostrar que uma língua é idêntica a si mesma em suas mais variadas manifestações.

Ao mesmo tempo em que desenvolveu a base teórico-metodológica da Glossemática, Hjelmslev estabeleceu como perspectivas teóricas para descrição científica dos fenômenos linguísticos de sua teoria, o princípio do empirismo e o método dedutivo. Com a concepção empirista, propôs que para uma teoria ser aceita seus resultados deviam concordar com os dados da experiência. Assim, a descrição deve ser, precisamente, sem contradições, exaustiva e mais simples possível. Ao estabelecer o método dedutivo, que pode ser aplicado a todas as línguas existentes e é analítico e especificante, Hjelmslev rejeitou o método indutivo, por considerar que tal método leva o linguista a conceitos gerais, perdendo seu valor quando aplicados fora de um sistema linguístico específico. Por meio desses dois métodos, a Glossemática constitui como uma teoria que propõe descrever a língua numa perspectiva eminentemente lógica.

Bem mais amplo do que o objeto da teoria de Saussure, Hjelmslev estabeleceu o texto como objeto de sua teoria e a imanência da língua como objeto da linguística. O texto é a totalidade na qual se manifestam as estruturas do sistema. As estruturas do sistema são deduzidas do texto, por meio de elemento tipicamente estruturalista, para estabelecer classes de estruturas com as dependências entre os elementos e segmentar o texto até os componentes mínimos do sistema. O processo analítico da Glossemática consiste em reagrupar esses elementos em classes de acordo com suas possibilidades combinatórias e, a partir dessa classificação prévia, estabelecer um cálculo geral exaustivo das combinações possíveis. Nessa perspectiva, Hjelmslev defende que o texto está para a ordem do processo enquanto a língua está para a ordem do sistema. A todo processo corresponde um sistema graças ao qual o processo se deixa analisar e descrever, a partir de um número delimitado de hipótese.

Visto que a Glossemática não alcançou um completo esplendor de aceitação pela epistemologia linguística moderna, mas alguns conceitos se tornaram axiomas, outros substituíram conceitos desenvolvidos em teorias da linguagem anteriores. Os conceitos de empirismo e de método dedutivo não foram criados por Hjelmslev, porém se tornaram mais popularizados nos estudos linguísticos a partir do emprego na Glossemática. Hjelmslev foi o primeiro cientista da linguagem a estabelecer princípios empiristas rigorosamente adequados para serem empregados na pesquisa linguística estruturalista. Ao considerar que o método indutivo não oferecia rigor metodológico para descrição dos fenômenos linguísticos, Hjelmslev o substituiu pelo dedutivo, por considerá-lo mais adequado para todos os níveis de análise linguística.

O conceito de norma linguística desenvolvido na Glossemática foi, unanimemente, assimilado pela linguística produzida de 1950 para cá. Hjelmslev definiu a norma como a identidade linguística imposta a todos os indivíduos que fazem parte de um mesmo grupo social. Baseado nesse conceito, Coseriu se tornou um dos primeiros linguistas de renome mundial a dar sequência a essa definição hjelmsleviana. Com o trabalho, *Sistema, norma y habla* (1973, p.26), Coseriu definiu norma como “um conjunto de realizações constantes e repetidas, de caráter sócio-cultural não correspondente ao que se pode dizer, mas ao que já se disse e tradicionalmente se diz numa comunidade linguística”. No Brasil, vários trabalhos desenvolvidos por Evanildo Bechara, Francisco da Silva Borba e Marcos Bagno para explicar diferenças linguísticas e/ou combater preconceitos gerados por essas diferenças, têm contribuído, significativamente, para consolidar esse conceito como um axioma hjelmsleviano.

Foi na dimensão sígnica que Hjelmslev conseguiu alcançar seu maior esplendor na história da linguística moderna. Ele desenvolveu uma conceituação de signo mais ampla do que a de Saussure, para quem o signo se define como uma entidade psíquica de duas faces: significante e significado. Hjelmslev desenvolveu um conceito mais amplo, segundo o qual, o signo se constitui de plano de conteúdo e plano de expressão. Para cada plano atribuiu uma forma e uma substância. Ainda dentro dessa esfera sígnica, inovou também com o desenvolvimento do conceito de figura como a unidade mínima que o signo pode depreender. Por meio desse conceito definiu que a língua é um sistema limitado de figuras que servem para formar um número ilimitado de signos. Essa terminologia hjelmsleviana se tornou tão bem aproveitada pela epistemologia linguística moderna e pós-moderna a ponto de substituir o conceito sgnico desenvolvido por Saussure.

Na conjuntura de descrição e análise glossemática da estrutura relacional e correlacional do signo linguístico, Hjelmslev estabeleceu, de forma dicotmica, seis grandes categorias de análise. Essas categorias são distinguidas entre figura da expressão e figura de conteúdo, invariantes e variantes, bem como sincretismo e catálise. É, principalmente, nessa esfera que Hjelmslev apresentou seu modelo análise das estruturas física e de sentido do signo como unidade de estudo da teoria Glossemática e, ao mesmo tempo, conseguiu estabelecer, de forma mais efetiva, a identidade epistemológica de sua teoria em relação a outras teorias, sobretudo, a de Ferdinand de Saussure.

O estudo da figura da expressão  tão remoto quanto os primeiros estudos da linguagem iniciado por Platão. A análise da figura de conteúdo foi objeto de interesse estudo anterior a fundação da Glossemática, porém, somente através de Hjelmslev que alcançou sua denominação científica. O primeiro estudo denominou de Cinemática e o segundo de Pleremática. A distinção invariante e variante se constitui numa sequência de análise do conteúdo e da expressão do signo. Por meio desses conceitos, Hjelmslev propôs chegar às invariantes e variantes tanto da expressão quanto do conteúdo. Esse processo é desenvolvido pela comutação no paradigma e permutação no sintagma. Os conceitos sincretismo e catálise se instauram em níveis distintos da língua. O sincretismo se manifesta tanto no plano cenemtico quanto no plano pleremtico do signo, como um fenômeno de suspensão de uma marca de oposição de elementos paradigmáticos. A catálise consiste numa operação mediante a qual a cadeia sintagmática seja completada de modo a satisfazer a todas as funções que condicionam a forma da cadeia. A catálise se instala na superfície do texto como o elemento elíptico da Língua Portuguesa.

Por meio do desenvolvimento do conceito de *sentido*, Hjelmslev possibilitaria o surgimento da Semântica estrutural. Como proposta introdutória para o estudo do sentido, escreveu, em 1957, um ensaio intitulado “Por uma semântica estrutural”. Mas esse tema não chegou a ser desenvolvido por ele em nível de profundidade significativa. Foi com Greimas, através da obra *Semântica estrutural* (1961), que o sentido hjelmsleviano ganhou amplo desenvolvimento teórico. Na possibilidade de descrever a forma de conteúdo em componentes menores do que os conteúdos mínimos dos signos linguísticos que nasceu a obra de Greimas. Entretanto, é na esfera semântica que Greimas se configura como a mais coerente continuação do conceito de sentido introduzido por Hjelmslev na Glossemática.

Diante do que foi e do que não foi assimilado pela epistemologia da linguística moderna, a Glossemática permanece com um grandioso projeto instaurador da linguística estrutural. Ao descrever fenômenos relacionados basicamente a todas as disciplinas da linguística do século XX, a Glossemática transcende os limites de teorização desenvolvidos pelos seus predecessores e continuadores. Atualmente não há uma vertente que não recorreu aos conceitos glossemáticos para fundamentar a descrição de um fenômeno qualquer que seja das línguas naturais. Assim, através da Glossemática, Hjelmslev não só desenvolveu os princípios teórico-metodológicos de uma teoria da linguagem, como contribuiu efetivamente para instauração de um rigoroso modelo de investigação estruturalista que influenciou todas as escolas linguísticas de sua época e de épocas subsequentes.

7 Referências

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- BADIR, Sémir. “La notion de texte chez Hjelmslev” [Trad. Carlos Piovezani Filho]. 1998, <http://www.msh-paris.fr/texto/>
- _____. *Hjelmslev*. Paris: Les Belles Letres, 2000.
- BAGNO, Marcos. *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.
- BARROS, Diana Luz P. de. *Teoria semiótica do texto*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.
- BASTOS, Neusa M. O. Barbosa. (Org.). *O fazer historiográfico em Língua Portuguesa. Língua Portuguesa em Calidoscópio*. (Série Eventos). São Paulo: EDU, 2004.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- _____. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Lucerna, 2001.
- BENVENISTE, E. *Problema de linguística Geral I*. [Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri] 5 ed., Campinas, SP, Pontes, 2005.
- BERTUCCI, Roberto Alves. “O positivismo na teoria descritivista de Bloomfield”. 2008, pp.68-82. Disponível em: www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/.../620. Acesso em: 20/07/2009.
- BLOOMFIELD, L. *An Introduction to the Study of Language*. New York: Henry Holt, 1914.
- BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos estudos linguísticos*. 12 ed., Campinas, SP: Pontes, 1998.
- _____. *Pequeno vocabulário de linguística moderna*. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- CATFORD, J. C. “John R. Firth e os linguistas britânicos”. In: HILL, Archibald Anderson. *Aspectos da linguística moderna*. 2 ed., [trad. Adair P. Palácio et all]. São Paulo: Cultrix, 1974.
- CARVALHO, Castelar de. *Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica*. 11 ed. Petrópolis, Vozes, 1997.
- Círculo Glossemático. 1995. Disponível: <http://circuloglossematico.org/hjelmslev/autobiog.html>. Acesso em: 30/12/2009.
- CORTINA, Arnaldo & MARCHEZAN, Renata C. Teoria semiótica: a questão do sentido. In: MUSSALIM, Fernanda et all (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v.3, 2 ed., São Paulo, Cortez, 2005.

COSERIU, E. “Sistema, Norma y Habla”. In: *Teoría del lenguaje y lingüística general*. 3ª ed., Madrid: Gredos, 1973, p. 11-113.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DAVID, Crystal. *Dicionário de linguística e fonética*. [Trad. Maria Carmelita P. Dias] Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988

DUBOIS, Jean *et all.* *Dicionário de linguística*. [Trad. Frederico Pessoa de Barros *et all.*] São Paulo, Cultrix, 1998.

DUARTE, Paulo Mosânio T. Do lexema e termos afins: na terminologia gramatical. 2008. *Revista Filologus*, ano 10, nº 28. Disponível em: [www.filologia.org.br/revista/artigo/10\(28\)06.htm](http://www.filologia.org.br/revista/artigo/10(28)06.htm). Acesso: 20/12/2009.

FARACO, Carlos Alberto. “Estudos pré-saussurianos”. In: MUSSALIM, Fernanda *et all* (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. v.3, 2 ed., São Paulo, Cortez, 2005.

FIDALDO, António. *Manual de Semiótica*. UBI – Portugal, 2004. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em 16/06/2009.

FIORIN, “José Luiz. O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa”. *Revista Galáxia*, São Paulo, nº 5, abril, 2003. Disponível em: www.pucsp.br/pos/cós/galáxia/num05/download.htm. Acesso em 05/01/2008.

GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. [Trad. Haquira Osakabe]. São Paulo: Cultrix, 1973.

GREIMAS, A. J. & COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. [Trad. A. Dias-Lima *et all.*] São Paulo: Cultrix, 1979.

HÉNAULT, Anne. *História concisa da semiótica*. [Trad. Marcos Marcionilo]. São Paulo: Parábola, 2006.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. 2ª ed., [Trad. J. Teixeira Coelho Netto]. – São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *Le langage*. [Trad. de Michel Olsen]. Paris, Minut, 1966.

_____. “Uma introdução à linguística”. In: *Ensaio linguísticos*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: Perspectiva, 1991.

_____. “Linguística Estrutural”. In: *Ensaio linguísticos*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi]. São Paulo, Perspectiva, 1991.

_____. “Língua e Fala”. In: *Ensaaios linguísticos*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: perspectiva, 1991.

_____. “A estratificação da linguagem”. In: *Ensaaios linguísticos*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: perspectiva, 1991.

_____. “Notas sobre as oposições suprimíveis”. In: *Ensaaios linguísticos*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: perspectiva, 1991.

_____. “Por uma semântica estrutural”. In: *Ensaaios linguísticos*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: perspectiva, 1991.

_____. “Estrutura morfológica”. In: *Ensaaios linguísticos*. [Trad. Antônio de Pádua Danesi] São Paulo: perspectiva, 1991.

_____. *Principes de grammaire générale*. Det Kongelige Danske Videnskabernes Selskab. Historisk – filologiske Meddelelser XVI, 1. Kobenhavn: Host & Son, 1928.

_____. *La catégorie des cas. Étude de grammaire générale*. Aarhus: Universitetsforlaget (Acta Jutlandica 7, 1935:i- xii, 1-184; 9, 1937:i- vii, 1-78) (München: W. Fink, 1972).

_____. On the Principles of Phonematics. *Proceedings of the Second International Congress of Phonetic Sciences*, Cambridge, pp.49-54, 1935.

_____. “Synspunkter for dansk fonetik. Selskab for Nordisk Filologi”, *Aarsberetning for 1935* p.6-8.

_____. & ULDALL, Hans. *Synopsis of an outline of Glossematics*. Copenhagen, 1936.

_____. "Et par sproteoretiske betragtninger”. *Aarboeg for nordisk Maalstraev* 4, 1941, p.81-88.

_____. *Resumé of a theory of language*. Travaux du Circle Linguistique de Copenhague, vol. XVI, Madison: The University of Wiscosin Press, 1975.

ILARI, Rodolfo. “Estruturalismo linguístico: alguns caminhos”. In: MUSSALIM, Fernanda *et all* (org.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*, v.3, 2 ed., São Paulo, Cortez, 2005.

KOERNER, Konrad. “Questões que persistem em Historiografia Linguística”. [Trad. R. L. Ferreira e M. A. S. Ferrari]. In. *Revista da ANPOLL*, N° 2, pp.45-70, 1996.

LAMEGO, Marina. Geografia e filosofia ou spatial cadets e vienenses: considerações sobre uma antiga relação. In: *I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico*, 2006. Disponível em: www.ig.ufu.br/coloquio/LAMEGO,%20Marianax.pdf. Acesso em 13/06/2009

LEPSCHY, Giulio C. *A linguística estrutural*. [Trad. Nites Therezinha Feres] 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LLORACH, Emilio Alarcos. *Gramática estructural: según la escuela de Copenhague y con especial atención a la lengua española*. Madrid: Gredos, 1969.

LYONS, John. *Linguagem e linguística: uma introdução*. [Trad. Marilda Winkle Averbug]. Rio de Janeiro, LTC, 1987.

MACDNALD, Graham. Alfred Jules Ayer. In: Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2005. Disponível: [plato.stanford.edu/entire/ayer/](http://plato.stanford.edu/entire/ayar/). Acesso em: 18/12/2009.

MALMBERG, Bertil. *As novas tendências da linguística: uma orientação à linguística moderna* [Trad. Francisco da Silva Barba]. São Paulo, Editora da USP, 1971.

MARTINET, André. *Elementos de linguística geral*. 3 ed. [Trad. de Francisco S. Borba]. São Paulo, Nacional, 1971.

MIAZZI, Maria Luisa. F. *Introdução à linguística romântica*. São Paulo, Cultrix/USP, 1972.

MILANI, Sebastião Elias. *As ideias linguísticas de Wilhelm Von Humboldt*. 1994, 179f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Historiografia linguística: Ferdinand de Saussure. Palmas, UNITINS, 2008a. Disponível em: [HTTP://www.ufg.br/this2/uploads/files/155/MILANI-S-E-Historiografia-Linguistica-Ferdinand-de-Saussure.pdf](http://www.ufg.br/this2/uploads/files/155/MILANI-S-E-Historiografia-Linguistica-Ferdinand-de-Saussure.pdf).

_____. “Bases epistemológicas para a Historiografia Linguística: objeto e metodologia”. In: GELCO/2008b, Cuiabá-MT, no prelo.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. (org.). *Historiografia Linguística: Rumos Possíveis*. São Paulo: Pulsar, 2005.

_____. “Concepção e princípios da Historiografia linguística”. Interletras. V. 1, 2005. Disponível em: www.pucsp.br/pos/lgport/downloads/publicacao.../historiografia_jarbas.pdf. Acesso em: 26/12/2009.

NÖTH, Winfried. *A semiótica no século XX*. São Paulo: Annablume, 1996.

OLIVEIRA, Anselmo Carvalho de. *A crítica de Carnap aos enunciados da metafísica*. Revista Urutágua – Revista acadêmica multidisciplinar. nº 18, mai/jun/jul/ago. Maringá-PR, 2009. Disponível: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/viewPDFInterstitial/4915/4037> Acesso: 11/10/2009

PAVEAU, Marie-Anne. *As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática*. [Trad. M. R. Gregolin et al]. São Carlos: Claraluz, 2006.

PETERS, Michael. “Estruturalismo e pós-estruturalismo”. 2000. Disponível em: <http://www.rubedo.psc.br/Artlivro/estpost.htm>. Acesso em: 26/08/2009.

RIBEIRO, André Antônio. *A filosofia da linguagem em Platão*. p.143 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/13/TDE-2006-09-19T122752Z-4/Publico/345370.pdf
Acesso em 16/08/2008

RODRIGUES, Hermano de França. *Expressões da identidade cultural do homem nordestino nas narrativas tradicionais de valentia: uma abordagem semiótica*. 195 f. Dissertação (Mestrado em Letras e linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006a. Disponível em: www.dci2.ccsa.ufpb.br. Acesso em 17/06/2009.

RODRIGUES, Linduarte Pereira. *O apocalipse na literatura de cordel: uma abordagem semiótica*. 204f. Dissertação (Mestrado em Letras e linguística). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006b. Disponível em: www.scribd.com/doc/3010832/O-Apocalipse-na-Literatura-de-Cordel-ptbr. Acesso em 19/06/2009.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. [Trad. Antônio Chelini *et al*]. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SIERTSEMA, Bertha. *A study of glossematics. Critical survey of its fundamental concepts*. The Hague: Martins Nijhoff, 1965.

SILVA, Antônio Carlos da. “As teorias do signo e as significações linguísticas”. Revista Partes. Ano III, n.39, nov., 2003. Disponível em: <http://www.partes.com.br/ed39/teoriasignosreflexaoed39.htm>. Acesso em 06/03/2009.

SILVA, Daniel Marra da. *Origem de desenvolvimento das ideias linguística de William Labov.*, 138f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009. Disponível em: http://bdtd.ufg.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=553 Acesso em: 23/12/2009.

TRANJAN, Tiago. *A sintaxe lógica da linguagem de Rudolf Carnap: uma análise do princípio de tolerância e da noção de analiticidade*. Dissertação de mestrado, Universidade São Paulo, USP, 2005. p. 179. Disponível em: www.fflch.usp.br. Acesso em: 25/06/2009.

TRUBETZKOY, N. S. “Die Aufhebung der Phonologischen Gegensätze”. TCLP VI, 1936, p.29-45.

WEEDWOOD, Bárbara. A linguística no século XX. In: *História concisa da linguística*. [Trad. Marcos Bagno] São Paulo, Parábola, 2002.

WHITFIELD, Francis J. "Louis Hjelmslev". *Society of American*. vol.42, n°3. set. 1966, pp.615-619. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/411413>. Acesso: 21/05/2008.